

# 2013

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

# MENSAGEM PRESIDENCIAL



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# ORÇAMENTOS DA UNIÃO
# EXERCÍCIO FINANCEIRO 2013

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

## Mensagem Presidencial

**Brasília, DF**

**2012**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco “D” Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2013 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2012.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2013. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)”2013”
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF

2013
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

# SUMÁRIO


Lista de Siglas ..... 9

I – Resumo da Política Econômica do Governo ..... 13
A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza ..... 15
Projeções Macroeconômicas para 2012 e 2013 ..... 27
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2012 e 2013 ..... 28

II - Desafios para 2013 ..... 33
Programa de Aceleração do Crescimento ..... 35
Reforma Agrária ..... 41
Brasil Carinhoso ..... 43
Segurança Pública ..... 44
Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016 ..... 46
Expansão e Modernização da Rede de Atendimento da Previdência Social ..... 48
Plano Brasil Sem Miséria ..... 49

III – Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central ..... 51
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal
e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados ..... 53
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais ..... 60
Receita Orçamentária ..... 62
Pessoal e Encargos Sociais ..... 64
Sistemas Previdenciários ..... 65

IV – Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) ..... 71
Aplicações em Operações de Crédito ..... 72
Investimentos no Ativo Imobilizado ..... 73

Anexo: Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais ..... 75
Empresas do Setor Produtivo ..... 76
Empresas do Setor Financeiro ..... 103





# LISTA DE SIGLAS

Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

APO – Autoridade Pública Olímpica

APS – Agência da Previdência Social

Assec – Assessoria Econômica

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

Bacen – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEF – Caixa Econômica Federal

Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

CGCOPA – Comitê Gestor da Copa

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COI – Comitê Olímpico Internacional

Comprev – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS

Copom – Comitê de Política Monetária do Banco Central

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CsF – Ciência sem Fronteira

Depen – Departamento Penitenciário Nacional

DLSP/PIB – Dívida Líquida do Setor Público como proporção do PIB

DPF – Dívida Pública Federal

DPFe – Dívida Pública Federal externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

EC – Emenda Constitucional

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FCDF – Fundo Constitucional do Distrito Federal

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Incra – Instituo Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IOF-Ouro – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, incidente sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LFT – Letras Financeiras do Tesouro

Loas – Lei Orgânica da Assistência Social

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LTN – Letras do Tesouro Nacional

MF – Ministério da Fazenda

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPU – Ministério Público da União

NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público

NTN-B – Notas do Tesouro Nacional, série B

NTN-F – Notas do Tesouro Nacional, série F

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Pagamento Antecipado de Exportações

PAF – Plano Anual de Financiamento

PDG – Programa de Dispêndios Globais

PEX – Plano de Extensão de Rede de Atendimento da Previdência Social

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PND – Programa Nacional de Dragagem

Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Proex – Programa de Financiamento às Exportações

Progeren – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda

Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RIC - Registro de Identidade Civil

RMV – Renda Mensal Vitalícia

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPE – Secretaria de Política Econômica

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

Susp – Sistema Único de Segurança Pública

TAV – Trem de Alta Velocidade

TCU – Tribunal de Contas da União

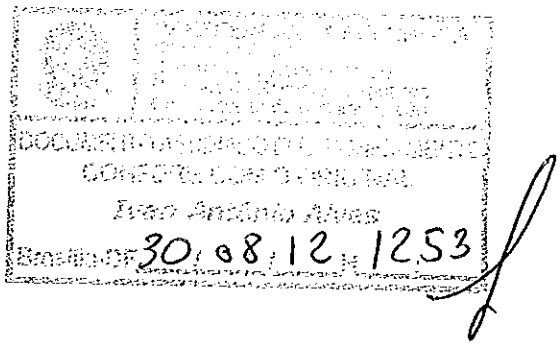
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

03500.001521/2012-83 (44)

SUPAR



EM nº 00201/2012 MP

Brasília, 30 de Agosto de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.", no valor global de R$ 2.250.868.084.933,00 (dois trilhões, duzentos e cinquenta bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais), sendo R$ 2.140.255.749.070,00 (dois trilhões, cento e quarenta bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil e setenta reais) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R$ 110.612.335.863,00 (cento e dez bilhões, seiscentos e doze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais) do Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, conforme estabelece o § 5º do art. 165 da Constituição, acompanhado da correspondente Mensagem de encaminhamento ao Congresso Nacional.

2. Esclareço, por oportuno, que o referido Projeto está em conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, em especial, a Lei no 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 - LDO-2013, e com o disposto no art. 5o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

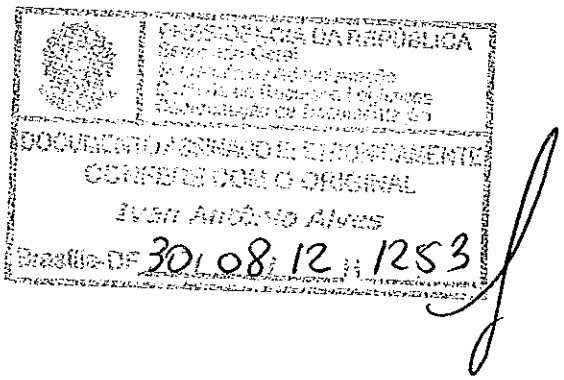
3. Cumpre-me ainda dar conhecimento a Vossa Excelência de que o Poder Judiciário e o Ministério Público da União encaminharam ao Poder Executivo propostas de elevação de salários do seu funcionalismo com impacto total de R$ 8,3 bilhões em 2013.

4. Tais propostas, discutidas com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público em clima de grande harmonia e respeito, não puderam ser contempladas integralmente no projeto de lei orçamentária ora encaminhado, em razão do cenário econômico atual, no qual o Brasil necessita manter um quadro de responsabilidade fiscal que permita continuar gerando resultados primários compatíveis com a redução na dívida pública em relação ao PIB e com a execução de investimentos e de políticas públicas essenciais, garantindo, assim, o controle da inflação e os estímulos ao investimento e ao emprego.

5. Neste sentido, o Poder Executivo estudou cenários prospectivos para os próximos anos e, dadas as condicionantes advindas das receitas projetadas e da evolução natural das despesas obrigatórias da União, chegou a um espaço fiscal que indica a possibilidade de reajuste para as carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público da União similar ao negociado com as carreiras do Poder Executivo, equivalendo a 15,8% em três anos, sendo 5% ao ano no período de 2013 a 2015.Estes reajustes representam um impacto de R$ 1,1 bilhão em 2013.

6. Todavia, em atendimento ao princípio republicano da separação dos Poderes, e cumprindo dever constitucional, envio, em anexo, as proposições originalmente apresentadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público da União.

Respeitosamente,




*Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior*

Mensagem nº 387

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013".

Brasília, 30 de agosto de 2012.



2013

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

# RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

- A Política Econômica do Governo em Cenário Externo de Incerteza
- Projeções Macroeconômicas para 2012 e 2013
- Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2012 e 2013



# A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO EM CENÁRIO EXTERNO DE INCERTEZA

As políticas públicas implementadas nos últimos anos criaram um ambiente favorável para a economia brasileira, elevando investimentos e reduzindo a desigualdade social e regional. Quatro movimentos estratégicos têm contribuído para esse cenário: a) expansão do crédito e melhora dos níveis de renda; b) crescimento econômico com estabilidade de preços; c) consolidação do Brasil como importante destino de investimento, ampliando relações comerciais com diversos países da América Latina e da Ásia; e d) aumento de investimento público e privado, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e o Pré-Sal.

No âmbito da política econômica, o esforço coordenado implementado ao longo dos últimos anos, nas esferas fiscal e monetária, permite formular, por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA 2013, políticas e instrumentos para elevar o patamar do crescimento sustentável da economia com redução da desigualdade. A sustentabilidade do quadro macroeconômico interno, mesmo em cenário externo de incerteza, é resultado da consistência das diretrizes e da política econômica, que visam:

a) equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa na alocação das despesas e nos indicadores de endividamento do setor público: alongamento do prazo médio; redução do percentual de vencimentos no curto prazo; diminuição da parcela da dívida exposta à volatilidade de mercado, como câmbio e taxa Selic; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto - PIB;

b) controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma cautelosa e oportuna, decorrente da autonomia operacional da autoridade monetária;

c) equilíbrio das contas externas, por meio do regime de câmbio flexível, o qual permitiu a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais e o alcance pelo País da posição de credor externo líquido e, consequente, a queda do risco-país e a melhora de sua classificação em 2011, quando as três principais agências de risco passaram o Brasil do primeiro para o segundo nível de grau de investimento;

d) elevação da capacidade produtiva do País, com: a priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura; a adequação do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado; e os incentivos para a indústria nacional, a ampliação da inovação produtiva e a melhora da qualidade da mão de obra; e

e) maior inclusão social, com melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Desse modo, de forma a criar ambiente propício para a continuidade do ciclo de desenvolvimento com maior justiça social, o orçamento de 2013 prioriza: a) a promoção de investimentos em infraestrutura, eliminando gargalos ao crescimento; b) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio do incentivo à inovação e à qualificação; e c) as políticas sociais redistributivas.



Cabe mencionar também que, frente ao desaquecimento da economia mundial, o Governo, para manter o ritmo de crescimento econômico do País, tem respondido prontamente aos efeitos deste ambiente de incerteza internacional sobre a economia interna. Entre as medidas adotadas estão as para manter e incentivar o investimento e a produção industrial, no âmbito do Plano Brasil Maior e do PAC, a redução da taxa básica de juros e de longo prazo, e as medidas para minimizar a volatilidade da taxa de câmbio.

## Resultados Macroeconômicos em 2011 e no primeiro semestre de 2012

O ambiente econômico, do início de 2011 ao final do primeiro semestre de 2012, pode ser dividido em três períodos. No primeiro, que corresponde ao primeiro semestre de 2011, observa-se continuidade do ciclo de expansão da economia brasileira, de perspectivas positivas sobre a recuperação do cenário internacional, com forte impacto no preço das *commodities*, e, consequente, pressão sobre os preços ao consumidor, levando o Governo a manter  política monetária mais restritiva, iniciada em 2010, e política fiscal condizente com esta.

Já, no segundo período, que abrange o segundo semestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012, a confiança dos empresários foi abalada com o agravamento da conjuntura internacional, associado à longa negociação pela elevação do teto de endividamento dos EUA junto ao Congresso americano e à deterioração da situação financeira, resultando em restrições fiscais, dos países do bloco europeu. Desse modo, com o novo recrudescimento da crise internacional e a elevação da aversão ao risco, a maioria dos países, inclusive o Brasil, passa a enfrentar, com menor ou maior intensidade: piora nas expectativas de crescimento, queda na oferta de crédito e contínua desaceleração da atividade produtiva. Essa mudança no ambiente econômico levou o Governo a adotar, tempestivamente, diversas medidas anticíclicas de forma a minorar o impacto do desaquecimento mundial sobre a economia interna.

Por sua vez, no terceiro período, no segundo trimestre de 2012, a economia brasileira começou a colher os resultados das medidas adotadas pelo Governo e a mostrar os primeiros sinais de retomada da atividade.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2011, a economia cresceu 3,8% frente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 1), dando continuidade ao ciclo de expansão da economia brasileira nos últimos 8 anos, com média anual de crescimento do PIB de 4,2%[1]. O dinamismo da demanda interna foi o indutor do crescimento neste período, com o consumo das famílias mantendo forte aumento, em decorrência da elevação consistente da massa de rendimento real e da oferta de crédito; enquanto o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF), com variação média de 7,5% no primeiro semestre de 2011 e de 8,4% nestes últimos 8 anos, continuou a ampliar a capacidade produtiva do País e a elevar o potencial de crescimento sem gerar pressões inflacionárias.

Em meados de 2011, com a piora do cenário internacional, afetando cada vez mais países desenvolvidos e diminuindo expectativas de crescimento, novamente observam-se efeitos restritivos sobre o resto do mundo. Assim, também no Brasil, houve desaceleração, com taxas de crescimento, ante o mesmo período do ano anterior, abaixo de 2,5% no segundo semestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012. Os indicadores de confiança se deterioraram, principalmente os do setor industrial, tendo em vista a menor perspectiva de demanda externa e os elevados estoques em diversos segmentos industriais. A produção industrial do País ficou praticamente estagnada no segundo semestre de 2011 e no primeiro trimestre de 2012, ante o

1. Média do crescimento real do PIB de 2004 a 2011.

mesmo período do ano anterior, comportamento explicado pela retração na indústria de transformação, uma vez que tanto a construção civil como a extração mineral e a eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentaram crescimento.

Quanto à FBCF, esta também apresentou queda no ritmo de crescimento, mas permaneceu acima da expansão da média da economia em 2011. No primeiro trimestre de 2012, chegou a registrar queda ante o mesmo período do ano anterior, em grande parte devido à redução na produção de bens de capital para transporte (caminhões, ônibus) em 2012. Esse recuo já era esperado, tendo em vista a antecipação do consumo, ao longo de 2010 e 2011, antes da entrada em vigor da legislação que exige a produção de modelos com motores menos poluentes, porém mais caros.

Entre as medidas adotadas pelo Governo para manter e incentivar o investimento, ressaltam-se as desonerações tributárias para a produção de bens de capital e a linha de crédito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com menor taxa de juros para máquinas e equipamentos. O sucesso desse Programa, instituído em 2009, pode ser mensurado pelo aumento nos empréstimos do BNDES Finame, que dobraram a partir do início do PSI, passando de uma média diária de R$ 66 milhões em 2009 para cerca de R$ 140 milhões em 2010 e 2011.

Ademais, em 2012, como parte das medidas de estímulo ao investimento e à atividade econômica, o Governo alterou linhas de financiamento do BNDES: a) prorrogou o programa de financiamento de máquinas e equipamentos (PSI) até 2013, com redução de taxas de juros, ampliando prazo e níveis de participação máxima do financiamento; b) melhorou as condições de apoio à inovação; c) lançou medidas para estimular a competitividade dos setores produtores de bens manufaturados (Programa Revitaliza); e d) ampliou o acesso aos recursos do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda - Progeren, que fornece capital de giro.

Também cabe destacar a maior celeridade na execução das obras do **PAC**, com grande aumento no valor pago entre 2011 e 2012 (26,9%), assim como nos primeiros seis meses de 2012 ante o mesmo período do ano anterior (88,4%). Em 2011, em paralelo à continuidade dos projetos da primeira fase, foi iniciada a segunda (PAC 2 de 2011-2014), a qual compreende projetos de infraestrutura que visam: melhorar a qualidade de vida em grandes aglomerações urbanas; aumentar a cobertura de serviços públicos nos bairros populares; reduzir o déficit habitacional; universalizar o acesso à água e à energia elétrica; consolidar e ampliar a rede logística; garantir suprimento de energia, elevando a participação de fontes renováveis e limpas; e ampliar a produção de petróleo e gás no âmbito do Pré-Sal. Nesses investimentos, estão compreendidos os preparativos para a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo FIFA em 2014 e as Olimpíadas em 2016, como a construção e/ou a reforma de estádios de futebol e de aeroportos e a implantação de projetos de mobilidade urbana.

O **consumo das famílias**, item da demanda doméstica de maior peso no PIB (60%), também mostrou crescimento em 2011 e no primeiro trimestre de 2012. Entre os fatores que contribuíram para fomentar o consumo, enfatizam-se o aumento da renda real disponível, em função da manutenção de taxas de inflação dentro da meta, do crescimento da massa salarial real (4,8% em 2011 e 5,5% no primeiro trimestre de 2012[2]), a expansão do volume de crédito real (10,2% para o crédito às pessoas físicas em 2011 e 8,9% no

2. Os dados do mercado de trabalho se referem à Pesquisa Mensal do Emprego - PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Considerou-se como massa salarial a massa de rendimento habitual.

primeiro trimestre de 2012[3]) e a ampliação das transferências de renda às famílias (Bolsa Família, Lei Orgânica da Assistência Social - Loas e outros). Por sua vez, o consumo do Governo, que costuma ter comportamento estável, sendo menos suscetível a choques, também contribuiu positivamente para o crescimento da demanda doméstica.

Para o segundo trimestre de 2012, os indicadores antecedentes do consumo das famílias mostram que o aumento permanecerá significativo, apesar de ter diminuído um pouco de ritmo, tendo em vista a elevação da renda real disponível no período (7,5% na massa salarial[4] e de 8,4% no crédito às pessoas físicas, ambos em termos reais) e das vendas no varejo ampliado (6,7% frente ao mesmo período de 2011). Também para junho e julho, os indicadores são positivos, com o licenciamento de veículos[5] mostrando aumento ante mesmo período do ano anterior (16,1% e 18,9%, respectivamente), após quatro quedas consecutivas nesta base de comparação. Esse crescimento ocorreu após a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre veículos, bem como do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF para financiamentos para pessoas físicas e medidas de estímulo ao aumento da concessão de crédito para a compra de carros novos.

Por outro lado, a recuperação da demanda doméstica em 2010 e 2011, de forma mais forte e rápida do que a demanda dos demais países, levou ao maior crescimento das **importações** de bens e serviços ante ao das **exportações** em 2010 e 2011. No primeiro trimestre de 2012, o comportamento das importações e exportações de bens e serviços ficou equilibrado.

Pelo lado da oferta, o **setor de serviços**, sustentado pelo consumo das famílias e do Governo, foi menos afetado pelo recrudescimento da crise internacional, com variação positiva, embora com desaceleração, ante o mesmo período do ano anterior, em todos os trimestres de 2011 e no primeiro trimestre de 2012 (Tabela 1).

O **setor agropecuário**, após sofrer retração em 2009, recuperou-se em 2010 e 2011, quando houve melhora na demanda (interna e externa) por produtos agropecuários, condições climáticas mais favoráveis, elevando o rendimento e, consequentemente, a produção estimada para o período. Por sua vez, no início de 2012, os efeitos climáticos não foram favoráveis, com o efeito La Niña (seca), afetando as lavouras de milho, soja e feijão no primeiro semestre de 2012. Quanto à produção pecuária, os diversos tipos de carne registraram elevação em 2011, exceto a bovina, podendo indicar substituição, devido aos altos preços da carne bovina em 2011. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2012, observa-se crescimento em todos os tipos de carne ante o mesmo período do ano anterior.

3. Operações de crédito totais, livre e direcionado, do sistema financeiro (não inclui o rural e o imobiliário).

4. Dados referentes a maio de 2012 ante a maio de 2011.

5. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea.

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB)**

| Setor de Atividade | Variação acumulada (%) | | | | Variação ante mesmo período do ano anterior (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012[1] | 3º trim. 2011 | 4º trim. 2011 | 1º trim. 2012 |
| **PIB** | **-0,3** | **7,5** | **2,7** | **1,9** | **2,1** | **1,4** | **0,8** |
| **Oferta** | | | | | | | |
| Agropecuária | -3,1 | 6,3 | 3,9 | 0,8 | 6,9 | 8,4 | -8,5 |
| Indústria | -5,6 | 10,4 | 1,6 | 0,7 | 1,0 | -0,4 | 0,1 |
| Serviços | 2,1 | 5,5 | 2,7 | 2,1 | 2,0 | 1,4 | 1,6 |
| **Demanda** | | | | | | | |
| Consumo das Famílias | 4,4 | 6,9 | 4,1 | 3,2 | 2,8 | 2,1 | 2,5 |
| Consumo do Governo | 3,1 | 4,2 | 1,9 | 2,3 | 1,2 | 1,3 | 3,4 |
| Formação Bruta de Capital Fixo | -6,7 | 21,3 | 4,7 | 2,1 | 2,5 | 2,0 | -2,1 |
| Exportações | -9,1 | 11,5 | 4,5 | 5,1 | 4,1 | 3,7 | 6,6 |
| Importações (-) | -7,6 | 35,8 | 9,7 | 8,2 | 5,8 | 6,4 | 6,3 |

Fonte: IBGE.
Elaboração: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Assec/MP.
Nota: [1] Acumulado em quatro trimestres até março de 2012.

Por sua vez, na **indústria**, setor mais afetado pelo recrudescimento da crise internacional e pela concorrência com os bens importados, observa-se crescimento com desaceleração até o terceiro trimestre de 2011 e relativa estagnação a partir de então (2,9% no primeiro semestre de 2011 e 1,0% no terceiro trimestre de 2011, e próximo a zero no quarto trimestre de 2011 e no primeiro semestre de 2012, sempre em relação ao mesmo período do ano anterior). Desde o segundo semestre de 2011, o Governo tem adotado medidas para elevar a competitividade do setor industrial, entre elas, podem-se mencionar: queda na taxa de juros, restrições aos fluxos especulativos para estabilizar a taxa de câmbio em maior nível, menor alíquota de IPI para a linha branca e para automóveis, em especial para os nacionais, e desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra, fortemente afetados pela concorrência externa.

No ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012, ante o mesmo período do ano anterior, o decréscimo médio no setor (-1,0%[6]) decorreu da retração de 1,1% na indústria de transformação, uma vez que a indústria extrativa apresentou crescimento. Entre os ramos e as categorias da indústria de transformação com elevada queda no período, têm-se a indústria têxtil, de vestuário e de calçados e artigos de couro, ramos que estão sendo beneficiados, desde janeiro 2012, com a desoneração da folha de pagamentos.

Em junho de 2012, o resultado da produção industrial interrompeu trajetória de queda na margem, incluindo crescimento da produção de veículos automotores (3%). Para os próximos meses, espera-se que os estoques indesejados continuem a apresentar queda, propiciando a intensificação da recuperação da indústria. A propósito, segundo dados da Anfavea, a produção de veículos cresceu 8,8% em julho ante o mês anterior.

O **mercado de trabalho**, em contrapartida, tem se mostrado resiliente, tendo sido pouco afetado pela crise. Assim, o Brasil apresentou forte geração de novas vagas formais de trabalho em 2011 (2,1 milhões 2011[7]) e continua com desempenho positivo, embora com ligeira moderação em 2012 (1,0 milhão no acu-

6. Dados se referem à Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE.

7. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged do Ministério do Trabalho e Emprego, incorporando os ajustes fora de prazo.

mulado do primeiro semestre). A taxa de desemprego também atingiu os níveis mais baixos da série histórica (com início em 2003) por 21 meses consecutivos, fechando 2011 em 6,0% e alcançando 5,8% em maio de 2012, na média em 12 meses.

A manutenção do aquecimento no mercado de trabalho também pode ser observada pelo nível de ocupação (população ocupada sobre a população em idade ativa), que alcançou 53,8% em maio de 2012, maior relação para o mês desde o início da série (2002). A menor ociosidade no mercado de trabalho, juntamente com as perspectivas de crescimento sustentado do País, torna cada vez mais necessária a intensificação de políticas de qualificação da mão de obra que elevem a produtividade do trabalho e permitam maior mobilidade de trabalhadores para setores que demandam maior qualificação. Com esse intuito, o Governo, além das políticas já em implementação, como a elevação do piso salarial dos professores, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e o Ciência sem Fronteira - CsF (Box).

**BOX – Pronatec e CsF**

## Pronatec

A **educação profissional** será articulada pelo Pronatec, instituído em outubro de 2011. Como instrumento de melhoria da qualidade da educação, o Pronatec tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais. Nesse sentido, foram traçadas três frentes de ação:

a) expansão das vagas públicas;

b) oferta de bolsas-formação, beneficiando estudantes e trabalhadores (com destaque para beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC, solicitantes do seguro-desemprego e beneficiários do Programa Viver Sem Limites); e

c) financiamento da educação tecnológica e profissional.

Essas ações de assistência técnica e financeira serão implementadas em parceria com a rede privada dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e com as redes públicas estaduais de ensino profissional e tecnológico, oferecendo oito milhões de vagas para brasileiros de diferentes perfis até 2014.

Para 2013, a meta é alcançar o número de cerca de 1,5 milhão de **matrículas da educação profissional técnica de nível médio**, sendo que para 2020 pretende-se chegar próximo de 2,3 milhões. Para isso, a expansão das escolas técnicas será intensificada, alcançando-se 442 escolas em 2012, 562 até 2014 e 662 em 2015.

## CsF

O CsF, instituído em dezembro de 2011, visa propiciar **formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação** em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de **atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação**, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. Representa um reforço na atividade atual de concessão de bolsas de formação no exterior, em diversos níveis (graduação, doutorado, pós-doutorado).

O CsF é executado por duas instituições: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, vinculada ao Ministério da Educação.

A principal meta do CsF é a concessão de 101 mil bolsas até 2015 (75 mil bolsas do Governo e 26 mil bolsas das empresas).

Os investimentos no CsF deverão superar a marca de R$ 3,2 bilhões até 2015. Com custo médio anual por bolsista de US$ 27,8 mil, a meta para 2013 é atender a 30 mil estudantes brasileiros, no âmbito dos editais específicos do CsF, com recursos no montante de R$ 1.291,5 milhões. No CNPq, serão alocados R$ 503,8 milhões para 14.230 bolsistas e, na Capes, R$ 787,7 milhões para 16.077 bolsistas.

A política de valorização do salário mínimo e o crescimento contínuo da atividade econômica contribuíram para elevação do rendimento real[8], o qual apresentou crescimento médio de 2,7% em 2011 e mantém esse ritmo em 2012, 4,8% nos primeiros 5 meses ante mesmo período de 2011. Assim, os trabalhadores de renda menor que a média, como os das atividades de serviços domésticos e construção, tiveram ampliação maior no rendimento real médio no período, respectivamente de 8,3% e 7,1% nos primeiros cinco meses de 2012.

O crescimento da população ocupada e do rendimento real permitiu que a massa salarial apresentasse aumento em todo o período (4,8% em 2011 e 6,4%[9] no primeiro semestre de 2012, ambas as variações ante o mesmo período do ano anterior), comportamento determinante para a expansão do consumo das famílias e dos serviços.

Adicionalmente, nos últimos anos, o cenário de maior crescimento econômico, conjugado à implementação de um conjunto de reformas microeconômicas[10], resultou em trajetória contínua de aumento da

8. Rendimento habitual real da PME/IBGE.

9. Dados referentes ao acumulado no ano até maio.

10. Por exemplo, o fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins em 2003; a transferência da cobrança e da fiscalização das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para a Receita Federal em 2005; a instituição do Super Simples em 2007; a possibilidade de o empregador doméstico abater do Imposto de Renda a contribuição patronal à Previdência Social, a partir de 2007; e o enquadramento do Empreendedor Individual no Simples Nacional, a partir de meados de 2009. Aumento das faixas de faturamento para micro e pequenos empresários que optam pelo Super Simples e para os microempreendedores individuais em 2012. Essas medidas contribuíram para impulsionar a formalização, ao permitir que empresas contabilizassem créditos tributários de fornecedores, ao aumentar o controle do fisco sobre sonegações tributárias, e ao simplificar e/ou reduzir o pagamento de tributos por parte das pequenas e médias empresas que aderiram ao Super Simples, dos empregadores de trabalhadores domésticos e dos empreendedores individuais.

formalização do emprego no setor privado[11], que alcançou patamar de 63,3%em junho de 2012. Além dos benefícios sociais para o trabalhador e da elevação da efetividade de instrumentos de política social (seguro desemprego e previdência), a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

## Setor Externo

A primeira fase da crise financeira internacional teve seus reflexos iniciais em períodos diferentes (2007 em alguns países centrais e setembro de 2008 no resto do mundo), o que provocou ajuste nas contas externas, com piora nas transações correntes, cujo saldo passou de superavitário em 2007 (0,1% do PIB) para deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -2,2% em junho de 2012, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, o déficit tem permanecido relativamente constante, e o contínuo crescimento da economia brasileira e as boas possibilidades de investimento têm atraído fluxo de capitais, os quais possibilitam o financiamento do balanço de pagamentos e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

O déficit em transações correntes (dados acumulados em 12 meses) de 2011 e de junho de 2012 foi gerado por maior remessa de lucro e dividendos, maior gasto com serviços de transporte, crescimento no déficit de viagens internacionais e menor saldo no comércio de bens (Tabela 2). Este último apresentou comportamento diverso em 2011 e no primeiro semestre de 2012. Em 2011, houve maior elevação do valor importado do que do exportado, tendo em vista a valorização cambial até meados do ano, o crescimento da economia brasileira e a lenta recuperação das economias desenvolvidas. Já em 2012, as exportações chegaram a cair ante o observado no ano anterior (-0,9% nos dados do primeiro semestre de 2012 ante o mesmo período de 2011), dado o recuo nos termos de troca e relativa estabilidade no *quantum*, reflexo do recrudescimento da crise internacional; e as importações passaram a crescer com menor intensidade, tendo em vista a desvalorização do real e a queda no ritmo da atividade econômica.

Por sua vez, o elevado estoque de investimento estrangeiro no País e a maior lucratividade das firmas em anos de crescimento possibilitaram o aumento na **remessa de recursos** de subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil às matrizes (no exterior); enquanto a elevação da renda das famílias tem aumentado o gasto com **viagens internacionais**. Cabe mencionar, no entanto, que a tendência crescente das remessas e do gasto com viagens internacionais se reverteu com a desvalorização cambial em 2012.

No ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012, o déficit em conta corrente foi mais do que compensado pelo elevado **fluxo de capitais estrangeiros**, concentrados em três fontes: investimento direto, investimento em papéis domésticos e em ações e captações externas (papéis e empréstimos). Quanto ao **investimento estrangeiro direto**, a entrada de recursos foi recorde em 2011 (US$ 66,7 bilhões, Tabela 2), o que elevou a participação do Brasil no fluxo global de investimentos de 1,8% em 2007 para 4,4% em 2011. A entrada líquida de recursos estrangeiros continuou elevada nos dados acumulados em 12 meses até junho de 2012, decorrente da atratividade do País, ao se considerar seus bons fundamentos econômicos e as oportunidades de investimento. Cabe lembrar que o maior fluxo de investimento direto pode trazer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes, pois tende a permanecer por mais tempo no País.

11. Empregado com carteira de trabalho assinada no setor privado sobre a soma dos empregados com e sem carteira assinada no setor privado e os por conta própria, dados da PME/IBGE.

**Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo**
***(US$ bilhões)***

| | 2007 | 2011 | 2012[2] | Diferença entre 2011 e 2012 |
|---|---|---|---|---|
| **Conta Corrente** | **1,6** | **-52,5** | **-51,8** | **0,7** |
| Balança Comercial (FOB) | 40,0 | 29,8 | 23,9 | -5,9 |
| Exportações | 160,6 | 256,0 | 254,9 | -1,1 |
| Importações | -120,6 | -226,2 | -231,0 | -4,8 |
| Serviços | -13,2 | -38,0 | -39,7 | -1,7 |
| Viagens Internacionais | -3,3 | -14,7 | -15,0 | -0,3 |
| Transporte | -4,4 | -8,3 | -9,0 | -0,6 |
| Rendas | -29,3 | -47,3 | -38,9 | 8,4 |
| Juros | -7,3 | -9,7 | -10,1 | -0,4 |
| Lucros e Dividendos | -22,4 | -38,2 | -29,4 | 8,8 |
| Transferências Unilaterais | 4,0 | 3,0 | 2,9 | -0,1 |
| **Conta Capital e financeira** | **89,1** | **112,4** | **88,4** | **-24,0** |
| Investimento Estrangeiro Direto | 34,6 | 66,7 | 63,3 | -3,4 |
| Inv. de Estrangeiros em Ações e Títulos no País | 46,7 | 7,1 | 8,8 | 1,7 |
| Emprést. e títulos de médio e longo prazo no exterior | -2,3 | 47,1 | 28,7 | -18,4 |
| Outros Capitais[1] | 4,6 | 37,3 | 17,2 | -20,1 |
| **Balanço Global** | **87,5** | **58,6** | **37,5** | **-21,1** |

Fonte: Banco Central do Brasil – Bacen.
Notas: [1] Inclui erros e omissões e ativos de brasileiros no exterior.
[2] Acumulado em 12 meses em junho de 2012.

O **fluxo de capitais para compra de títulos e ações no mercado doméstico** teve menor ingresso em 2011 e 2012, diminuindo a entrada de dólares no País. Essa desaceleração se deve ao crescimento gradual da incerteza quanto ao cenário econômico internacional e às medidas do Governo, como a elevação da alíquota do IOF incidente nos investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa no País.

A **oferta de crédito em moeda estrangeira** cresceu em 2011, não só renovando todos os débitos das empresas como elevando o financiamento externo. Assim, a taxa de rolagem (captações/amortização) de médio e longo prazo passou de 217% em 2010 para 512% em 2011. Por outro lado, em 2012, com a crescente aversão ao risco, dada a incerteza do cenário externo, a captação está menor (representando, no primeiro semestre de 2012, apenas 33% do montante captado no mesmo período de 2011), mas continua acima do vencimento no período (taxa de rolagem de 175%).

A propósito, o endividamento externo total se elevou em US$ 48,7 bilhões em 2011 e no primeiro semestre de 2012, decorrente, basicamente, do setor privado. O Governo conseguiu incentivar a melhora do perfil dessa dívida em 2011, pois, ao aumentar para 6% o IOF incidente sobre captações externas (contratadas diretamente ou por meio de emissão de títulos) de prazo mais curto, conseguiu alongar o perfil da dívida externa.

Nesse período, o País sustentou bom desempenho dos **indicadores de solvência externa**, como a manutenção da posição de credor externo líquido adquirida ao final de 2007. Assim, em junho de 2012, apesar do crescente endividamento das empresas, o elevado estoque de reservas internacionais (US$ 374,2 bilhões) tem permitido que o montante de ativos externos (reservas internacionais, haveres de bancos comerciais e créditos de brasileiros no exterior) supere em US$ 94,4 bilhões os passivos (dívida externa bruta).

Desse modo, a melhora dos fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais (representando, em junho de 2012, 19 meses de importações), a manutenção da posição de credor externo líquido, a redução dos títulos com indexadores mais voláteis (como variação cambial e Selic) na composição da dívida interna, entre outros indicadores, diminuíram a percepção de risco por parte dos investidores em relação ao Brasil e sustentaram as condições para a entrada de capitais estrangeiros. Com isso, o País melhorou sua classificação em 2011 quando as três principais agências de risco passaram o Brasil do primeiro para o segundo nível de grau de investimento.

## Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

A estabilidade macroeconômica consolidada ao longo das duas últimas décadas tem possibilitado ao Brasil a superação dos impactos da crise financeira internacional a custos relativamente pequenos, tanto em comparação com os demais países quanto em relação à nossa própria história. Nesse cenário, a consequente desaceleração da atividade econômica, conjugada à percepção de baixos riscos para a inflação, permitiu a flexibilização da **política monetária**, o que possibilitou a redução da taxa básica de juros ao seu menor nível.

No primeiro semestre de 2011, o Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom aumentou em 125 pontos básicos a meta para a taxa Selic, de 11,25% a.a. para 12,50% a.a., em resposta, principalmente, a pressões inflacionárias associadas às elevações nos preços das *commodities* no mercado internacional. Com a substancial deterioração do cenário internacional, no entanto, esse processo foi revertido a partir do final de agosto, resultando em redução de 150 pontos básicos na meta da taxa Selic até o final do ano, atingindo 11,00% a.a. Ademais, o Governo retirou parte das políticas macroprudenciais adotadas no período anterior, as quais têm se mostrado importante para elevar a eficácia da política monetária. A taxa de inflação aferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, indicador que baliza as metas para a inflação, atingiu 6,5% em 2011, oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Até julho de 2012, o Copom manteve a trajetória de redução da meta para a taxa Selic, alcançando seu mínimo histórico, 8,00% a.a. As decisões do Copom, no ano, consideraram a permanência de elevados riscos para a estabilidade financeira global, tanto em função das restrições a que permanecem submetidas as economias maduras quanto em resposta à moderação da atividade econômica em importantes economias emergentes. A economia brasileira também permaneceu sujeita à transmissão do cenário internacional, potencializando o processo de moderação em que se encontrava desde o ano anterior. Nesse cenário, são limitados os riscos à trajetória de convergência da inflação para o centro da meta.

A evolução do **crédito** e dos principais agregados monetários vem refletindo, sobretudo, a moderação do nível de atividade econômica, que tem afetado as decisões de consumo e investimento das famílias e das empresas. Face à expansão do crédito em ritmo moderado, em novembro de 2011, o Banco Central do Brasil – Bacen decidiu reverter parcialmente as medidas macroprudenciais adotadas em dezembro de 2010, mantendo apenas o desestímulo prudencial às contratações de crédito com prazos superiores a 5 anos.

No mesmo sentido, em dezembro de 2011, o Governo reduziu a alíquota diária do IOF sobre as operações de crédito destinadas ao consumo (de 3% a.a. para 2,5% a.a em dezembro de 2011 e, adicionalmente, para 1,5% a.a. em maio de 2012). Simultaneamente, foram anunciadas a redução do IPI de automóveis e a possibilidade de dedução de recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo em montante equivalente ao

dos novos financiamentos de veículos concedidos. Esse conjunto de medidas visa estimular o crédito para aquisição de veículos a partir de bases sólidas, que compreendem a manutenção de critérios rigorosos de seletividade pelas instituições financeiras que oferecem tais financiamentos.

Nesse contexto, o volume total das operações de crédito do sistema financeiro, considerados empréstimos, financiamentos, adiantamentos e arrendamentos mercantis, concedidos a partir de recursos livres e direcionados, alcançou R$ 2,2 trilhões em junho de 2012, acumulando expansões de 17,9% em doze meses e de 27,1% em relação a dezembro de 2010. O crédito direcionado, com participação destacada dos financiamentos à habitação e das operações com recursos do BNDES, manteve desempenho mais expressivo, registrando avanços de 23,0% nos últimos doze meses e de 32,1% relativamente a dezembro de 2010. As operações com recursos livres expandiram-se 16,9% e 24,4% nas mesmas bases de comparação, correspondendo a 64,1% do saldo total de crédito em junho de 2012.

**Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos**
***(R$ bilhões)***

| | | | | Variação % | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Discriminação** | **2010** | **2011** | **2012[1]** | **2011/2010** | **2012[1]/2011** | **2012[1]/2010** |
| **Total** | **1.705,9** | **2.029,8** | **2.167,4** | **19,0** | **6,8** | **27,1** |
| Recursos Livres | 1116,1 | 1304,6 | 1388,4 | 16,9 | 6,4 | 24,4 |
| Recursos Direcionados | 589,8 | 725,2 | 779,0 | 23,0 | 7,4 | 32,1 |
| BNDES | 357,8 | 419,8 | 437,6 | 17,3 | 4,2 | 22,3 |
| **Participação %** | | | | | | |
| Total / PIB | 45,2 | 41,2 | 47,4 | | | |
| Rec.Livres/PIB | 29,6 | 31,5 | 32,4 | | | |
| Rec.Direcionados/PIB | 15,6 | 17,5 | 18,2 | | | |
| BNDES/PIB | 9,5 | 10,1 | 10,2 | | | |

Fonte: Bacen. Elaboração: Assec/MP.
Nota: [1] Dados de junho de 2012.

Coerente com as reduções consecutivas da taxa básica de juros, o custo médio do crédito apresenta trajetória declinante, contribuindo para a expansão sustentável do crédito no País. Após registrar elevações até meados de 2011, as principais taxas de juros dos empréstimos e financiamentos às famílias e às empresas assinalaram expressivas reduções, sucessivamente alcançando patamares mínimos históricos. A taxa média relativa a pessoas físicas recuou de 45,5% a.a. em 2011 para 36,5% a.a. em junho de 2012, enquanto a referente a pessoas jurídicas baixou de 30,4% a.a. para 23,8% a.a.

A **taxa de inadimplência**, indicador que corresponde à participação relativa das operações com atrasos superiores a 90 dias no total das operações de crédito, apresentou elevação a partir do início de 2011, refletindo, além das elevações das taxas de juros da época, a acentuada expansão do crédito desde a recuperação iniciada em 2009, período no qual se verificou expressiva ampliação do acesso ao mercado de crédito em consequência dos avanços no processo de bancarização, impulsionados pela evolução positiva do emprego e da renda nos últimos anos.

Considerados os principais empréstimos com recursos livres, a inadimplência registrou elevações de 3,5% em dezembro de 2010 para 4,1% em maio de 2012, nas operações com pessoas jurídicas, e de 5,7% para 7,9% nas operações com pessoas físicas, principalmente naquelas direcionas à aquisição de veículos. Apesar

disso, dados preliminares apontam para a tendência de redução desses indicadores no segundo semestre de 2012, favorecida por diversos fatores, tais como a sustentada redução das taxas de juros, a manutenção das evoluções positivas do emprego e da renda, a redução da inflação e, sobretudo, a adoção de padrões criteriosos de aprovação de crédito pelo sistema financeiro, que já vem sendo implementada desde 2011. Desse modo, em junho, ambos os indicadores de inadimplência tiveram a primeira melhora, caindo para 4,0% e 7,8%, respectivamente, para pessoas jurídicas e físicas.

O cenário de restrição a que estão submetidas as principais economias mundiais também se traduz pela redução das taxas de juros e elevada liquidez internacional. Dados os fundamentos macroeconômicos consistentes da economia brasileira, esta permanece atraindo capitais externos. Nesse sentido, o mercado de câmbio doméstico assinalou ingressos líquidos de US$ 65,3 bilhões em 2011, ante US$ 24,4 bilhões no ano anterior.

No primeiro semestre de 2012, os ingressos líquidos atingiram US$ 22,9 bilhões, ante US$ 39,8 bilhões em igual período do ano anterior. As aquisições líquidas de divisas realizadas pelo Bacen no mercado à vista de câmbio no período totalizaram US$ 11,2 bilhões em operações à vista, além de US$ 7 bilhões relativos a operações a termo, totalizando US$ 18,2 bilhões. Adicionalmente, o referido Banco retomou, em janeiro de 2011, as operações de *swap* cambial reverso, nas quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxas de juros doméstica.

Além de atuação do Bacen no mercado de câmbio, o significativo volume dos fluxos de capitais externos, observado ao longo de 2011 e durante o primeiro semestre de 2012, contribuiu para a adoção de medidas de caráter macroprudencial. Destacam-se a imposição de recolhimento compulsório em espécie, sem remuneração, ao banco que exceder limite de posição de câmbio; a alíquota referente ao IOF, cobrado em captações externas de curto prazo na forma de títulos ou empréstimos; e a vedação de ingressos originados por operações de Pagamento Antecipado de Exportações - PAE em prazo superior a 360 dias.

A partir de março de 2011, a alíquota de IOF incidente nas liquidações de operações de câmbio referentes a empréstimo externo ou emissão de títulos no mercado internacional foi fixada em 6% para operações com mais longo prazo[12]. Os objetivos principais de alongamento do endividamento externo e de mitigação dos riscos do financiamento com capitais de curto prazo foram atingidos. A participação do estoque de endividamento de curto prazo, definido como operações de até um ano, no endividamento total reduziu-se de 22%, ao final de 2010, para 11% em março de 2012.

No segundo trimestre de 2012, observou-se deterioração adicional no cenário externo, com reflexos no mercado cambial brasileiro. Os ingressos líquidos de recursos externos decresceram de US$ 18,7 bilhões, no primeiro trimestre, para US$ 4,2 bilhões, no segundo. Nesse contexto, em junho, o prazo para incidência da alíquota de IOF sobre captações externas foi reduzido um pouco. O regime de flutuação cambial mostrou-se capaz de absorver choques externos e, mesmo diante de fluxos positivos no mercado cambial, o cenário internacional contribuiu para a depreciação da moeda doméstica. A taxa de câmbio nominal, que havia encerrado fevereiro em R$ 1,71/US$, atingiu R$ 2,02/US$ ao término de junho.

12. Esse prazo foi estendido gradualmente, começou com 360 dias em março de 2011 e chegou a 1.800 dias em março de 2012. Em junho de 2012, devido à queda no fluxo de dólares para o País, esse prazo foi reduzido para 720 dias.

# PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2012 E 2013

As políticas econômicas implementadas nos últimos anos, particularmente as consolidadas nos programas de investimento público e de incentivo ao investimento privado, assim como os dados sobre a economia brasileira disponíveis até o mês de junho de 2012, permitem que se projete uma evolução positiva para os principais indicadores macroeconômicos do País para 2012 e criam base sólida para a sua continuidade em 2013. As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para o período pressupõem, ainda, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, um cenário com gradual recuperação do cenário internacional, sem riscos de ruptura, e elevação paulatina na produção mundial (em maior ritmo nas economias emergentes do que nas desenvolvidas).

Com base nesse cenário, a proposta orçamentária para o exercício de 2013 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

**Tabela 4 –Projeção das Variáveis Macroeconômicas**

| Discriminação | Observado | Projeção[1] | LDO | Projeção[1] |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2013 |
| PIB: Variação % anual | 2,7 | 3,0 | 5,5 | 4,5 |
| IPCA: Variação % acumulada no ano | 6,5 | 4,7 | 4,5 | 4,5 |
| Taxa de Câmbio R$/US$: média anual | 1,67 | 1,95 | 1,84 | 2,03 |
| Taxa SELIC (% ao ano): média anual | 11,6 | 9,1 | 9,4 | 8,0 |

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF.
Elaboração: Assec/MP.
Nota: [1] Projeções para 2012 e 2013, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração do PLOA.

Em 2012, a variação esperada do produto interno é positiva (3,0%), com manutenção do crescimento em níveis mais moderados, refletindo o impacto do conturbado quadro internacional. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento da renda real disponível (rendimento e crédito), permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2013, estimada em 4,5%, mais próxima da taxa pré-crise internacional.

A taxa de inflação deverá convergir gradualmente para o centro da meta fixada pelo CMN[13] e não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a perspectiva de fluxo de capital positivo para o País e de entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta corrente. Espera-se, ainda, estabilidade na taxa básica de juros a partir do segundo semestre de 2012, a qual deverá permanecer no patamar 8,0% a.a. A baixa taxa de juros considera que a política monetária mais flexível, adotada pelo Governo até meados de 2012, e as medidas para elevar a competitividade do setor produtivo e para criar ambiente propício ao consumo, principalmente de bens nacionais, criaram as condições necessárias para que o País retome nível de crescimento sustentado em 2013, sem gerar pressões inflacionárias.

13. Conforme estabeleceram resoluções do CMN, o centro da meta para a inflação firmada para 2011, 2012 e 2013 é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 2 p.p. acima ou abaixo.

# GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2012 E 2013

A política fiscal praticada nos últimos anos propiciou resultados primários suficientes para levar a economia brasileira a um novo patamar de equilíbrio macroeconômico, com juros menores, dívida sustentável e em trajetória declinante, câmbio competitivo e inflação controlada.

Em 2011, a meta do setor público consolidado foi fixada no montante de R$ 117,9 bilhões. Em agosto daquele ano, houve comprometimento do Governo Federal de ampliar a meta de superávit primário em R$ 10,0 bilhões no intuito de aumentar a poupança pública em um cenário de crise externa.

Diante desse quadro, a percepção de que o ritmo de crescimento da demanda interna começava a dar sinais de moderação, associada a um cenário de estagnação da produção industrial, provocou uma ação coordenada entre a política fiscal e a monetária por parte do Governo Federal. A ampliação do esforço fiscal permitiu ao Bacen iniciar um novo ciclo de redução da taxa de juros em agosto de 2011. Assim, a dívida líquida do setor público continuou a trajetória descendente, caindo de 39,1% do PIB em 2010 para 36,4% em 2011.

O superávit primário do setor público consolidado somou R$ 128,7 bilhões em 2011, R$ 0,8 bilhão acima da meta, com o acréscimo prometido pelo Governo, de R$ 127,9 bilhões. Assim, para atingir a meta do setor público, o Governo Federal não precisou usar a prerrogativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de abater parte dos gastos com investimentos do PAC.

Em 2012, a LDO fixou a meta de R$ 139,8 bilhões para o superávit primário do setor público consolidado, o que equivale a 3,1% do PIB projetado para o ano. Até junho de 2012, o resultado primário do setor público somou R$ 65,7 bilhões, o que representa 47,0% da meta para o ano. Esse resultado foi fortemente influenciado pela política do Governo Central, que, ao final do primeiro semestre, já havia obtido 49,6% da sua meta de resultado primário para 2012.

Cabe destacar que a política fiscal adotada pelo Governo preserva os gastos sociais e os investimentos públicos do Governo Central e das estatais federais, o que contribuiu para a melhoria das expectativas em relação à demanda futura.

Os gastos sociais são instrumentos que reduzem as desigualdades e incluem parcela da população no mercado consumidor, ou seja, combatem a pobreza e ampliam a demanda efetiva, o que favorece o crescimento econômico.

O crescimento mais vigoroso e sustentado dos investimentos é essencial, não apenas por seu peso como componente da demanda agregada, mas porque os investimentos têm efeitos importantes sobre a produtividade e, consequentemente, sobre a competitividade do País e sobre sua capacidade de crescimento.

Apesar de não haver um choque de grande magnitude, a situação econômica internacional continuou a deteriorar-se de forma significativa, especialmente na Europa. Com isso, algumas medidas de política fiscal foram adotadas desde agosto de 2011, visando alavancar consumo e investimento/indústria:

**a) mecanismos de incentivo ao consumo**, do qual fazem parte as políticas de desoneração fiscal, como, por exemplo, a redução do IPI em diversos setores do varejo; e as políticas de redistribuição de renda, associadas aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo, ao Programa Bolsa Família etc.; e

**b) mecanismos de incentivo ao investimento e à indústria em geral**, do qual fazem parte o Programa Brasil Maior, que, entre outras medidas, inclui: apoio à competitividade da indústria nacional, via aumento de IPI para importados, desoneração da folha de pagamentos das empresas, e redução de tributos na aquisição de bens de capital, materiais de construção e caminhões; programas de estímulo à exportação, como o *drawback*, que consiste em desonerar a aquisição de insumos nacionais ou importados a serem utilizados na produção de bens voltados para o mercado externo; política de compras governamentais e aumento dos estímulos à construção civil, através da aceleração das obras do PAC e da ampliação dos programas habitacionais, como o PMCMV.

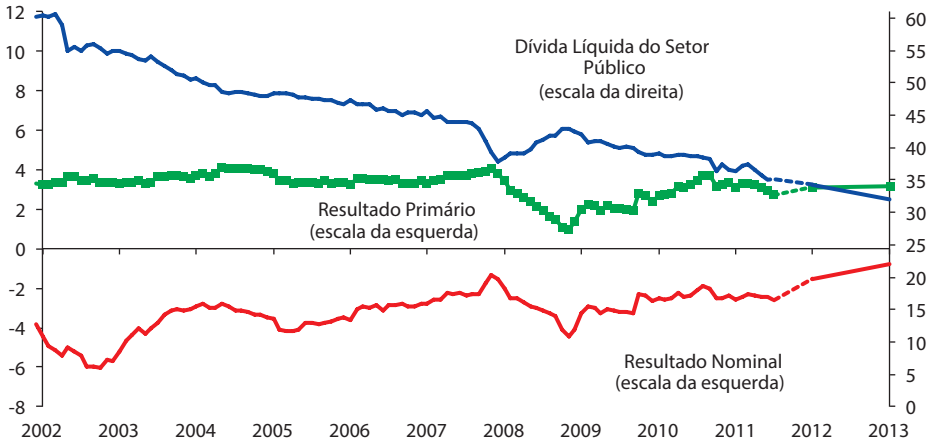
Espera-se que grande parte do impacto dessas medidas apareça no segundo semestre de 2012 e se estenda ao longo de 2013, quando o crescimento econômico irá acelerar de maneira sustentável graças à demanda doméstica, com aumento dos investimentos públicos e privados, e a recuperação do comércio internacional.

## A Política Fiscal dos Últimos Anos

A política fiscal tem como objetivo a gestão equilibrada dos recursos públicos, a fim de assegurar um crescimento sustentável da economia. A Dívida Líquida do Setor Público como proporção do PIB - DLSP/PIB apresenta uma trajetória de queda desde 2003, com exceção do crescimento ocorrido entre dezembro de 2008 e outubro de 2009, como consequência das medidas anticíclicas de combate à crise internacional.

Assim, comparando-se o indicador da DLSP/PIB de junho de 2012 (35,0%) com dezembro de 2002 (60,4% do PIB), verifica-se uma redução de 25,4 p.p. Tal redução decorreu de superávits primários médios superiores a 3,2% do PIB a.a. ano e da redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,6% do PIB, em agosto de 2003, para 5,3% do PIB, em junho de 2012.

**Gráfico 1 – Dívida Líquida do Setor Público – DLSP, Resultado Primário e Nominal, de 2002 a 2013** [1]
***(% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)***




Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Assec/MP.
Nota: [1] Os dados observados excluem Petrobras e Eletrobras. Dados observados até junho de 2012; projeções para dezembro de 2012 e dezembro de 2013 = PLOA 2013.

Logo após a crise internacional, o resultado primário do setor público voltou a se elevar, retornando a patamar próximo a 3% do PIB. Por sua vez, para 2013, a meta foi fixada, em termos nominais, em R$ 155,9 milhões, o que corresponde a 3,1% da estimativa do PIB para o próximo ano.

Considerando-se os resultados primários de 2012 e 2013, fixados, respectivamente, em R$ 139,8 bilhões e R$ 155,9 bilhões, projeta-se que a DLSP/PIB será reduzida de 36,4% ao final de 2011 para 32,0% ao final de 2013. (Tabela 5). O déficit nominal também deve seguir a trajetória de queda, passando de 2,6% em 2011 para 0,8% em 2013.

**Tabela 5 – Projeção dos Principais Resultados Fiscais**
***(% do PIB)***

| | Observado 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---|---|---|
| Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro | 3,1 | 3,1 | 3,1 |
| Dívida Líquida do Setor Público | 36,4 | 34,3 | 32,0 |
| Resultado Nominal do Setor Público | -2,6 | -1,52 | -0,8 |

Fonte: MF e Bacen.
Elaboração: Assec/MP.

## A Gestão da Dívida Pública

Conforme o estabelecido no Plano Anual de Financiamento - PAF 2011, o Tesouro Nacional seguiu as seguintes diretrizes para os títulos emitidos:

a) títulos prefixados: aumento na participação de Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional, série F - NTN-F no estoque total da dívida pública federal; manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de 6, 12 e 24 meses e de NTN-F com prazos de 5 e 10 anos; substituição da NTN-F de 3 anos pela LTN de mesmo prazo;

b) títulos remunerados a índices de preços: aumento na participação de Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B no estoque total da dívida pública federal e emissão de títulos com prazos de referência de 3, 5, 10, 20, 30 e 40 anos; e

c) títulos indexados à taxa Selic (Letras Financeiras do Tesouro - LFT): emissões com prazo médio superior ao prazo médio do estoque da Dívida Pública Federal - DPF.

É importante ressaltar que os títulos prefixados aumentam a previsibilidade dos custos e dos fluxos de pagamento, enquanto os títulos remunerados por índices de preços oferecem proteção, dada a correlação positiva entre as receitas do Governo e a inflação, bem como alinham os objetivos de política fiscal e monetária.

Por outro lado, os títulos indexados a juros flutuantes e os denominados em moeda externa estão sujeitos à maior volatilidade, adicionando imprevisibilidade à trajetória da dívida.

Sobre os títulos indexados à taxa flutuante (compostos em quase sua totalidade por títulos remunerados pela taxa Selic), o Tesouro Nacional deu continuidade à política de redução de sua participação no estoque da dívida, na direção de quebrar a cultura de indexação à taxa de juros *overnight* em diversos segmentos da indústria financeira.

Quanto ao estoque da **Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi**, verificou-se aumento de 11,2% ao longo de 2011, devido ao próprio custo de financiamento dessa dívida e a redução da Dívida Pública Federal externa - DPFe, que tem contrapartida no financiamento doméstico. Vale ressaltar ainda as três

emissões diretas para o BNDES realizadas em 2011, no valor total de R$ 50,2 bilhões, que contribuíram para o aumento do estoque da DPMFi em mercado.

Em relação à **DPFe**, a estratégia do PAF 2011 se apoiou nas seguintes diretrizes:

a) criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) nas estruturas a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas;

b) manutenção do programa de resgate antecipado (*Buyback Program*) para títulos denominados em dólares e euros;

c) possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;

d) manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional; e

e) monitoramento da Dívida Contratual Externa, buscando alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

O estoque **DPFe** reduziu-se de R$ 90,1 bilhões (US$ 54,1 bilhões) ao final de 2010 para R$ 83,3 bilhões (US$ 44,4 bilhões) ao de 2011 (redução de 7,5% em reais e 17,9% em dólares). Um dos fatores que contribuíram para a diminuição do estoque da DPFe foi a redução no volume financeiro das emissões realizadas em 2011, 50% inferior ao emitido em 2010. Do lado dos resgates, destacam-se duas operações de pagamento antecipado de dívida junto a organismos multilaterais, no montante de US$ 5,9 bilhões. Além disso, o Programa de Recompras de títulos em mercado foi responsável pela redução de US$ 2,9 bilhões no estoque da dívida externa em 2011.

Cabe mencionar que a atuação do Tesouro Nacional, mantendo o Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, reduz a volatilidade no serviço da dívida, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, além de aperfeiçoar o perfil da curva, pela retirada dos títulos que distorcem o custo de financiamento da dívida externa, por terem sido emitidos com taxas de juros superiores às atuais.

Em 2011, o Tesouro Nacional efetuou duas operações externas em dólares, captando US$ 1,65 bilhão. As emissões em dólares referem-se à reabertura do *benchmark* de 10 anos, o Global 2021, e à reabertura do Global 2041, *benchmark* de 30 anos. Foram obtidas as menores taxas de emissão da história para títulos brasileiros em dólares, 4,188% e 4,694% a.a., respectivamente, o que corrobora a tendência de melhora expressiva na percepção de risco dos investidores internacionais sobre a dívida externa brasileira.

Respeitando os limites do PAF 2011, o estoque da **DPF** teve aumento nominal de 10,2%, passando de R$ 1.694,0 bilhões em 2010, para R$ 1.866,4 bilhões em dezembro de 2011.

## O Planejamento para 2012

A evolução dos indicadores da **DPF**, que corresponde à soma da **DPMFi** e da **DPFe** ao longo dos últimos anos, está apresentada na Tabela 6, com destaque para a comparação entre as estatísticas ao final de maio de 2012 e os limites assinalados pelo PAF para 2012.

**Tabela 6 – Resultados para a Dívida Pública Federal (DPF) – Anos Selecionados**

| | 2002 | 2004 | 2009 | 2010 | 2011 | Mai/12 | Limites para 2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Mínimo | Máximo |
| Estoque da DPF[1] em Mercado (R$ bilhões) | | | | | | | | |
| | 893,3 | 1.013,9 | 1.497,4 | 1.694,0 | 1.866,4 | 1.922,0 | 1.950,0 | 2.050,0 |
| Composição da DPF (%) | | | | | | | | |
| Prefixados | 1,5 | 16,0 | 32,2 | 36,6 | 37,2 | 38,1 | 37,0 | 41,0 |
| Índices de preços | 8,8 | 11,9 | 26,7 | 26,6 | 28,3 | 31,6 | 30,0 | 34,0 |
| Taxa flutuante | 42,4 | 47,8 | 34,5 | 31,6 | 30,1 | 25,8 | 22,0 | 26,0 |
| Câmbio | 45,8 | 24,2 | 6,6 | 5,1 | 4,4 | 4,5 | 3,0 | 5,0 |
| Estrutura de Vencimento da DPF | | | | | | | | |
| Prazo médio (anos) | 3,6 | 2,9 | 3,5 | 3,5 | 3,6 | 3,8 | 3,6 | 3,8 |
| % Vincenda em 12 meses | 34,6 | 39,3 | 23,6 | 23,9 | 21,9 | 27,4 | 22,0 | 26,0 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF.
Elaboração: Assec/MP.
Nota: [1] Dívidas domésticas e externas sobre responsabilidade do Tesouro.

O **PAF para 2012** aponta para os parâmetros que o Tesouro Nacional espera atingir quanto à estrutura e à composição da DPF, conforme resumido na Tabela 6, ou seja, frente ao objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional continuarão as seguintes:

- substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- promover a redução do risco de refinanciamento da DPF;
- ampliar sua base, interna e externa, de investidores; e
- fomentar o desenvolvimento da estrutura a termo de taxa de juros.

Ressalta-se que atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, pela introdução de vértices mais longos, e à suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

Como apresentado, os indicadores têm-se mantido dentro dos limites ao longo do ano. Ao final de 2012, espera-se que o estoque da DPF situe-se entre R$ 1,95 trilhão e R$ 2,05 trilhões, após alcançar R$ 1,9 trilhão em dezembro de 2011.

Em relação ao **Tesouro Direto**, o Tesouro Nacional tem continuado o processo de ampliação desse programa, que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas pela *internet*. Cabe destacar que o Tesouro Direto, ao completar 10 anos, em 7 de janeiro de 2012, apresentava 276.373 investidores cadastrados. Quanto ao estoque em reais, este chegou a R$ 7.508,3 milhões ao final de 2011 (61,4% superior ao estoque do final do ano anterior, que era de R$ 4.653,1 milhões). Ao longo desse tempo, o Programa tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança sob a forma de títulos públicos.




# DESAFIOS PARA 2013

- Programa de Aceleração do Crescimento
- Reforma Agrária
- Brasil Carinhoso
- Segurança Pública
- Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016
- Expansão e Modernização da Rede de Atendimento da Previdência Social
- Plano Brasil Sem Miséria

# PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, mais conhecido como PAC 2, além de reforçar os investimentos relacionados ao setor de infraestrutura, que compunham a primeira parte do Programa e continuam sendo fundamentais ao crescimento do País, tem buscado sanar os problemas históricos sociais e urbanos que acometem a população brasileira, decorrentes do rápido crescimento e adensamento das cidades.

Nesse sentido, o conjunto de empreendimentos do PAC 2 constitui um importante instrumento para a consolidação do crescimento nacional e de resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e de investimentos oriundos dos setores público (Governo Federal, empresas estatais e contrapartidas estaduais) e privado, agrupados em seis eixos, conforme discriminado na Tabela 7, que detalha o volume de recursos federais relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social previstos para o exercício de 2013:

**Tabela 7: Recursos destinados ao PAC, estruturado por eixos, 2013.**
***(Contempla somente recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)***
***(R$ milhões)***

| EIXO | Valor |
|---|---|
| **Eixo Transportes** | **19.088** |
| Rodovias | 13.979 |
| Ferrovia | 1.991 |
| Aeroportos | 1.787 |
| Portos | 951 |
| Hidrovias | 380 |
| **Eixo Minha Casa, Minha Vida** | **13.940** |
| Minha Casa, Minha Vida | 12.580 |
| Urbanização de assentamentos precários | 1.360 |
| **Eixo Comunidade Cidadã** | **6.141** |
| Creches e pré-escolas | 1.984 |
| Quadras esportivas nas escolas | 1.169 |
| Unidades Básicas de Saúde - UBS e de Pronto Atendimento - UPA | 1.588 |
| Praças dos esportes e da cultura | 600 |
| Olimpíadas | 500 |
| Cidades históricas | 300 |
| **Eixo Cidade Melhor** | **6.719** |
| Prevenção em áreas de risco | 2.661 |
| Saneamento | 2.430 |
| Mobilidade urbana | 1.628 |
| **Eixo Água e Luz para Todos** | **5.770** |
| Recursos hídricos | 5.102 |
| Água em áreas urbanas | 668 |
| **Eixo Energia** | **367** |
| **Subtotal dos eixos** | **52.025** |
| **Subtotal das despesas com GAP** | **220** |
| **Total** | **52.245** |

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF (elaboração própria).

O crescimento dos investimentos em infraestrutura, principalmente os relativos ao eixo **Transportes**, que abrange os modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário e hidroviário, é condição necessária para o desenvolvimento do Brasil e continua sendo uma das prioridades do Governo para redução dos custos logísticos, garantia do escoamento da produção, melhoria da competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno quanto no externo, apoio à indústria do turismo e promoção da integração das diversas regiões, dinamizando a economia e facilitando a circulação da população.

Nesse contexto, as rodovias têm papel importante tanto para o transporte de bens e pessoas quanto para a integração. Os investimentos previstos para 2013 no setor visam aumentar a cobertura geográfica das rodovias pavimentadas, manter os trechos que se encontram pavimentados, bem como melhorar e ampliar as condições de rodagem e segurança dos usuários, por meio da manutenção de 64,8 mil km da malha rodoviária federal e da execução de obras de construção e adequação de trechos rodoviários, com prioridade para a BR-101 nos Estados do Nordeste e de Santa Catarina, BR-116 no Estado de São Paulo, BRs 163/230 no Estado do Pará e BR-381 no Estado de Minas Gerais.

Ainda no modal rodoviário, serão destinados recursos para execução de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, com vistas a assegurar o desenvolvimento do setor e atender às exigências estabelecidas em lei, relacionadas ao PAC e às normas ambientais vigentes, e para as ações voltadas à segurança nas estradas, mediante controle de pesagem e de velocidade de veículos, de forma a evitar a deterioração precoce das rodovias federais, causada pelo tráfego de veículos com excesso de peso, e reduzir acidentes em rodovias federais.

Em relação às estradas vicinais, a ação governamental de construir e recuperá-las visa, além de baratear os custos de frete dos insumos, gerando ganho indireto para o produtor e/ou consumidor, ampliar o acesso dos agricultores às políticas de desenvolvimento para o setor. Essa intervenção traz melhorias para o escoamento da produção agrícola e o consequente abastecimento das zonas urbanas, além de contribuir com a facilitação do acesso da população rural a serviços básicos como educação, saúde e lazer. Sob o ponto de vista ambiental, ajuda no controle de erosão e perda de solo, conserva e recupera as áreas marginais às estradas e reduz o assoreamento de córregos e rios.

O transporte ferroviário é tido como uma excelente solução logística para muitos segmentos. Nesse modal, o Governo Federal tem focado no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção, promovendo, inclusive, a interação com o sistema portuário com o objetivo de otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos. Destaca-se a construção da Ferrovia Norte-Sul, no trecho que se inicia em Açailândia, no Estado do Maranhão, e segue até o Município de Estrela D'Oeste, em São Paulo, totalizando 2.936,0 km, dos quais 1.708,0 km já estão concluídos, e da Ferrovia da Integração Oeste-Leste que, partindo de Ilhéus, no Estado da Bahia, chega a Figueirópolis, no Tocantins, onde se liga à Ferrovia Norte-Sul, num total de 1.527,0 km, cujas obras no trecho entre Ilhéus e Barreiras foram iniciadas em 2012.

Tem-se buscado, ainda, a melhoria do transporte de passageiros como alternativa que pode ser utilizada para beneficiar o meio ambiente, por meio da redução do número de veículos rodoviários geradores de poluentes. Citem-se, por exemplo, os investimentos voltados à exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros ligando as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Campinas pelo sistema de Trem de Alta Velocidade – TAV.

Além da construção de novas ferrovias e da implantação do TAV, deve-se destacar a eliminação de gargalos importantes na malha existente, como a construção da Variante Ferroviária de Camaçari, no Estado da Bahia, que tem por objetivo desviar o trajeto da linha férrea que hoje passa dentro do Município, com vistas a reduzir o tempo de viagem, diminuir o número de acidentes e permitir o fim dos conflitos entre ferrovia e circulação de pedestres e veículos. Também estão sendo executadas obras envolvendo a construção dos contornos dos Municípios de São Francisco do Sul e Joinville, no Estado de Santa Catarina, e de Araraquara, no Estado de São Paulo.

No que se refere ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, acompanhando o desenvolvimento acelerado da economia. Há expectativa de aumento ainda maior no tráfego aéreo de passageiros e cargas em face dos preparativos e da realização dos grandes eventos sediados pelo País, que impõem a necessidade de assegurar confiabilidade e segurança, minimizando riscos, acidentes e entraves operacionais. Para o setor, o Governo Federal destinará, em 2013, cerca de R$1.786,9 milhões, para o provimento de infraestrutura e de serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a operacionalidade dos aeroportos, a segurança e o conforto de passageiros. Ademais, também estão previstas reformas e ampliações de aeroportos públicos regionais, por meio de parcerias com os governos responsáveis pelos terminais.

No que tange à área portuária, o Brasil, apesar de se consolidar como a sexta economia do mundo, ainda busca oferecer condições de infraestrutura portuária em patamar de competitividade com os portos mais eficientes do mundo. A atividade portuária, além de crucial para o equilíbrio da Balança Comercial, é uma das principais indutoras de desenvolvimento do País. Com o objetivo de mudar esse cenário, o Governo Federal deverá investir, em 2013, cerca de R$ 951,0 milhões no setor portuário, no âmbito do PAC. Os empreendimentos priorizam a manutenção,a recuperação e a ampliação da infraestrutura portuária; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade dos portos por meio do Programa Nacional de Drag agem - PND; a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Com essas ações, busca-se imprimir maior dinamismo à economia, aumentar a competitividade, reduzir o "Custo Brasil", alcançar ganhos de produtividade operacional e preparar o setor para atender ao crescimento da demanda decorrente da realização de eventos internacionais que o País sediará.

No setor hidroviário, estão em andamento projetos que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior, com destaque para a Hidrovia do Tietê e da construção de terminais fluviais na região amazônica, destinados a impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar as condições de segurança na movimentação de pessoas e cargas na mais importante bacia hidrográfica do País.

O eixo **Minha Casa, Minha Vida** tem como meta assegurar o acesso à moradia digna a milhares de brasileiros, mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações que proporcionam não somente a oferta de moradia, mas também qualidade de vida e inclusão urbana. Nesse sentido, em 2009, foi lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no Brasil por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda, cujos recursos destinados para 2013 possibilitarão a contratação de mais de 360 mil moradias.



Adicionalmente, em 2013, recursos federais serão destinados ao apoio de planos municipais relacionados à urbanização de assentamentos precários que envolvem intervenções integradas de habitação, regularização fundiária, infraestrutura e inclusão socioambiental, tais como urbanização de favelas, recuperação ambiental de mananciais, ordenação urbanística, implantação de sistemas de saneamento básico, construção de equipamentos comunitários, reassentamento de famílias residentes em áreas sujeitas a riscos, desenvolvimento de trabalho social comunitário e implantação e parcelamento de glebas.

Visando assegurar melhor qualidade de vida à população, o Governo Federal estruturou o eixo **Comunidade Cidadã** com investimentos nas áreas de educação, saúde, cultura e esporte e lazer. Os investimentos no PAC, na área de educação, visam melhorar os índices de alfabetização das crianças brasileiras. Para tanto, conta com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância, que surgiu para adquirir equipamentos e garantir a construção e a reforma de creches e pré-escolas públicas no País. Com o apoio do Proinfância, está prevista a construção de 6.427 estabelecimentos até 2014, com investimento de R$ 7,6 bilhões. Para 2013, os recursos serão da ordem de R$ 1.984,2 milhões, a fim de atingir a meta de atendimento de 1.500 estabelecimentos.

O Programa de Construção e Cobertura de Quadras Esportivas Escolares, por sua vez, tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio, com quinhentos alunos ou mais. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e 4 mil para cobertura de quadras existentes. O investimento total será de R$ 4,1 bilhões, sendo R$ 1.168,6 milhões alocados para o exercício de 2013.

No âmbito do PAC 2, o setor de saúde prevê para 2013 a construção e ampliação de 5.150 Unidades Básicas de Saúde - UBSs com investimentos estimados em R$ 1.156,4 milhões. Quando devidamente estruturadas e em pleno funcionamento, as UBSs conseguem resolver as demandas primárias da comunidade em atendimento de saúde e possibilitam melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade.

Há previsão, ainda, de implantação, em 2013, de 125 novas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs 24h com investimentos estimados em R$ 431,6 milhões, que funcionam como estruturas de complexidade intermediária entre as UBSs e as portas de urgências hospitalares, onde, em conjunto com estas, compõem a Rede de Atenção às Urgências. As UPAs oferecem estrutura simplificada, contando com equipamentos de raio x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas. Ao resolver problemas que seriam encaminhados diretamente aos hospitais, as UPAs conseguem diminuir as filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

No que se refere ao setor de esporte e lazer, em 2013, serão ampliados os investimentos em infraestrutura, com a implantação de 198 Praças do Esporte, que compõem o eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Trata-se de equipamentos públicos multiusos voltados à prática do esporte e lazer e à formação cidadã que serão implantados em áreas urbanas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em 2013 espera-se, ainda, concluir a implantação das 350 **Praças dos Esportes e da Cultura** contratadas, as quais também constituem o eixo Comunidade Cidadã. As referidas Praças possuem como alvo os territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras e objetivam integrar, em um mesmo espaço físico, diversas iniciativas sociais.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, serão gastos R$ 500,0 milhões com a implantação de infraestrutura esportiva, tais como a construção do Autódromo do Rio de Janeiro e do laboratório *antidoping*, a construção dos Centros Olímpicos de Treinamento da Barra e de Deodoro, entre outros.

Ainda no que concerne ao eixo Comunidade Cidadã do PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que contará com o valor de R$ 300,0 milhões para 2013. Seu objetivo é o de planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo pactuado, prioritariamente, por meio de acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

O eixo **Cidade Melhor** está estruturado em investimentos fundamentais à oferta de serviços e infraestrutura social à população das cidades brasileiras, com vistas à universalização dos serviços de saneamento, à melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade nas principais capitais do País e à prevenção de tragédias provocadas por desastres naturais em áreas de risco, cujas obras são realizadas em parceria com Estados e Municípios.

As intervenções de saneamento visam melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mediante oferta de ambientes mais salubres, observadas a compatibilidade com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, para 2013, serão beneficiadas mais de 430 mil famílias com recursos da União para o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos) e ações de saneamento integrado, entre os quais se destacam as ampliações dos sistemas de esgotamento sanitário na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, que inclui a implantação de sete estações de tratamento de esgoto, de forma a beneficiar 370 mil famílias, com vistas a alcançar 95% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto na região, e em Fortaleza, no Estado do Ceará, com o objetivo de elevar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto de 52% para 63%, beneficiando 150 mil famílias.

Em relação à mobilidade urbana no Brasil, o Governo Federal apoiará a implementação de projetos integrados para a melhoria da infraestrutura viária dos serviços de transporte coletivo sobre pneus, integrados aos meios não motorizados, tais como a construção de pontes, viadutos e terminais de transbordo de passageiros, as obras civis de pavimentação e a segregação de vias e a criação de corredores de ônibus exclusivos. Ainda nesse setor, estão em execução a expansão e a modernização das malhas metroviárias de trens urbanos das capitais dos Estados da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Com o objetivo de proteger a população de deslizamentos e inundações, será implantado o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden, de forma a subsidiar os agentes de proteção civil na tomada de decisões antes da ocorrência do fenômeno natural. Além disso, serão realizadas ações de Prevenção em Áreas de Risco, tais como a construção de reservatórios de amortecimento e de obras de dragagem, a retificação e canalização de rios, a implantação e/ou ampliação dos sistemas de manejo de águas pluviais, e ações de incentivo ao reuso das águas pluviais. Em 2013, destacam-se as intervenções na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, cuja meta é beneficiar 500 mil famílias por meio de obra de macrodrenagem, recuperação ambiental, reassentamento de famílias residentes nas margens dos rios Botas e Sarapuí e no Igarapé do Mindu, no Estado do Amazonas, que visam atender 48 mil famílias por meio do reassentamento da população ribeirinha, da execução de obras de macrodrenagem, da urbanização e recuperação ambiental, além da construção de parques lineares, corredor ecológico, pontes e reservatórios de acumulação de cheias.

O eixo **Água e Luz para Todos** pretende desenvolver as atividades econômicas e expandir o abastecimento de água para consumo humano (áreas urbanas e rurais), realizando obras que concorram para o aumento da produção, cobertura e regularidade da oferta de água e reduzam as perdas no seu armazenamento e transporte. Para tanto, serão executadas obras necessárias à implementação de perímetros de irrigação, à construção de cisternas e de sistemas simplificados de abastecimento de água, à construção e manutenção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento de água e à integração e revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Será dada continuidade às obras de integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste), bem como às obras da Adutora do Agreste, que tem por objetivo levar a água da transposição para 68 Municípios do Agreste e do Sertão Pernambucano, e com o Canal Adutor do Sertão Alagoano, que possibilitará o desenvolvimento socioeconômico da região oeste do Estado de Alagoas, a qual abrange 42 Municípios. Também terão continuidades as obras de integração com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte), além da Adutora do Oeste, que atende a 13 Municípios e 24 Distritos, e do Ramal de Entremontes, para atendimento da demanda das bacias dos rios Brígida e Moxotó. No que se refere à revitalização, serão realizadas obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.

Para incremento da oferta de água, será dado prosseguimento à construção do Canal Vertente Litorânea, no Estado da Paraíba, e de barragens, tais como a de Congonhas e de Jequitaí, no Estado de Minas Gerais, e de Oiticica, no Estado do Rio Grande do Norte. Também será dada continuidade às obras de diversos perímetros de irrigação, os quais propiciam a prática da agricultura irrigada, que permite culturas fora de época e de diferentes regimes de chuvas, melhorando e diversificando a produção. Entre as obras, destacam-se os casos de Baixio de Irecê, no Estado da Bahia, e de Platôs de Guadalupe, no Estado do Piauí.

Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar a oferta de água em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento e o combate ao desperdício de água. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até às ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas e substituição de equipamentos obsoletos. Para 2013, prevê-se beneficiar aproximadamente 280 mil famílias com distribuição de água.

No eixo **Energia**, essencial para a garantia do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento social do País, serão realizados mapeamentos geológicos, geofísicos e da geodiversidade do território brasileiro e de águas internacionais, voltados à mineração e à prospecção de petróleo e gás natural, com vistas a atrair capitais privados e, consequentemente, gerar divisas para as diversas regiões brasileiras. As informações obtidas são disponibilizadas à sociedade para orientar a tomada de decisão das empresas interessadas na exploração, produção e transformação dos recursos minerais, do petróleo e do gás natural. Para 2013, preveem-se investimentos suficientes para viabilizar os conhecimentos geológico, geofísico e da geodiversidade de uma área aproximada de 2,0 milhões de quilômetros quadrados.

# REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária atualmente implantada no País busca desenvolver um novo modelo de assentamento, com base na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, considerando a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região.

Boa parte das ações voltadas para Reforma Agrária é realizada por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O Instituto, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, se faz presente no território nacional por meio de trinta Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é instituir modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de 8 mil assentamentos existentes no País.

Desde 1994, foram assentadas mais de 1 milhão de famílias. Nos últimos 5 anos, desde 2007, foram cerca de 255 mil, e a meta para 2013 é de 30 mil famílias.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibiliza serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, cujo principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento sustentável dos sistemas de produção e dos mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda. A Ater abrange um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Para o próximo ano, a meta é atender 380 mil famílias pelo Programa com a aplicação de R$ 340,0 milhões.

A Reforma Agrária pressupõe não apenas a distribuição da terra, mas a oferta das condições necessárias ao desenvolvimento das famílias assentadas, entre as quais se insere a educação. Desde que foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera beneficiou cerca de 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, destes, 347 mil foram beneficiados entre 2003 e 2010, quando foram investidos cerca de R$ 201,7 milhões. O programa oferece cursos de educação básica (alfabetização e ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de especialização. Entre os beneficiados, além dos assentados, estão: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, acampados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos.

As ações de educação no campo visam beneficiar 14 mil alunos em 2013, com o direcionamento de R$ 30,0 milhões para esse fim. Os recursos serão aplicados na educação de 10 mil jovens e adultos, na formação de 2,6 mil alunos de níveis médio e superior e, por último, na concessão de bolsas de estudo a 1,4 mil alunos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por objetivo criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável de modo a pro-



piciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Nesse âmbito, serão investidos aproximadamente R$ 200,0 milhões em ações voltadas para infraestrutura básica, beneficiando 20,5 mil famílias.

O Programa de **Cadastro de Terras e Regularização Fundiária** viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Além disso, permite o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica. São beneficiários do Programa os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária. As áreas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de "grilagens", concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local.  Em 2013, na regularização fundiária, serão investidos R$ 5,0 milhões com a meta de regularizar 10 mil imóveis.

# BRASIL CARINHOSO

Lançado em maio de 2012, o Programa Brasil Carinhoso representa uma iniciativa do Governo Federal, o qual garantirá que famílias extremamente pobres, com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, vivam com renda mínima superior a R$ 70,00 (setenta reais) por pessoa. Além disso, estão previstos investimentos para a ampliação do número de vagas existentes em creches para o atendimento desse público.

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que, mesmo com o benefício, continuem na extrema pobreza (renda por pessoa de até R$ 70,00) e tenham crianças de até 6 anos, passarão a receber um valor extra que corresponderá ao necessário para que a renda familiar por pessoa supere R$ 70,00.

Até 2014, estima-se que serão destinados R$ 10,0 bilhões ao Brasil Carinhoso, os quais serão utilizados para a ampliação dos recursos do Programa Bolsa Família (beneficiando 2 milhões de famílias e cerca de 2,7 milhões de crianças), para a construção de creches (meta de 6.427 unidades) e para o atendimento de saúde. Em 2013, serão aplicados R$ 4,7 bilhões, dos quais R$ 2,3 bilhões serão destinados ao aumento de renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família e R$ 2,4 bilhões ao financiamento de creches, além dos recursos disponibilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS para a distribuição de vitamina "A" e de medicamento para asma.



# SEGURANÇA PÚBLICA

A política nacional de segurança pública está voltada não apenas à modernização e ao aprimoramento das forças policiais, mas também à parceria do Governo Federal com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas que atacam as causas da violência e da criminalidade, com o desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de suas taxas.

As políticas de prevenção à violência e à criminalidade, desenvolvidas no âmbito do Ministério da Justiça, consistem em ações que articulam segurança pública e políticas sociais de natureza estrutural e de caráter local. Envolvem iniciativas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, ao fortalecimento de instituições de segurança pública e à valorização de profissionais e operadores de segurança pública, entre outras, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp.

À Senasp cabe, também, o esforço de aprimoramento da Rede Infoseg - Sistema Integrado de Informações de Justiça e Segurança Pública, voltado à integração e interoperabilidade com os diversos sistemas e tecnologias na área de segurança pública cujos dados permitem aumentar a racionalidade quanto ao uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Destaca-se, ainda, a implantação do Registro de Identidade Civil - RIC, que consiste na emissão de documento de identificação aos cidadãos brasileiros, com número único em uma base de dados nacional e com certificação digital. O RIC moderniza o sistema de identificação civil do País, garante que o registro do cidadão será único, amplia os mecanismos preventivos de segurança pública e concretiza os avanços tecnológicos que posicionam o Brasil na vanguarda da identificação civil.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, dentro da proposta de estruturação de um Sistema Único de Segurança Pública - Susp, apoiam a modernização organizacional e tecnológica dos órgãos de segurança pública dos Estados e dos Municípios, fornecem equipamentos para o reaparelhamento das suas polícias e ajudam na qualificação profissional de seus agentes.

Ademais, a União, por meio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, atua diretamente no combate à criminalidade, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de drogas e de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, à lavagem de dinheiro, aos crimes contra ao meio ambiente e os transnacionais.

Para 2013, a Polícia Federal contará com recursos da ordem de R$ 798,7 milhões para manter seus esforços na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no aprimoramento das ações de combate à criminalidade. A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente no roubo de veículos e de cargas, na segurança aos usuários das vias, no enfrentamento de crimes ambientais, de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para o exercício de suas atribuições, terá em 2013 dotações no montante de R$ 326,2 milhões.

No enfrentamento a ilícitos característicos de regiões de fronteira (tráfico de drogas, de armas e de pessoas, crimes ambientais e fiscais, como o contrabando e o descaminho), o Ministério da Justiça terá um orçamento de R$ 307,2 milhões para implementar o Plano Estratégico de Fronteiras, que prevê a realização de operações integradas entre os órgãos de segurança pública federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública) e as Forças Armadas, para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais, em cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil.

O Plano Estratégico de Fronteiras abrangerá uma área de 2.357 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 27% do território nacional, em ações que cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 km. A faixa de fronteira projeta-se por 150 quilômetros para dentro do território nacional, a partir da linha divisória com os dez países vizinhos, e compreende 11 Estados, 710 Municípios e uma população de 10,9 milhões de pessoas.

O elevado déficit prisional no País impõe-se como outro grande desafio para o Governo Federal na área de segurança pública, no que diz respeito ao apoio financeiro aos Estados na geração de novas vagas. O Departamento Penitenciário Nacional - Depen busca amenizar carência de vagas com a adoção de uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de unidades prisionais baseada nas realidades regionais, além de disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional.





# COPA DO MUNDO 2014 E JOGOS OLÍMPICOS 2016

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 haverá um leque significativo de oportunidades para diversos setores da economia. A cadeia produtiva do esporte servirá como alavanca de geração de empregos, negócios e renda. Na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, estão comprometidos recursos financeiros em projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, hotelaria e estádios. Com o aumento de investimentos em obras e serviços, a demanda por novos empregos deverá crescer consideravelmente e gerar oportunidades de trabalho para a população brasileira, o que deverá estimular a procura por qualificação profissional. Estudos apontam que 732 mil empregos serão gerados até a Copa do Mundo FIFA 2014. Já para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, estima-se que serão gerados aproximadamente 966 mil empregos até 2016.

Centros de Treinamento Esportivos serão implantados a partir da qualificação de estádios públicos, conforme critérios estabelecidos pela FIFA, bem como campos oficiais de treinamento.

Além disso, o Ministério do Esporte desenvolverá ações de comunicação e promoção do País que se intensificarão com a proximidade da Copa. Essas atividades têm caráter fundamental não só para atrair turistas e desenvolver o interesse dos brasileiros pelo evento, mas principalmente para melhorar a imagem do País. Outra atividade a ser desenvolvida será o programa de voluntariado para a Copa, que pretende captar 30 mil voluntários, ampliando o foco e intensificando a ação que será desenvolvida pela FIFA.

A elaboração e a implementação de planos de operação para o período da Copa do Mundo, incluindo a implementação do Monitoramento, são outras atividades a serem desenvolvidas. Em um primeiro momento, as cidades que sediarão a Copa das Confederações FIFA 2013 serão tratadas como prioritárias. A operação de monitoramento para o período dos eventos envolve áreas como malha aérea e operação aérea e portuária, transporte e mobilidade urbana, fornecimento de energia, telecomunicações e infraestrutura de tecnologia da informação, ações de saúde, prevenção e pronto-socorro, estruturas temporárias para a Copa e segurança.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, as despesas a serem realizadas preveem a continuidade das atividades de coordenação do Comitê Gestor da Copa - CGCOPA, com aumento nas atividades de monitoramento da Matriz de Responsabilidades (documento que define as responsabilidades de cada ente público no que tange às ações referentes à Copa), bem como de acompanhamento e monitoramento de ações realizadas por outros entes públicos e privados com impacto na realização da Copa do Mundo, a saber: estádios das doze cidades-sede, aeroportos, portos, mobilidade urbana e hotelaria. Em 2013, para essas atividades do Ministério, serão alocados R$ 230,0 milhões.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte tem como um de seus objetivos prover condições para implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária à preparação, realização e ao legado dos Jogos Rio 2016, bem como empreender esforços com vistas à preparação dos atletas brasileiros.

Em 2013, serão gastos recursos com a preparação de atletas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, com o custeio de equipes multidisciplinares e com a infraestrutura esportiva necessária à realização dos jogos, a qual compõe o PAC.

Ademais, o referido Ministério propiciará a implantação da Rede Nacional de Treinamento, a qual interligará os diversos Centros de Treinamento (local, regional e nacional) com vistas ao atendimento do atleta de alto rendimento e ao desenvolvimento do Programa Atleta Pódio, que oferece apoio pecuniário e multidisciplinar aos atletas para que possam alcançar um ótimo nível de performance.

Convém ressaltar, também, a criação, por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, da Autoridade Pública Olímpica - APO, que tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado e Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional - COI. Para 2013, está previsto o montante de aproximadamente R$ 1,0 bilhão para atender as responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Governo Federal está empenhado também em ampliar os benefícios da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 para além da cidade do Rio de Janeiro. A Nacionalização dos Jogos tem como finalidade inserir os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal nos Jogos Olímpicos Rio 2016 como um projeto de nacionalização dos benefícios olímpicos e paraolímpicos para o Brasil, fortalecendo a estrutura, como a implantação de centros de treinamentos, a aquisição de novos equipamentos, e, assim, ampliando o legado desses grandes eventos e sendo fator de desenvolvimento para todas as regiões do País.

Deve ser ressaltado ainda que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, com qualidade e excelência, não se limita à construção de arenas esportivas modernas e sustentáveis ou à melhoria da mobilidade urbana, por exemplo, mas alcança primordialmente o desempenho de atletas e equipes brasileiras nos Jogos. Para tanto, o Plano Medalha Olímpica 2016 irá possibilitar investimento adicional à preparação de atletas e equipes nacionais elencados entre os esportes com maior probabilidade de alcançar resultado esportivo em 2016.  As linhas de apoio serão: seleções, centros de treinamento, apoio direto aos atletas e à ciência e tecnologia esportiva. A meta do Plano é colocar o Brasil em nono lugar pelo número de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos Rio 2016.





# EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As Agências da Previdência Social - APSs são responsáveis pela inscrição do contribuinte, para fins de recolhimento, bem como pelo reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários e ampliação do controle social.

A fim de possibilitar melhor atendimento aos beneficiários da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS iniciou, em 2009, o Plano de Expansão de Rede de Atendimento da Previdência Social - PEX. Tal plano prevê que todo Município com mais de 20 mil habitantes possua uma unidade de atendimento do INSS.

Quando concluído, o PEX terá expandido a rede do INSS para mais 720 Municípios em todo o País, elevando o número de agências a 1.830 unidades, beneficiando um número maior de cidadãos. Em 2013, serão destinados R$ 75,0 milhões para a instalação de 35 novas agências.

# PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Visando atender 16 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no País, foi criado, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia as ações na área social e que tem como eixos de atuação: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva de pessoas extremamente pobres.

O **Programa Bolsa Família,** um dos principais eixos do Plano, tornou-se um marco como programa de transferência direta de renda, beneficiando famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de até R$ 140,00 mensal) e de extrema pobreza (renda até R$ 70,00 mensal). Esse é o maior programa de transferência de renda direta condicionada da América Latina. O benefício financeiro, entre R$ 32,00 e R$ 306,00 mensais, é associado a contrapartidas que funcionam como mecanismos para melhorar a condição de saúde e de educação das crianças e dos jovens. Adicionalmente, o Programa provê acesso a direitos sociais básicos e à assistência social.

Em 2013, o Programa deverá atender cerca de 13,8 milhões de famílias, com recursos da ordem de R$ 21,4 bilhões, incluídos os recursos destinados ao pagamento do benefício para a superação da pobreza extrema na infância, instituído no **Plano Brasil Carinhoso**.

As ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome direcionadas para a área rural preveem investimentos de R$ 1.268,8 milhões beneficiando 267,4 mil famílias.. Também serão investidos R$ 823,3 milhões para a construção de 228 mil cisternas e/ou estruturas de acesso à água.

Adicionalmente, serão investidos, com vistas à superação da pobreza, recursos da ordem de R$ 483,4 milhões para: orientação profissional, encaminhamento de mão de obra para empregos, fomento a atividades empreendedoras, micro e pequenas empresas, estímulo à formalização do microempreendedor individual e oferta de cursos técnicos gratuitos com bolsas de auxílio, inclusive para catadores de materiais recicláveis.

No âmbito do Ministério da Educação, o **Programa Mais Educação**, estratégia indutora da política de educação integral, atenderá, em caráter prioritário, as escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social e que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Para 2013, o orçamento previsto é de aproximadamente R$ 2,3bilhões, atendendo 40 mil escolas.

No Ministério do Trabalho e Emprego, serão desenvolvidas ações voltadas à capacitação dos catadores de material reciclável, propiciando condições para o cooperativismo de grupos que atuem na reciclagem, bem como ao apoio às redes de comercialização e cadeias produtivas desse segmento.

Na Saúde, o Plano Brasil Sem Miséria está estruturado em cinco áreas: a) Programa Saúde da Família; b) Programa Rede Cegonha; c) Programa Saúde Não Tem Preço; d) Programa Olhar Brasil; e e) Programa Brasil Sorridente.

Com o **Programa Saúde da Família**, haverá o aumento das equipes nas regiões de maior concentração da população em extrema pobreza. No **Programa Rede Cegonha**, o objetivo é reduzir a mortalidade materna e neonatal com a implementação de uma rede de atenção que garanta atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e pelo parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê.

O **Programa Saúde Não Tem Preço**, iniciado em 2011, fornece gratuitamente remédios para hipertensão e diabetes nas farmácias credenciadas da rede Aqui Tem Farmácia Popular. É importante ressaltar que a hipertensão arterial é diagnosticada em cerca de 33 milhões de brasileiros e que 80% dos hipertensos – aproximadamente 22,6 milhões – são atendidos na rede pública de saúde. É importante informar que esse Programa atualmente beneficia cerca de 1,3 milhão de brasileiros por mês. Desses, aproximadamente 660 mil são hipertensos e 300 mil diabéticos. O Programa é desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, que se credenciam espontaneamente ao firmarem convênio com o Ministério da Saúde. Com exceção dos medicamentos para diabetes e hipertensão (gratuitos), o Governo Federal financia 90% do valor de referência dos demais medicamentos que compõem o Farmácia Popular, cujo orçamento para 2013 será de R$ 2.005,6 milhões.

Já o **Programa Olhar Brasil** é uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação para identificar problemas visuais nos alunos da rede pública, cidadãos inscritos no programa Brasil Alfabetizado e na população acima de 60 anos. Entre suas ações está a distribuição de óculos para sanar os problemas visuais.

Por fim, ainda na área da Saúde, o Governo aperfeiçoará a prestação de saúde bucal à população sem acesso a atendimento odontológico por meio do **Programa Brasil Sorridente**. Esse programa está assentado em seis pilares: a) reorganização da atenção básica em saúde bucal; b) ampliação e qualificação da atenção especializada; c) assistência na atenção terciária; d) prevenção e promoção; e) qualificação e reestruturação; e f) vigilância e monitoramento.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, **o Programa Bolsa Verde** atenderá pelo menos 73 mil famílias em áreas definidas como prioritárias para a conservação ambiental, tais como unidades de conservação e projetos de assentamento, com recursos da ordem de R$ 91,2 milhões, por meio da transferência trimestral de R$ 300 a cada família que desenvolva atividade de conservação ambiental, manutenção da cobertura vegetal e uso sustentável da floresta. Ademais, serão investidos R$ 93,3 milhões na instalação de 303 sistemas de dessalinização de águas subterrâneas captadas por meio de poços tubulares, de forma ambiental e socialmente sustentável, com vistas ao atendimento das populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional, estão previstos recursos da ordem de R$ 170 milhões destinados ao apoio a iniciativas de aprimoramento da produção e inserção mercadológica, com o objetivo de elevar a renda familiar, ampliar o acesso à água e propiciar o acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, será aplicado um total de R$ 460,7 milhões para benefícios a 39 mil agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos; para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural a 195 mil agricultores familiares e a 57 mil famílias residentes em assentamentos; e para apoio a 1.300 empreendimentos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar.



2013
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

# AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

## INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- Aplicações em Operações de Crédito
- Investimentos no Ativo Imobilizado

# APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2013, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R$ 256 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais - PDG. Esse montante representa o fluxo das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2013. Respeitadas as especificidades de cada instituição, o volume das operações programado para o próximo ano está assim distribuído: industrial (12%), intermediação financeira (25%), outros serviços (18%), habitação (16%), comércio (9%), rural (8%) e outros (11%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

# INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2013, R$ 5,7 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R$ 3,4 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infraestrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R$ 2,3 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2013, as instituições Banco do Brasil - BB e Caixa Econômica Federal - CEF são responsáveis por dispêndios correspondentes a 54 % e 41 %, respectivamente.





2013

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

# ANEXO

## DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

- Empresas do Setor Produtivo
- Empresas do Setor Financeiro

# EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

## 68000 SECRETARIA DE PORTOS

### 68205 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **110.600.000** | **Receitas** | **59.589.691** |
| *Investimentos* | *110.600.000* | *Receita Operacional* | *52.152.092* |
| **Dispêndios Correntes** | **54.694.574** | *Receita não Operacional* | *7.437.599* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *28.729.397* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **66.500.000** |
| *Materias e Produtos* | *354.716* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *66.500.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *12.877.411* | **Total das Fontes** | **126.089.691** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.009.114* | **Variação de Capital de Giro** | **42.116.692** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *8.076.208* | **Variação do Disponível** | **-2.911.809** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.647.728* | | |
| **Total dos Usos** | **165.294.574** | **Total Liquido das Fontes** | **165.294.574** |

### 68206 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **139.468.043** | **Receitas** | **133.768.726** |
| *Investimentos* | *138.323.443* | *Receita Operacional* | *103.407.950* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.144.600* | *Receita não Operacional* | *30.360.776* |
| *Operações Internas* | *1.144.600* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **86.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **128.999.498** | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *86.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *57.147.563* | **Total das Fontes** | **219.768.726** |
| *Materias e Produtos* | *722.000* | **Variação de Capital de Giro** | **52.373.939** |
| *Serviços de Terceiros* | *43.582.000* | **Variação do Disponível** | **-3.675.124** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.000.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *15.067.935* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *9.480.000* | | |
| **Total dos Usos** | **268.467.541** | **Total Liquido das Fontes** | **268.467.541** |

### 68207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **117.641.596** | **Receitas** | **130.470.332** |
| *Investimentos* | *117.641.596* | *Receita Operacional* | *126.102.362* |
| **Dispêndios Correntes** | **112.356.618** | *Receita não Operacional* | *4.367.970* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *38.856.864* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **67.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *3.000.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *67.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *30.426.184* | **Total das Fontes** | **197.470.332** |
| *Utilidades e Serviços* | *7.126.201* | **Variação de Capital de Giro** | **11.390.775** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *23.824.086* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-183.721** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *9.123.283* | **Variação do Disponível** | **21.320.828** |
| **Total dos Usos** | **229.998.214** | **Total Liquido das Fontes** | **229.998.214** |

### 68208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **412.656.462** | **Receitas** | **767.306.001** |
| *Investimentos* | *403.508.591* | *Receita Operacional* | *755.216.053* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *2.447.871* | *Receita não Operacional* | *12.089.948* |
| *Operações Externas* | *2.447.871* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **194.200.340** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *6.700.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *194.200.340* |
| **Dispêndios Correntes** | **713.250.040** | **Total das Fontes** | **961.506.341** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *226.463.182* | **Variação de Capital de Giro** | **76.726.555** |
| *Materias e Produtos* | *5.998.000* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-182.495** |
| *Serviços de Terceiros* | *238.260.027* | **Variação do Disponível** | **87.856.101** |
| *Utilidades e Serviços* | *30.948.357* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *128.768.415* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *365.044* | | |
| *Operações Externas* | *297.957* | | |
| *Outras Fontes* | *67.087* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *82.447.015* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **1.125.906.502** | **Total Liquido das Fontes** | **1.125.906.502** |

### 68210 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **72.064.076** | **Receitas** | **129.584.300** |
| *Investimentos* | *72.064.076* | *Receita Operacional* | *125.799.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **117.282.500** | *Receita não Operacional* | *3.785.300* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *46.953.000* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **34.832.000** |
| *Materias e Produtos* | *2.330.000* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *34.832.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *35.199.500* | **Total das Fontes** | **164.416.300** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.400.000* | **Variação de Capital de Giro** | **3.679.901** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *17.800.000* | **Variação do Disponível** | **21.250.375** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *9.600.000* | | |
| **Total dos Usos** | **189.346.576** | **Total Liquido das Fontes** | **189.346.576** |

### 68211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **510.952.071** | **Receitas** | **411.783.814** |
| *Investimentos* | *510.373.246* | *Receita Operacional* | *358.704.618* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *578.825* | *Receita não Operacional* | *53.079.196* |
| *Operações Externas* | *578.825* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **126.650.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **397.261.527** | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *126.650.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *161.593.192* | **Total das Fontes** | **538.433.814** |
| *Materias e Produtos* | *2.500.917* | **Variação de Capital de Giro** | **32.655.842** |
| *Serviços de Terceiros* | *89.713.114* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **53.581** |
| *Utilidades e Serviços* | *10.780.000* | **Variação do Disponível** | **337.070.361** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *52.022.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *537.781* | | |
| *Operações Externas* | *537.781* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *80.114.523* | | |
| **Total dos Usos** | **908.213.598** | **Total Liquido das Fontes** | **908.213.598** |

### 680212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **68.870.000** | **Receitas** | **69.261.342** |
| *Investimentos* | *68.870.000* | *Receita Operacional* | *47.355.769* |
| **Dispêndios Correntes** | **71.998.697** | *Receita não Operacional* | *21.905.573* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *31.596.133* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **38.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *4.760.658* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *38.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *19.657.399* | **Total das Fontes** | **107.261.342** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.696.158* | **Variação de Capital de Giro** | **22.021.009** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.424.555* | **Variação do Disponível** | **11.586.346** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *5.863.794* | | |
| **Total dos Usos** | **140.868.697** | **Total Liquido das Fontes** | **140.868.697** |

## 60000 SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

### 60213 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.808.300.000** | **Receitas** | **3.271.714.322** |
| *Investimentos* | *1.508.300.000* | *Receita Operacional* | *3.261.724.559* |
| *Inversões Financeiras* | *300.000.000* | *Receita não Operacional* | *9.989.763* |
| **Dispêndios Correntes** | **3.225.446.479** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.658.300.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.656.734.348* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *1.658.300.000* |
| *Materias e Produtos* | *65.482.040* | **Total das Fontes** | **4.930.014.322** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.162.525.191* | **Variação de Capital de Giro** | **7.878.391** |
| *Utilidades e Serviços* | *242.448.227* | **Variação do Disponível** | **95.853.766** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *49.372.967* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *48.883.706* | | |
| **Total dos Usos** | **5.033.746.479** | **Total Liquido das Fontes** | **5.033.746.479** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

### 22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.965.376** | **Receitas** | **42.220.634** |
| *Investimentos* | *4.500.000* | *Receita Operacional* | *39.033.080* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *465.376* | *Receita não Operacional* | *3.187.554* |
| **Dispêndios Correntes** | **37.397.137** | **Total das Fontes** | **42.220.634** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *16.785.528* | **Variação de Capital de Giro** | **-2.011.061** |
| *Materias e Produtos* | *1.563.895* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-391.540** |
| *Serviços de Terceiros* | *12.507.573* | **Variação do Disponível** | **2.544.480** |
| *Utilidades e Serviços* | *800.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *4.024.614* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.715.527* | | |
| **Total dos Usos** | **42.362.513** | **Total Liquido das Fontes** | **42.362.513** |

### 22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.701.780** | **Receitas** | **22.395.583** |
| *Investimentos* | *1.701.780* | *Receita Operacional* | *20.599.131* |
| **Dispêndios Correntes** | **19.833.560** | *Receita não Operacional* | *1.796.452* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.869.574* | **Total das Fontes** | **22.395.583** |
| *Materias e Produtos* | *1.924.403* | **Variação de Capital de Giro** | **-734.505** |
| *Serviços de Terceiros* | *4.833.519* | **Variação do Disponível** | **-125.738** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.861.148* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.510.570* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *834.346* | | |
| **Total dos Usos** | **21.535.340** | **Total Liquido das Fontes** | **21.535.340** |

### 22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **23.604.471** | **Receitas** | **187.050.017** |
| *Investimentos* | *23.604.471* | *Receita Operacional* | *155.299.881* |
| **Dispêndios Correntes** | **163.170.929** | *Receita não Operacional* | *31.750.136* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *53.999.373* | **Total das Fontes** | **187.050.017** |
| *Materias e Produtos* | *4.048.661* | **Variação de Capital de Giro** | **-224.214** |
| *Serviços de Terceiros* | *51.668.636* | **Variação do Disponível** | **-50.403** |
| *Utilidades e Serviços* | *25.162.892* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *22.690.737* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *5.600.630* | | |
| **Total dos Usos** | **186.775.400** | **Total Liquido das Fontes** | **186.775.400** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

### 25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **210.000.000** | **Receitas** | **2.283.271.176** |
| *Investimentos* | *210.000.000* | *Receita Operacional* | *2.040.886.917* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.117.928.493** | *Receita não Operacional* | *242.384.259* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.252.624.065* | **Total das Fontes** | **2.283.271.176** |
| *Materias e Produtos* | *11.485.229* | **Variação de Capital de Giro** | **18.021.599** |
| *Serviços de Terceiros* | *354.510.085* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **10** |
| *Utilidades e Serviços* | *22.726.776* | **Variação do Disponível** | **26.635.708** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *269.815.301* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *29.841.193* | | |
| *Outras Fontes* | *29.841.193* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *176.925.844* | | |
| **Total dos Usos** | **2.327.928.493** | **Total Liquido das Fontes** | **2.327.928.493** |

### 25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **420.000.000** | **Receitas** | **2.786.460.023** |
| *Investimentos* | *280.000.000* | *Receita Operacional* | *2.757.313.994* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *140.000.000* | *Receita não Operacional* | *29.146.029* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.302.726.587** | **Total das Fontes** | **2.786.460.023** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *253.129.341* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-37.300.000** |
| *Materias e Produtos* | *628.855.353* | **Variação de Capital de Giro** | **-44.644.753** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.190.235.739* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-8.776.029** |
| *Utilidades e Serviços* | *22.676.554* | **Variação do Disponível** | **26.987.346** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *131.335.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *7.420.000* | | |
| *Outras Fontes* | *7.420.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *69.074.600* | | |
| **Total dos Usos** | **2.722.726.587** | **Total Liquido das Fontes** | **2.722.726.587** |

### 25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **18.186.830** | **Receitas** | **36.619.554** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *18.186.830* | *Receita Operacional* | *30.297.727* |
| **Dispêndios Correntes** | **18.432.723** | *Receita não Operacional* | *6.321.827* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *614.417* | **Total das Fontes** | **36.619.554** |
| *Serviços de Terceiros* | *89.797* | **Variação de Capital de Giro** | **6.145.721** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *16.524.252* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-6.144.592** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.204.257* | **Variação do Disponível** | **-1.130** |
| **Total dos Usos** | **36.619.553** | **Total Liquido das Fontes** | **36.619.553** |

### 25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **267.523.582** | **Receitas** | **1.056.001.153** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *267.523.582* | *Receita Operacional* | *1.011.767.146* |
| **Dispêndios Correntes** | **788.477.572** | *Receita não Operacional* | *44.234.007* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *13.181.062* | **Total das Fontes** | **1.056.001.153** |
| *Serviços de Terceiros* | *550.227.406* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.397.905** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.860.253* | **Variação do Disponível** | **1.397.906** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *208.781.650* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *14.427.201* | | |
| **Total dos Usos** | **1.056.001.154** | **Total Liquido das Fontes** | **1.056.001.154** |

### 25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **15.631.076** | **Receitas** | **645.805.245** |
| *Investimentos* | *9.113.184* | *Receita Operacional* | *603.470.581* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Outros Dispêndios de Capital* | *6.517.892* | *Receita não Operacional* | *42.334.664* |
| **Dispêndios Correntes** | **566.975.599** | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **2.500.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *113.218.559* | **Total das Fontes** | **648.305.245** |
| *Materias e Produtos* | *62.590.964* | **Variação de Capital de Giro** | **-95.020.698** |
| *Serviços de Terceiros* | *254.490.559* | **Variação do Disponível** | **29.322.128** |
| *Utilidades e Serviços* | *12.509.659* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *91.064.085* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *8.598.084* | | |
| *Operações Internas* | *8.598.084* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *24.503.689* | | |
| **Total dos Usos** | **582.606.675** | **Total Liquido das Fontes** | **582.606.675** |

### 25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.166.970** | **Receitas** | **51.352.125** |
| *Investimentos* | *2.800.000* | *Receita Operacional* | *47.527.122* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.366.970* | *Receita não Operacional* | *3.825.003* |
| **Dispêndios Correntes** | **45.996.745** | **Total das Fontes** | **51.352.125** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *21.417.523* | **Variação de Capital de Giro** | **-733.105** |
| *Materias e Produtos* | *647.144* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.390** |
| *Serviços de Terceiros* | *8.508.094* | **Variação do Disponível** | **-456.695** |
| *Utilidades e Serviços* | *3.039.239* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *4.462.736* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *139.000* | | |
| *Operações Internas* | *139.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *7.783.009* | | |
| **Total dos Usos** | **50.163.715** | **Total Liquido das Fontes** | **50.163.715** |

### 25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.037.782.704** | **Receitas** | **2.262.647.172** |
| *Investimentos* | *1.217.900* | *Receita Operacional* | *1.176.240* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.951.795.953* | *Receita não Operacional* | *2.261.470.932* |
| *Outras Fontes* | *1.951.795.953* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **1.270.396.683** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *84.768.851* | **Total das Fontes** | **3.533.043.855** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.617.907.253** | **Variação de Capital de Giro** | **551.817.154** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *16.469.436* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **44.597.556** |
| *Materias e Produtos* | *58.787* | **Variação do Disponível** | **-473.768.608** |
| *Serviços de Terceiros* | *272.061.737* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *795.665* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *84.829.196* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *697.987.508* | | |
| *Outras Fontes* | *697.987.508* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *545.704.924* | | |
| **Total dos Usos** | **3.655.689.957** | **Total Liquido das Fontes** | **3.655.689.957** |

### 25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **47.750.000** | **Receitas** | **463.932.947** |
| *Investimentos* | *550.000* | *Receita Operacional* | *441.691.342* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *30.500.000* | *Receita não Operacional* | *22.241.605* |
| *Debêntures* | *30.500.000* | **Total das Fontes** | **463.932.947** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *16.700.000* | **Variação de Capital de Giro** | **-66.526.523** |
| **Dispêndios Correntes** | **341.809.232** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-7.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.988.627* | **Variação do Disponível** | **-847.192** |
| *Materias e Produtos* | *135.733* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *68.299.169* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *1.463.155* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *61.613.839* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *14.350.721* | | |
| *Operações Internas* | *2.116.056* | | |
| *Debêntures* | *10.798.956* | | |
| *Outras Fontes* | *1.435.709* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *187.957.988* | | |
| **Total dos Usos** | **389.559.232** | **Total Liquido das Fontes** | **389.559.232** |

**25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **4.717.112** | **Receitas** | **180.443** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *111.932* | *Receita não Operacional* | *180.443* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *40.122* | **Total das Fontes** | **180.443** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *4.565.058* | **Variação de Capital de Giro** | **4.536.834** |
| | | **Variação do Disponível** | **-165** |
| **Total dos Usos** | **4.717.112** | **Total Liquido das Fontes** | **4.717.112** |

**25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. - BNC CAPITALIZAÇÃO**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **106.423** | **Receitas** | **543.388** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *106.423* | *Receita não Operacional* | *543.388* |
| **Dispêndios Correntes** | **431.365** | **Total das Fontes** | **543.388** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *166.080* | **Variação de Capital de Giro** | **-5.381** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *214.474* | **Variação do Disponível** | **-219** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *50.811* | | |
| **Total dos Usos** | **537.788** | **Total Liquido das Fontes** | **537.788** |

**25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **275.355.354** | **Receitas** | **1.165.644.799** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *275.355.354* | *Receita Operacional* | *1.147.378.424* |
| **Dispêndios Correntes** | **18.330.826** | *Receita não Operacional* | *18.266.375* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *5.945.843* | **Total das Fontes** | **1.165.644.799** |
| *Serviços de Terceiros* | *364.408* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.655.234.842** |
| *Utilidades e Serviços* | *143.496* | **Variação do Disponível** | **783.276.223** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *46.501* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *11.830.578* | | |
| **Total dos Usos** | **293.686.180** | **Total Liquido das Fontes** | **293.686.180** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

### 32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **21.250.000** | **Receitas** | **267.778.633** |
| *Investimentos* | *21.250.000* | *Receita Operacional* | *264.928.633* |
| **Dispêndios Correntes** | **209.171.787** | *Receita não Operacional* | *2.850.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *136.791.145* | **Total das Fontes** | **267.778.633** |
| *Materias e Produtos* | *2.039.264* | **Variação de Capital de Giro** | **175.551** |
| *Serviços de Terceiros* | *41.385.095* | **Variação do Disponível** | **-37.532.397** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.401.826* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.544.076* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.305.897* | | |
| *Outras Fontes* | *1.305.897* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *20.704.484* | | |
| **Total dos Usos** | **230.421.787** | **Total Liquido das Fontes** | **230.421.787** |

### 32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **3.286.730.126** | **Receitas** | **2.107.398.273** |
| *Investimentos* | *3.136.045.232* | *Receita Operacional* | *2.076.398.273* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *62.078.303* | *Receita não Operacional* | *31.000.000* |
| *Outras Fontes* | *62.078.303* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.315.270.693** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *88.606.591* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *1.315.270.693* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.628.039.904** | **Operações de Crédito** | **1.274.736.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *423.445.985* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.274.736.000* |
| *Materias e Produtos* | *443.757.000* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **444.175.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *322.725.990* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *444.175.000* |
| *Utilidades e Serviços* | *14.508.393* | **Total das Fontes** | **5.141.579.966** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *279.732.574* | **Variação de Capital de Giro** | **-12.560.853** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *33.131.380* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-56.344.765** |
| *Outras Fontes* | *33.131.380* | **Variação do Disponível** | **-157.904.318** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *110.738.582* | | |
| **Total dos Usos** | **4.914.770.030** | **Total Liquido das Fontes** | **4.914.770.030** |

### 32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **15.511.587.958** | **Receitas** | **17.208.149.550** |
| *Investimentos* | *57.865.050* | *Receita Operacional* | *9.491.035.404* |
| *Inversões Financeiras* | *5.485.949.804* | *Receita não Operacional* | *7.717.114.146* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.747.704.825* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **2.701.264.338** |
| *Operações Externas* | *453.779.197* | **Operações de Crédito** | **2.252.179.710** |
| *Outras Fontes* | *1.293.925.628* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.100.800.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *8.220.068.279* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *1.151.379.710* |
| **Dispêndios Correntes** | **12.400.255.959** | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **5.100.454.175** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *383.921.040* | *Debêntures* | *2.000.000.000* |
| *Materias e Produtos* | *9.043.785.528* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *3.100.454.175* |
| *Serviços de Terceiros* | *606.940.939* | **Total das Fontes** | **27.262.047.773** |
| *Utilidades e Serviços* | *15.141.762* | **Variação de Capital de Giro** | **-876.479.443** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *854.663.732* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-298.700.125** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *862.919.785* | **Variação do Disponível** | **1.824.975.712** |
| *Operações Externas* | *475.341.850* | | |
| *Outras Fontes* | *387.577.935* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *632.883.173* | | |
| **Total dos Usos** | **27.911.843.917** | **Total Liquido das Fontes** | **27.911.843.917** |

### 32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.529.502.067** | **Receitas** | **5.453.460.312** |
| *Investimentos* | *659.636.850* | *Receita Operacional* | *5.049.731.005* |
| *Inversões Financeiras* | *406.702.047* | *Receita não Operacional* | *403.729.307* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *388.092.000* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **8.841.287** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações Internas* | *110.432.739* | **Operações de Crédito** | **531.635.523** |
| *Operações Externas* | *968.051* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *531.635.523* |
| *Outras Fontes* | *276.691.210* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **10.250.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *75.071.170* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *10.250.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **3.834.900.658** | **Total das Fontes** | **6.004.187.122** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.037.670.469* | **Variação de Capital de Giro** | **-109.677.246** |
| *Materias e Produtos* | *1.134.513.044* | **Variação do Disponível** | **-530.107.151** |
| *Serviços de Terceiros* | *294.081.922* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *7.485.922* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *590.446.013* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *305.631.109* | | |
| *Operações Internas* | *37.210.542* | | |
| *Operações Externas* | *82.514* | | |
| *Outras Fontes* | *268.338.053* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *465.072.179* | | |
| **Total dos Usos** | **5.364.402.725** | **Total Liquido das Fontes** | **5.364.402.725** |

### 32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.099.525.441** | **Receitas** | **1.594.670.954** |
| *Investimentos* | *581.580.811* | *Receita Operacional* | *1.464.052.124* |
| *Inversões Financeiras* | *1.155.623.719* | *Receita não Operacional* | *130.618.830* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *160.644.687* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.076.454.847** |
| *Operações Internas* | *89.762.245* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *1.076.454.847* |
| *Outras Fontes* | *70.882.442* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **1.237.306** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *201.676.224* | **Operações de Crédito** | **140.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.081.708.933** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *140.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *312.300.435* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **450.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *164.910.194* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *450.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *148.935.993* | **Total das Fontes** | **3.262.363.107** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.856.971* | **Variação de Capital de Giro** | **-734.530** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *203.424.869* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-6.787.811** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *150.721.043* | **Variação do Disponível** | **-73.606.392** |
| *Operações Internas* | *86.203.979* | | |
| *Outras Fontes* | *64.517.064* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *95.559.428* | | |
| **Total dos Usos** | **3.181.234.374** | **Total Liquido das Fontes** | **3.181.234.374** |

### 32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.257.770.880** | **Receitas** | **6.889.305.642** |
| *Investimentos* | *1.975.844.647* | *Receita Operacional* | *6.745.553.267* |
| *Inversões Financeiras* | *712.839.277* | *Receita não Operacional* | *143.752.375* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *254.439.865* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **688.597.348** |
| *Operações Internas* | *46.888.116* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *688.597.348* |
| *Outras Fontes* | *207.551.749* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **9.162.547** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.314.647.091* | **Operações de Crédito** | **2.306.843.843** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.364.007.691** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *2.306.843.843* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *778.776.585* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **27.237.615** |
| *Materias e Produtos* | *1.369.046.935* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *21.828.753* |
| *Serviços de Terceiros* | *564.696.294* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *5.408.862* |
| *Utilidades e Serviços* | *18.448.991* | **Total das Fontes** | **9.921.146.995** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.109.154.080* | **Variação de Capital de Giro** | **-13.097.137** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *18.833.006* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **122.433** |
| *Operações Internas* | *3.289.992* | **Variação do Disponível** | **-1.286.393.720** |
| *Outras Fontes* | *15.543.014* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *505.051.800* | | |
| **Total dos Usos** | **8.621.778.571** | **Total Liquido das Fontes** | **8.621.778.571** |

### 32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **3.602.556.217** | **Receitas** | **7.421.243.222** |
| *Investimentos* | *1.174.930.882* | *Receita Operacional* | *7.047.075.706* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Inversões Financeiras* | *625.700.967* | *Receita não Operacional* | *374.167.516* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *569.061.072* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **296.718.204** |
| *Operações Internas* | *247.710.574* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *296.718.204* |
| *Outras Fontes* | *321.350.498* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **42.435.151** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.232.863.296* | **Operações de Crédito** | **1.975.545.423** |
| **Dispêndios Correntes** | **5.155.050.032** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *1.925.545.423* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *931.653.457* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *50.000.000* |
| *Materias e Produtos* | *1.191.577.874* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **61.109.217** |
| *Serviços de Terceiros* | *570.432.455* | *Demais Recursos de Longo Prazo* | *61.109.217* |
| *Utilidades e Serviços* | *25.813.211* | **Total das Fontes** | **9.797.051.217** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.324.323.034* | **Variação de Capital de Giro** | **126.681.413** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *638.525.006* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-61.109.215** |
| *Operações Internas* | *96.977.918* | **Variação do Disponível** | **-1.105.017.166** |
| *Outras Fontes* | *541.547.088* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *472.724.995* | | |
| **Total dos Usos** | **8.757.606.249** | **Total Liquido das Fontes** | **8.757.606.249** |

### 32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **91.607.631.530** | **Receitas** | **277.085.540.059** |
| *Investimentos* | *63.351.163.000* | *Receita Operacional* | *270.309.466.195* |
| *Inversões Financeiras* | *14.339.478.879* | *Receita não Operacional* | *6.776.073.864* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *2.141.989.651* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **15.100.000.000** |
| *Operações Internas* | *301.085.548* | **Operações de Crédito** | **5.900.000.000** |
| *Operações Externas* | *1.777.941.423* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *5.900.000.000* |
| *Debêntures* | *62.962.680* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **7.266.000.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *11.775.000.000* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *7.266.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **241.231.260.830** | **Total das Fontes** | **305.351.540.059** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *15.889.065.416* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **4.050.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *83.395.010.762* | **Variação de Capital de Giro** | **6.095.549.410** |
| *Serviços de Terceiros* | *32.134.981.093* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **872.211.964** |
| *Utilidades e Serviços* | *520.183.686* | **Variação do Disponível** | **16.469.590.927** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *64.044.295.504* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.896.487.850* | | |
| *Operações Internas* | *2.186.989.997* | | |
| *Operações Externas* | *579.244.431* | | |
| *Debêntures* | *160.434.407* | | |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *951.904.503* | | |
| *Outras Fontes* | *17.914.512* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *41.351.236.519* | | |
| **Total dos Usos** | **332.838.892.360** | **Total Liquido das Fontes** | **332.838.892.360** |

### 32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.095.292.332** | **Receitas** | **45.546.886** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *1.095.292.332* | *Receita não Operacional* | *45.546.886* |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *1.095.292.332* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **826.574.251** |
| **Dispêndios Correntes** | **72.141.834** | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **1.146.749.615** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *67.590.790* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *1.146.749.615* |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *67.590.790* | **Total das Fontes** | **2.018.870.752** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *4.551.044* | **Variação de Capital de Giro** | **1.967.963** |
| | | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-25.248.734** |
| | | **Variação do Disponível** | **-828.155.815** |
| **Total dos Usos** | **1.167.434.166** | **Total Liquido das Fontes** | **1.167.434.166** |

### 32238 INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **7.230.790** | **Receitas** | **120.048** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *24.480* | *Receita não Operacional* | *120.048* |
| *Materias e Produtos* | *5.760* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **7.110.742** |
| *Serviços de Terceiros* | *312.100* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *7.110.742* |
| *Utilidades e Serviços* | *42.250* | **Total das Fontes** | **7.230.790** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.200* | **Variação de Capital de Giro** | **48** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *6.840.000* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-48** |
| **Total dos Usos** | **7.230.790** | **Total Liquido das Fontes** | **7.230.790** |

**32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.009.743.061** | **Receitas** | **114.952.942.161** |
| *Investimentos* | *901.521.000* | *Receita Operacional* | *114.664.011.811* |
| *Inversões Financeiras* | *12.700.000* | *Receita não Operacional* | *288.930.350* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.095.522.061* | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **95.075.778** |
| **Dispêndios Correntes** | **132.551.076.309** | **Total das Fontes** | **115.048.017.939** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.082.094.910* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **1.822.687.524** |
| *Materias e Produtos* | *105.698.753.888* | **Variação de Capital de Giro** | **18.759.778.234** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.840.857.774* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-8.971.516** |
| *Utilidades e Serviços* | *47.192.148* | **Variação do Disponível** | **-1.060.692.811** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *23.262.711.844* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *144.766.909* | | |
| *Outras Fontes* | *144.766.909* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *474.698.836* | | |
| **Total dos Usos** | **134.560.819.370** | **Total Liquido das Fontes** | **134.560.819.370** |

**32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **20.144.752** | **Receitas** | **1.082.563.208** |
| *Inversões Financeiras* | *13.034.010* | *Receita Operacional* | *1.073.502* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *7.110.742* | *Receita não Operacional* | *1.081.489.706* |
| **Dispêndios Correntes** | **122.192.031** | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **650.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *8.265.144* | **Total das Fontes** | **1.732.563.208** |
| *Materias e Produtos* | *692.130* | **Variação de Capital de Giro** | **-636.687.590** |
| *Serviços de Terceiros* | *16.673.678* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-8.699.428** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.360* | **Variação do Disponível** | **-944.839.407** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *77.725.087* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.272* | | |
| *Outras Fontes* | *1.272* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *18.828.360* | | |
| **Total dos Usos** | **142.336.783** | **Total Liquido das Fontes** | **142.336.783** |

**32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **39.017.620** | **Receitas** | **47.000.000** |
| *Investimentos* | *17.620* | *Receita não Operacional* | *47.000.000* |
| *Inversões Financeiras* | *9.000.000* | **Total das Fontes** | **47.000.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *30.000.000* | **Variação do Disponível** | **-2.412.856** |
| **Dispêndios Correntes** | **5.569.524** | | |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *2.234.423* | | |
| *Materias e Produtos* | *83.059* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *1.440.304* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *73.496* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.557.269* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *180.973* | | |
| **Total dos Usos** | **44.587.144** | **Total Liquido das Fontes** | **44.587.144** |

**32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **138.164.582** | **Receitas** | **631.249.276** |
| *Investimentos* | *123.432.135* | *Receita Operacional* | *588.401.155* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *14.732.447* | *Receita não Operacional* | *42.848.121* |
| *Outras Fontes* | *14.732.447* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **92.108.122** |
| **Dispêndios Correntes** | **661.594.940** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *92.108.122* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *26.589.633* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **45.096.504** |
| *Materias e Produtos* | *385.461.583* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *45.096.504* |
| *Serviços de Terceiros* | *36.069.621* | **Total das Fontes** | **768.453.902** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Utilidades e Serviços* | *494.707* | **Variação de Capital de Giro** | **-7.978.319** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *165.008.063* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-22.648** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *12.853.082* | **Variação do Disponível** | **39.306.587** |
| *Outras Fontes* | *12.853.082* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *35.118.251* | | |
| **Total dos Usos** | **799.759.522** | **Total Liquido das Fontes** | **799.759.522** |

### 32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **249.311.642** | **Receitas** | **1.440.878.604** |
| *Investimentos* | *182.109.621* | *Receita Operacional* | *1.400.055.759* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *67.202.021* | *Receita não Operacional* | *40.822.845* |
| *Operações Internas* | *4.775.998* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **75.897.679** |
| *Operações Externas* | *161.662* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *75.897.679* |
| *Outras Fontes* | *62.264.361* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **110.735.322** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.307.607.376** | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *110.735.322* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *113.899.321* | **Total das Fontes** | **1.627.511.605** |
| *Materias e Produtos* | *643.543.210* | **Variação de Capital de Giro** | **-8.636.450** |
| *Serviços de Terceiros* | *97.074.631* | **Variação do Disponível** | **-61.956.137** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.263.897* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *376.074.345* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *20.237.743* | | |
| *Operações Internas* | *1.208.204* | | |
| *Operações Externas* | *86.360* | | |
| *Outras Fontes* | *18.943.179* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *50.514.229* | | |
| **Total dos Usos** | **1.556.919.018** | **Total Liquido das Fontes** | **1.556.919.018** |

### 32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **418.793.486** | **Receitas** | **1.833.664.994** |
| *Investimentos* | *320.837.630* | *Receita Operacional* | *1.626.309.617* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *97.955.856* | *Receita não Operacional* | *207.355.377* |
| *Operações Internas* | *906.797* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **77.391.926** |
| *Operações Externas* | *747.662* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *77.391.926* |
| *Outras Fontes* | *96.301.397* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **125.417.031** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.557.518.982** | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *125.417.031* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *117.651.967* | **Total das Fontes** | **2.036.473.951** |
| *Materias e Produtos* | *635.677.103* | **Variação de Capital de Giro** | **65.562.335** |
| *Serviços de Terceiros* | *103.536.838* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-72.744** |
| *Utilidades e Serviços* | *11.919.893* | **Variação do Disponível** | **-125.651.074** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *542.146.833* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *64.981.575* | | |
| *Operações Internas* | *218.620* | | |
| *Operações Externas* | *452.271* | | |
| *Outras Fontes* | *64.310.684* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *81.604.773* | | |
| **Total dos Usos** | **1.976.312.468** | **Total Liquido das Fontes** | **1.976.312.468** |

### 32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **352.378.845** | **Receitas** | **1.762.008.010** |
| *Investimentos* | *335.210.930* | *Receita Operacional* | *1.674.870.545* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *17.167.915* | *Receita não Operacional* | *87.137.465* |
| *Outras Fontes* | *17.167.915* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **204.348.219** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.744.443.547** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *204.348.219* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *94.283.721* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **340.689.892** |
| *Materias e Produtos* | *1.089.461.577* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *340.689.892* |
| *Serviços de Terceiros* | *76.104.609* | **Total das Fontes** | **2.307.046.121** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.619.100* | **Variação de Capital de Giro** | **-22.669.479** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *426.842.384* | **Variação do Disponível** | **-187.554.250** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *6.346.221* | | |
| *Outras Fontes* | *6.346.221* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *44.785.935* | | |
| **Total dos Usos** | **2.096.822.392** | **Total Liquido das Fontes** | **2.096.822.392** |

### 32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **408.429.207** | **Receitas** | **895.273.000** |
| *Investimentos* | *99.938.000* | *Receita Operacional* | *877.981.000* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *60.311.399* | *Receita não Operacional* | *17.292.000* |
| *Operações Externas* | *60.311.399* | **Total das Fontes** | **895.273.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *248.179.808* | **Variação de Capital de Giro** | **172.700.303** |
| **Dispêndios Correntes** | **606.223.027** | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **14.374.027** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *99.302.000* | **Variação do Disponível** | **-67.695.096** |
| *Materias e Produtos* | *11.429.876* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *61.561.865* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *37.995.356* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *294.894.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *70.022.027* | | |
| *Operações Externas* | *6.425.175* | | |
| *Outras Fontes* | *63.596.852* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *31.017.903* | | |
| **Total dos Usos** | **1.014.652.234** | **Total Liquido das Fontes** | **1.014.652.234** |

### 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **47.450.796** | **Receitas** | **455.058.714** |
| *Investimentos* | *35.389.511* | *Receita Operacional* | *433.342.892* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *12.061.285* | *Receita não Operacional* | *21.715.822* |
| *Outras Fontes* | *12.061.285* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **23.582.868** |
| **Dispêndios Correntes** | **382.016.269** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *23.582.868* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *52.738.769* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **9.374.500** |
| *Materias e Produtos* | *202.006.950* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *9.374.500* |
| *Serviços de Terceiros* | *26.213.367* | **Total das Fontes** | **488.016.082** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.954.148* | **Variação de Capital de Giro** | **-77.069.679** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *51.714.396* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-590.758** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *2.225.196* | **Variação do Disponível** | **19.111.420** |
| *Outras Fontes* | *2.225.196* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *45.163.443* | | |
| **Total dos Usos** | **429.467.065** | **Total Liquido das Fontes** | **429.467.065** |

### 32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.359.881.373** | **Receitas** | **6.242.177.553** |
| *Investimentos* | *1.221.988.514* | *Receita Operacional* | *5.805.900.830* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *137.892.859* | *Receita não Operacional* | *436.276.723* |
| *Outras Fontes* | *137.892.859* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **666.671.187** |
| **Dispêndios Correntes** | **5.760.642.455** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *666.671.187* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *198.438.178* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **426.834.032** |
| *Materias e Produtos* | *3.572.838.883* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *426.834.032* |
| *Serviços de Terceiros* | *256.029.935* | **Total das Fontes** | **7.335.682.772** |
| *Utilidades e Serviços* | *19.020.220* | **Variação de Capital de Giro** | **149.530.581** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.144.156.746* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-168.083.351** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *71.294.251* | **Variação do Disponível** | **-196.606.174** |
| *Outras Fontes* | *71.294.251* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *498.864.242* | | |
| **Total dos Usos** | **7.120.523.828** | **Total Liquido das Fontes** | **7.120.523.828** |

### 32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.021.528.097** | **Receitas** | **6.687.504.439** |
| *Investimentos* | *1.564.643.000* | *Receita Operacional* | *6.632.347.283* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *97.965.074* | *Receita não Operacional* | *55.157.156* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações Internas* | *97.965.074* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **358.920.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *358.920.023* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *358.920.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **5.906.075.442** | **Operações de Crédito** | **863.866.851** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.495.174.051* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *863.866.851* |
| *Materias e Produtos* | *233.154.766* | **Total das Fontes** | **7.910.291.290** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.920.226.250* | **Variação de Capital de Giro** | **60.384.270** |
| *Utilidades e Serviços* | *254.236.789* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **32.197.465** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.098.673.335* | **Variação do Disponível** | **-75.269.486** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *106.774.282* | | |
| *Operações Internas* | *106.774.282* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *797.835.969* | | |
| **Total dos Usos** | **7.927.603.539** | **Total Liquido das Fontes** | **7.927.603.539** |

### 32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **24.479.000** | **Receitas** | **625.984.478** |
| *Investimentos* | *24.479.000* | *Receita Operacional* | *625.984.478* |
| **Dispêndios Correntes** | **562.669.335** | **Total das Fontes** | **625.984.478** |
| *Materias e Produtos* | *23.803.662* | **Variação de Capital de Giro** | **618.909** |
| *Serviços de Terceiros* | *199.931.170* | **Variação do Disponível** | **-39.455.052** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.394.160* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *333.540.343* | | |
| **Total dos Usos** | **587.148.335** | **Total Liquido das Fontes** | **587.148.335** |

### 32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **335.357.118** | **Receitas** | **856.388.372** |
| *Investimentos* | *215.348.216* | *Receita Operacional* | *852.388.372* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *120.008.902* | *Receita não Operacional* | *4.000.000* |
| *Outras Fontes* | *120.008.902* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **297.522.431** |
| **Dispêndios Correntes** | **895.693.772** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *297.522.431* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *91.691.829* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **42.018.322** |
| *Materias e Produtos* | *529.240.717* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *42.018.322* |
| *Serviços de Terceiros* | *73.565.855* | **Total das Fontes** | **1.195.929.125** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.163.513* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.757.796** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *85.706.311* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **46.875.918** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *77.644.408* | **Variação do Disponível** | **-9.996.357** |
| *Outras Fontes* | *77.644.408* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *35.681.139* | | |
| **Total dos Usos** | **1.231.050.890** | **Total Liquido das Fontes** | **1.231.050.890** |

### 32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **20.054.750.127** | **Receitas** | **1.276.949.931** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *20.054.750.127* | *Receita não Operacional* | *1.276.949.931* |
| **Dispêndios Correntes** | **4.793.693.301** | **Retorno de Aplicações Financeiras L.P.** | **11.410.010.256** |
| *Serviços de Terceiros* | *5.152.000* | **Operações de Crédito** | **12.110.000.000** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *4.766.461.301* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *12.110.000.000* |
| *Operações Externas* | *4.766.461.301* | **Total das Fontes** | **24.796.960.187** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *22.080.000* | **Variação de Capital de Giro** | **705.252.000** |
| | | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-25.079.844** |
| | | **Variação do Disponível** | **-628.688.915** |
| **Total dos Usos** | **24.848.443.428** | **Total Liquido das Fontes** | **24.848.443.428** |

### 32279 DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **528.457** | **Receitas** | **134.305** |
| *Serviços de Terceiros* | *122.993* | *Receita não Operacional* | *134.305* |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *405.464* | **Total das Fontes** | **134.305** |
| | | **Variação de Capital de Giro** | **-79.731** |
| | | **Variação do Disponível** | **473.883** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **528.457** | **Total Liquido das Fontes** | **528.457** |

**32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **385.433.192** | **Receitas** | **549.596.027** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *385.433.192* | *Receita Operacional* | *257.708.305* |
| *Operações Internas* | *385.433.192* | *Receita não Operacional* | *291.887.722* |
| **Dispêndios Correntes** | **213.780.776** | **Total das Fontes** | **549.596.027** |
| *Serviços de Terceiros* | *104.954.798* | **Variação de Capital de Giro** | **-20.032.801** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *103.543.338* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-2.455.947** |
| *Operações Internas* | *103.543.338* | **Variação do Disponível** | **72.106.689** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *5.282.640* | | |
| **Total dos Usos** | **599.213.968** | **Total Liquido das Fontes** | **599.213.968** |

**32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **17.906.910.274** | **Receitas** | **9.475.953.365** |
| *Investimentos* | *8.275.090.000* | *Receita Operacional* | *9.018.772.925* |
| *Inversões Financeiras* | *2.791.195.838* | *Receita não Operacional* | *457.180.440* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *6.840.624.436* | **Operações de Crédito** | **1.349.400.000** |
| *Operações Internas* | *65.477.904* | *Operações de Credito Externas – Moedas Outras* | *1.349.400.000* |
| *Operações Externas* | *931.572.281* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **13.209.000.000** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *5.843.574.251* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *13.209.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **2.021.558.454** | **Total das Fontes** | **24.034.353.365** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.836.712* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-2.290.504.138** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *604.091.711* | **Variação de Capital de Giro** | **-1.838.162.067** |
| *Operações Internas* | *18.766.991* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **16.133.148** |
| *Operações Externas* | *323.035.503* | **Variação do Disponível** | **6.648.420** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *262.289.217* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.413.630.031* | | |
| **Total dos Usos** | **19.928.468.728** | **Total Liquido das Fontes** | **19.928.468.728** |

**32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **313.749** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **313.749** |
| *Serviços de Terceiros* | *313.749* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *313.749* |
| | | **Total das Fontes** | **313.749** |
| **Total dos Usos** | **313.749** | **Total Liquido das Fontes** | **313.749** |

**32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **16.190.518.924** | **Receitas** | **119.623.672.941** |
| *Investimentos* | *3.492.383.000* | *Receita Operacional* | *111.064.582.087* |
| *Inversões Financeiras* | *134.418.000* | *Receita não Operacional* | *8.559.090.854* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *5.297.717.924* | **Outros Recursos de Longo Prazo** | **5.699.000.512** |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *5.297.717.924* | *Empréstimos e Financiamentos (não Instit. Financ.)* | *5.699.000.512* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *7.266.000.000* | **Total das Fontes** | **125.322.673.453** |
| **Dispêndios Correntes** | **105.340.185.525** | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **-257.690.217** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *929.483.166* | **Variação de Capital de Giro** | **-6.209.946.545** |
| *Materias e Produtos* | *97.089.164.536* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-1.244.538.716** |
| *Serviços de Terceiros* | *784.629.503* | **Variação do Disponível** | **3.920.206.474** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *3.851.832.243* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *586.470.198* | | |
| *Mútuos com Empresas do Exterior* | *586.470.198* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.098.605.879* | | |
| **Total dos Usos** | **121.530.704.449** | **Total Liquido das Fontes** | **121.530.704.449** |

**32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **667.159.263** | **Receitas** | **650.246.666** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Materias e Produtos* | *563.512.071* | *Receita Operacional* | *632.138.886* |
| *Serviços de Terceiros* | *142.164* | *Receita não Operacional* | *18.107.780* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *100.338.456* | **Total das Fontes** | **650.246.666** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *14.388* | **Variação de Capital de Giro** | **35.245.558** |
| *Outras Fontes* | *14.388* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **3.209.880** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.152.184* | **Variação do Disponível** | **-21.542.841** |
| **Total dos Usos** | **667.159.263** | **Total Liquido das Fontes** | **667.159.263** |

### 32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **304.000** | **Receitas** | **526.158** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *304.000* | *Receita não Operacional* | *526.158* |
| **Dispêndios Correntes** | **427.160** | **Total das Fontes** | **526.158** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *34.560* | **Variação de Capital de Giro** | **17.825** |
| *Serviços de Terceiros* | *65.452* | **Variação do Disponível** | **187.177** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *23.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *304.148* | | |
| **Total dos Usos** | **731.160** | **Total Liquido das Fontes** | **731.160** |

### 32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.337.345.111** | **Receitas** | **7.122.367.031** |
| *Investimentos* | *504.892.000* | *Receita Operacional* | *7.026.234.151* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *2.832.453.111* | *Receita não Operacional* | *96.132.880* |
| *Operações Internas* | *650.000.000* | **Total das Fontes** | **7.122.367.031** |
| *Operações Externas* | *2.182.453.111* | **Variação de Capital de Giro** | **66.974.396** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.000.000.000* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.017.808.246** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.099.961.408** | **Variação do Disponível** | **230.156.846** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *16.992.084* | | |
| *Materias e Produtos* | *2.049.402* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *386.524.254* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *217.320* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.499.651.193* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.078.710.848* | | |
| *Operações Internas* | *1.020.597.604* | | |
| *Outras Fontes* | *58.113.244* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *115.816.307* | | |
| **Total dos Usos** | **8.437.306.519** | **Total Liquido das Fontes** | **8.437.306.519** |

### 32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **214.223.071** | **Receitas** | **3.740.163.881** |
| *Investimentos* | *128.000.000* | *Receita Operacional* | *3.681.277.071* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *28.079.732* | *Receita não Operacional* | *58.886.810* |
| *Operações Internas* | *28.079.732* | **Operações de Crédito** | **31.079.588** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *58.143.339* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *31.079.588* |
| **Dispêndios Correntes** | **3.537.633.396** | **Total das Fontes** | **3.771.243.469** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *284.352.004* | **Variação de Capital de Giro** | **-3.121.439** |
| *Materias e Produtos* | *2.809.610.545* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-5.141.145** |
| *Serviços de Terceiros* | *260.429.846* | **Variação do Disponível** | **-11.124.418** |
| *Utilidades e Serviços* | *23.843.044* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *63.568.116* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *13.151.310* | | |
| *Operações Internas* | *13.151.310* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *82.678.531* | | |
| **Total dos Usos** | **3.751.856.467** | **Total Liquido das Fontes** | **3.751.856.467** |

### 32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.296.000** | **Receitas** | **277.727.070** |
| *Investimentos* | *4.296.000* | *Receita Operacional* | *277.727.070* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **136.924.207** | **Total das Fontes** | **277.727.070** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *17.466.970* | **Variação de Capital de Giro** | **-32.406.068** |
| *Materias e Produtos* | *1.900.000* | **Variação do Disponível** | **-104.100.795** |
| *Serviços de Terceiros* | *14.104.123* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *2.808.800* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *98.437.668* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *9.864* | | |
| *Outras Fontes* | *9.864* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.196.782* | | |
| **Total dos Usos** | **141.220.207** | **Total Liquido das Fontes** | **141.220.207** |

### 32320 TERMOCEARÁ LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **37.394.740** | **Receitas** | **108.124.300** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.615.272* | *Receita Operacional* | *90.036.156* |
| *Materias e Produtos* | *38.400* | *Receita não Operacional* | *18.088.144* |
| *Serviços de Terceiros* | *1.558.115* | **Total das Fontes** | **108.124.300** |
| *Utilidades e Serviços* | *106.680* | **Variação de Capital de Giro** | **-22.304.008** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *27.834.177* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.048.607** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.242.096* | **Variação do Disponível** | **-49.474.159** |
| **Total dos Usos** | **37.394.740** | **Total Liquido das Fontes** | **37.394.740** |

### 32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **72.593.623** | **Receitas** | **69.933.410** |
| *Materias e Produtos* | *1.200* | *Receita não Operacional* | *69.933.410* |
| *Serviços de Terceiros* | *7.396.720* | **Total das Fontes** | **69.933.410** |
| *Utilidades e Serviços* | *288* | **Variação de Capital de Giro** | **1.737.700** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.379.182* | **Variação do Disponível** | **922.513** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *57.816.233* | | |
| **Total dos Usos** | **72.593.623** | **Total Liquido das Fontes** | **72.593.623** |

### 32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **92.873.010** | **Receitas** | **332.114.736** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *92.873.010* | *Receita Operacional* | *302.470.644* |
| **Dispêndios Correntes** | **72.742.048** | *Receita não Operacional* | *29.644.092* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *17.902.956* | **Total das Fontes** | **332.114.736** |
| *Materias e Produtos* | *172.092* | **Variação de Capital de Giro** | **-43.728.464** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.643.325* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **464.184** |
| *Utilidades e Serviços* | *361.356* | **Variação do Disponível** | **-123.235.398** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *51.256.587* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *405.732* | | |
| **Total dos Usos** | **165.615.058** | **Total Liquido das Fontes** | **165.615.058** |

### 32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **7.869.414.000** | **Receitas** | **40.388.031** |
| *Investimentos* | *7.869.414.000* | *Receita não Operacional* | *40.388.031* |
| **Dispêndios Correntes** | **88.365.589** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **8.810.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *172.860* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *8.810.000.000* |
| *Materias e Produtos* | *4.122.466* | **Total das Fontes** | **8.850.388.031** |
| *Serviços de Terceiros* | *64.244.524* | **Variação de Capital de Giro** | **-285.306.353** |
| *Utilidades e Serviços* | *540.002* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-636.596.348** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *9.201.488* | **Variação do Disponível** | **29.294.259** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *10.084.249* | | |
| **Total dos Usos** | **7.957.779.589** | **Total Liquido das Fontes** | **7.957.779.589** |

### 32332 TERMOBAHIA S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **6.589.973** | **Receitas** | **22.373.604** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *6.589.973* | *Receita não Operacional* | *22.373.604* |
| *Operações Internas* | *6.589.973* | **Total das Fontes** | **22.373.604** |
| **Dispêndios Correntes** | **23.707.234** | **Variação de Capital de Giro** | **35.109.722** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.686.682* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-22.704.956** |
| *Serviços de Terceiros* | *347.807* | **Variação do Disponível** | **-4.481.163** |
| *Utilidades e Serviços* | *600* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *48.321* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *15.207.711* | | |
| *Debêntures* | *5.730.963* | | |
| *Outras Fontes* | *9.476.748* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.416.113* | | |
| **Total dos Usos** | **30.297.207** | **Total Liquido das Fontes** | **30.297.207** |

### 32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **4.699.182** | **Receitas** | **532.490.088** |
| *Investimentos* | *3.262.000* | *Receita Operacional* | *522.045.088* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.437.182* | *Receita não Operacional* | *10.445.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **514.386.949** | **Total das Fontes** | **532.490.088** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *11.624.592* | **Variação de Empréstimos – Curto Prazo** | **56.960.388** |
| *Materias e Produtos* | *332.430.295* | **Variação de Capital de Giro** | **-84.746.346** |
| *Serviços de Terceiros* | *22.706.074* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-4.253.000** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.051.496* | **Variação do Disponível** | **18.635.001** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *136.248.977* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *6.192.000* | | |
| *Outras Fontes* | *6.192.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.133.515* | | |
| **Total dos Usos** | **519.086.131** | **Total Liquido das Fontes** | **519.086.131** |

### 32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **789.642.000** | **Receitas** | **1.089.410.872** |
| *Investimentos* | *193.656.000* | *Receita Operacional* | *1.088.505.362* |
| *Inversões Financeiras* | *595.986.000* | *Receita não Operacional* | *905.510* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.338.828.232** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **1.039.651.204** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *101.254.360* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *1.039.651.204* |
| *Materias e Produtos* | *896.102.286* | **Total das Fontes** | **2.129.062.076** |
| *Serviços de Terceiros* | *114.724.237* | **Variação de Capital de Giro** | **-675.607** |
| *Utilidades e Serviços* | *16.594.398* | **Variação do Disponível** | **83.763** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *181.951.427* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *6.420* | | |
| *Outras Fontes* | *6.420* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *28.195.104* | | |
| **Total dos Usos** | **2.128.470.232** | **Total Liquido das Fontes** | **2.128.470.232** |

### 32337 COMPERJ ESTIRÊNICOS S.A. - CPRJEST

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **43.869.000** | **Receitas** | **210.000** |
| *Investimentos* | *43.869.000* | *Receita não Operacional* | *210.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.000.000** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **43.869.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *814.000* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *43.869.000* |
| *Utilidades e Serviços* | *180.000* | **Total das Fontes** | **44.079.000** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.000* | **Variação do Disponível** | **790.000** |
| **Total dos Usos** | **44.869.000** | **Total Liquido das Fontes** | **44.869.000** |

### 32338 COMPERJ MEG S.A. - CPRJMEG

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **25.291.000** | **Receitas** | **292.000** |
| *Investimentos* | *25.291.000* | *Receita não Operacional* | *292.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.000.000** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **25.291.000** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Serviços de Terceiros* | *814.000* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *25.291.000* |
| *Utilidades e Serviços* | *180.000* | **Total das Fontes** | **25.583.000** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.000* | **Variação do Disponível** | **708.000** |
| **Total dos Usos** | **26.291.000** | **Total Liquido das Fontes** | **26.291.000** |

### 32339 COMPERJ PARTICIPAÇÕES S.A. - CPRJPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **20.000** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **34.560.000** |
| *Investimentos* | *20.000* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *34.560.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **28.567.030** | **Total das Fontes** | **34.560.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *21.504.120* | **Variação de Capital de Giro** | **-119.884** |
| *Materias e Produtos* | *34.560* | **Variação do Disponível** | **-5.853.086** |
| *Serviços de Terceiros* | *4.266.916* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *157.602* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *41.832* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.562.000* | | |
| **Total dos Usos** | **28.587.030** | **Total Liquido das Fontes** | **28.587.030** |

### 32341 COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - CPRJPOL

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **375.204.000** | **Receitas** | **192.000** |
| *Investimentos* | *375.204.000* | *Receita não Operacional* | *192.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.000.000** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **375.204.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *814.000* | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *375.204.000* |
| *Utilidades e Serviços* | *180.000* | **Total das Fontes** | **375.396.000** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *6.000* | **Variação do Disponível** | **808.000** |
| **Total dos Usos** | **376.204.000** | **Total Liquido das Fontes** | **376.204.000** |

### 32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **605.093** | **Receitas** | **82.276** |
| *Serviços de Terceiros* | *603.653* | *Receita não Operacional* | *82.276* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.440* | **Total das Fontes** | **82.276** |
| *Operações Internas* | *1.440* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-80.836** |
| | | **Variação do Disponível** | **603.653** |
| **Total dos Usos** | **605.093** | **Total Liquido das Fontes** | **605.093** |

### 32343 COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **2.350.234.900** | **Receitas** | **616.827.267** |
| *Investimentos* | *2.284.278.000* | *Receita Operacional* | *612.529.251* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *65.956.900* | *Receita não Operacional* | *4.298.016* |
| *Operações Internas* | *65.956.900* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **2.573.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **823.135.892** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *2.573.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *28.042.553* | **Total das Fontes** | **3.189.827.267** |
| *Materias e Produtos* | *506.319.766* | **Variação de Capital de Giro** | **63.353.833** |
| *Serviços de Terceiros* | *54.731.421* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-104.087.893** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.992.402* | **Variação do Disponível** | **24.277.585** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *102.922.085* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *25.941.715* | | |
| *Operações Internas* | *25.900.050* | | |
| *Outras Fontes* | *41.665* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *102.185.950* | | |
| **Total dos Usos** | **3.173.370.792** | **Total Liquido das Fontes** | **3.173.370.792** |

### 32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **258.042.882** | **Receitas** | **1.023.080.777** |
| *Investimentos* | *10.800.000* | *Receita Operacional* | *1.009.345.769* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *247.242.882* | *Receita não Operacional* | *13.735.008* |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Operações Internas* | *247.242.882* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **805.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.344.170.425** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *805.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *39.554.103* | **Total das Fontes** | **1.828.080.777** |
| *Materias e Produtos* | *902.632.342* | **Variação de Capital de Giro** | **-243.090.751** |
| *Serviços de Terceiros* | *68.274.091* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **15.729.634** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.592.004* | **Variação do Disponível** | **1.493.647** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *82.602.404* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *183.316.139* | | |
| *Operações Internas* | *183.316.139* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *62.199.342* | | |
| **Total dos Usos** | **1.602.213.307** | **Total Liquido das Fontes** | **1.602.213.307** |

### 32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **16.753.756** | **Receitas** | **38.302.056** |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *16.753.756* | *Receita Operacional* | *20.400.000* |
| *Operações Internas* | *16.753.756* | *Receita não Operacional* | *17.902.056* |
| **Dispêndios Correntes** | **17.062.596** | **Total das Fontes** | **38.302.056** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.035.928* | **Variação de Capital de Giro** | **1.715.020** |
| *Materias e Produtos* | *1.740* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-6.627.192** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.047.084* | **Variação do Disponível** | **426.468** |
| *Utilidades e Serviços* | *207.480* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.961.952* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *10.408.464* | | |
| *Operações Internas* | *10.407.240* | | |
| *Outras Fontes* | *1.224* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *399.948* | | |
| **Total dos Usos** | **33.816.352** | **Total Liquido das Fontes** | **33.816.352** |

### 32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **7.435.688** | **Receitas** | **15.608.709** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *360.000* | *Receita Operacional* | *15.452.709* |
| *Materias e Produtos* | *12.600* | *Receita não Operacional* | *156.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *1.080.000* | **Total das Fontes** | **15.608.709** |
| *Utilidades e Serviços* | *39.600* | **Variação de Capital de Giro** | **-3.976.811** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *360* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **7.068** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *5.819.960* | **Variação do Disponível** | **-4.203.278** |
| *Operações Internas* | *5.818.160* | | |
| *Outras Fontes* | *1.800* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *123.168* | | |
| **Total dos Usos** | **7.435.688** | **Total Liquido das Fontes** | **7.435.688** |

### 32347 PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - PVTE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **18.743.111** | **Receitas** | **56.921.200** |
| *Investimentos* | *850.000* | *Receita Operacional* | *54.535.200* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *17.893.111* | *Receita não Operacional* | *2.386.000* |
| *Operações Internas* | *17.893.111* | **Total das Fontes** | **56.921.200** |
| **Dispêndios Correntes** | **33.775.591** | **Variação de Capital de Giro** | **-202.638** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *630.344* | **Variação do Disponível** | **-4.199.860** |
| *Materias e Produtos* | *21.280* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *1.668.000* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *84.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *8.280.108* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *22.536.125* | | |
| *Operações Internas* | *22.536.125* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *555.734* | | |
| **Total dos Usos** | **52.518.702** | **Total Liquido das Fontes** | **52.518.702** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

**32348 EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - RS ENERGIA**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **19.685.809** | **Receitas** | **47.672.989** |
| *Investimentos* | *5.100.000* | *Receita Operacional* | *47.672.989* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *14.585.809* | **Operações de Crédito** | **5.000.000** |
| *Operações Internas* | *14.585.809* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *5.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **27.245.616** | **Total das Fontes** | **52.672.989** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.125.471* | **Variação de Capital de Giro** | **4.499.474** |
| *Materias e Produtos* | *31.900* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **395.752** |
| *Serviços de Terceiros* | *3.400.600* | **Variação do Disponível** | **-10.636.790** |
| *Utilidades e Serviços* | *61.200* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *9.056.190* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *12.726.655* | | |
| *Operações Internas* | *12.726.655* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *843.600* | | |
| **Total dos Usos** | **46.931.425** | **Total Liquido das Fontes** | **46.931.425** |

**32349 INNOVA S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **190.533.767** | **Receitas** | **1.567.337.180** |
| *Investimentos* | *133.622.000* | *Receita Operacional* | *1.498.199.178* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *56.911.767* | *Receita não Operacional* | *69.138.002* |
| *Operações Internas* | *30.000.000* | **Operações de Crédito** | **93.000.000** |
| *Operações Externas* | *26.911.767* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *93.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.582.843.741** | **Total das Fontes** | **1.660.337.180** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *44.442.045* | **Variação de Capital de Giro** | **134.053.008** |
| *Materias e Produtos* | *1.116.622.909* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-4.800.000** |
| *Serviços de Terceiros* | *80.626.224* | **Variação do Disponível** | **-16.212.680** |
| *Utilidades e Serviços* | *182.916* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *322.722.209* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *2.303.722* | | |
| *Operações Internas* | *1.685.170* | | |
| *Operações Externas* | *618.552* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *15.943.716* | | |
| **Total dos Usos** | **1.773.377.508** | **Total Liquido das Fontes** | **1.773.377.508** |

**32351 GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **13.763.960** | **Receitas** | **427.814.779** |
| *Investimentos* | *13.656.000* | *Receita Operacional* | *406.852.884* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *107.960* | *Receita não Operacional* | *20.961.895* |
| *Operações Internas* | *107.960* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **452.860.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **383.531.576** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *452.860.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *14.006.208* | **Operações de Crédito** | **640.000** |
| *Materias e Produtos* | *255.732.264* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *640.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *8.338.266* | **Total das Fontes** | **881.314.779** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.082.616* | **Variação de Capital de Giro** | **86.052.390** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *91.189.314* | **Variação do Disponível** | **-570.071.633** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *484.460* | | |
| *Outras Fontes* | *484.460* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *12.698.448* | | |
| **Total dos Usos** | **397.295.536** | **Total Liquido das Fontes** | **397.295.536** |

**32354 ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - ETE**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **120.740.000** | **Receitas** | **167.375.000** |
| *Investimentos* | *68.170.000* | *Receita Operacional* | *165.000.000* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *52.570.000* | *Receita não Operacional* | *2.375.000* |
| *Operações Internas* | *52.570.000* | **Total das Fontes** | **167.375.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **88.618.690** | **Variação do Disponível** | **41.983.690** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.533.690* | | |
| *Materias e Produtos* | *160.000* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Serviços de Terceiros* | *4.270.000* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *15.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *26.880.000* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *55.130.000* | | |
| *Operações Internas* | *55.130.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *630.000* | | |
| **Total dos Usos** | **209.358.690** | **Total Liquido das Fontes** | **209.358.690** |

### 32355 RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - RBTE

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **16.853.000** | **Receitas** | **32.257.680** |
| *Investimentos* | *8.976.000* | *Receita Operacional* | *31.177.680* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *7.877.000* | *Receita não Operacional* | *1.080.000* |
| *Operações Internas* | *7.877.000* | **Operações de Crédito** | **390.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **19.256.094** | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *390.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.426.450* | **Total das Fontes** | **32.647.680** |
| *Materias e Produtos* | *17.900* | **Variação de Capital de Giro** | **-666.817** |
| *Serviços de Terceiros* | *4.017.560* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **8.985.902** |
| *Utilidades e Serviços* | *22.200* | **Variação do Disponível** | **-4.857.671** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *4.191.482* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *8.985.902* | | |
| *Operações Internas* | *8.985.902* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *594.600* | | |
| **Total dos Usos** | **36.109.094** | **Total Liquido das Fontes** | **36.109.094** |

### 32356 COMPANHIA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PETROLÍFEROS - CLEP

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **479.118** | **Receitas** | **472.132.632** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *479.118* | *Receita Operacional* | *286.452.708* |
| **Dispêndios Correntes** | **161.383** | *Receita não Operacional* | *185.679.924* |
| *Serviços de Terceiros* | *125.724* | **Total das Fontes** | **472.132.632** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *67* | **Variação de Capital de Giro** | **61** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *35.592* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-2.902.860** |
| | | **Variação do Disponível** | **-468.589.332** |
| **Total dos Usos** | **640.501** | **Total Liquido das Fontes** | **640.501** |

### 32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **26.449.504** | **Receitas** | **36.678.548** |
| *Materias e Produtos* | *21.369.583* | *Receita Operacional* | *26.280.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *110.856* | *Receita não Operacional* | *10.398.548* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *3.241.768* | **Total das Fontes** | **36.678.548** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.727.297* | **Variação de Capital de Giro** | **-21.786.138** |
| | | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **1.835.036** |
| | | **Variação do Disponível** | **9.722.058** |
| **Total dos Usos** | **26.449.504** | **Total Liquido das Fontes** | **26.449.504** |

### 32358 ENERGÉTICA CAMAÇARI MURICY I S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **70.182.811** | **Receitas** | **75.894.640** |
| *Investimentos* | *3.131.000* | *Receita Operacional* | *72.001.997* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *67.051.811* | *Receita não Operacional* | *3.892.643* |
| *Operações Internas* | *67.051.811* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **37.525.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **53.877.883** | *Participação no Capital – Empresas Estatais* | *37.525.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *5.258.648* | **Total das Fontes** | **113.419.640** |
| *Materias e Produtos* | *2.849.835* | **Variação de Capital de Giro** | **10.024.958** |
| *Serviços de Terceiros* | *15.257.081* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-5.147.105** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.571.437* | **Variação do Disponível** | **5.763.201** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *21.317.507* | | |
| *Operações Internas* | *21.302.759* | | |
| *Outras Fontes* | *14.748* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Demais Dispêndios Correntes* | *1.623.375* | | |
| **Total dos Usos** | **124.060.694** | **Total Liquido das Fontes** | **124.060.694** |

**32359 AREMBEPE ENERGIA S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **14.702.328** | **Receitas** | **75.079.440** |
| *Investimentos* | *798.000* | *Receita Operacional* | *75.079.440* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *13.904.328* | **Total das Fontes** | **75.079.440** |
| *Operações Internas* | *13.904.328* | **Variação de Capital de Giro** | **-3.067.083** |
| **Dispêndios Correntes** | **49.219.771** | **Variação do Disponível** | **-8.090.258** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.489.008* | | |
| *Materias e Produtos* | *5.047.885* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *7.662.472* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *277.716* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *8.552.208* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *16.890.482* | | |
| *Operações Internas* | *16.863.026* | | |
| *Outras Fontes* | *27.456* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.300.000* | | |
| **Total dos Usos** | **63.922.099** | **Total Liquido das Fontes** | **63.922.099** |

**32360 BREITENER JARAQUI S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **110.679.108** | **Receitas** | **200.628.660** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *4.569.000* | *Receita Operacional* | *160.647.324* |
| *Materias e Produtos* | *11.233.992* | *Receita não Operacional* | *39.981.336* |
| *Serviços de Terceiros* | *9.810.216* | **Total das Fontes** | **200.628.660** |
| *Utilidades e Serviços* | *104.436* | **Variação de Capital de Giro** | **-65.764.328** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *71.659.620* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-4.452** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *589.968* | **Variação do Disponível** | **-24.180.772** |
| *Operações Internas* | *589.416* | | |
| *Outras Fontes* | *552* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *12.711.876* | | |
| **Total dos Usos** | **110.679.108** | **Total Liquido das Fontes** | **110.679.108** |

**32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **92.804.688** | **Receitas** | **195.244.644** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.483.432* | *Receita Operacional* | *137.186.604* |
| *Materias e Produtos* | *15.402.720* | *Receita não Operacional* | *58.058.040* |
| *Serviços de Terceiros* | *13.331.328* | **Total das Fontes** | **195.244.644** |
| *Utilidades e Serviços* | *153.528* | **Variação de Capital de Giro** | **-98.465.624** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *42.193.308* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **174.420** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *928.212* | **Variação do Disponível** | **-4.148.752** |
| *Operações Internas* | *926.940* | | |
| *Outras Fontes* | *1.272* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *14.312.160* | | |
| **Total dos Usos** | **92.804.688** | **Total Liquido das Fontes** | **92.804.688** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### 33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **263.060.392** | **Receitas** | **1.256.647.915** |
| *Investimentos* | *230.000.000* | *Receita Operacional* | *1.192.656.815* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *33.060.392* | *Receita não Operacional* | *63.991.100* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.022.439.913** | **Operações de Crédito** | **200.000.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *431.940.465* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *200.000.000* |
| *Materias e Produtos* | *2.754.748* | **Total das Fontes** | **1.456.647.915** |
| *Serviços de Terceiros* | *135.222.086* | **Variação de Capital de Giro** | **-41.931.129** |
| *Utilidades e Serviços* | *20.039.341* | **Variação do Disponível** | **-129.216.481** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *275.917.421* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *156.565.852* | | |
| **Total dos Usos** | **1.285.500.305** | **Total Liquido das Fontes** | **1.285.500.305** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE

### 36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **331.343.052** | **Receitas** | **476.605.440** |
| *Investimentos* | *331.343.052* | *Receita Operacional* | *467.655.546* |
| **Dispêndios Correntes** | **538.202.434** | *Receita não Operacional* | *8.949.894* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *19.769.065* | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **200.000.000** |
| *Materias e Produtos* | *369.852.890* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *200.000.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *137.079.431* | **Total das Fontes** | **676.605.440** |
| *Utilidades e Serviços* | *5.343.333* | **Variação de Capital de Giro** | **491.033** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *2.963.644* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-350.000** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *100.000* | **Variação do Disponível** | **192.799.013** |
| *Outras Fontes* | *100.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *3.094.071* | | |
| **Total dos Usos** | **869.545.486** | **Total Liquido das Fontes** | **869.545.486** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

### 39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **40.000** | **Receitas** | **1.800.000** |
| *Investimentos* | *40.000* | *Receita não Operacional* | *1.800.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **6.265.169** | **Total das Fontes** | **1.800.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *3.259.169* | **Variação do Disponível** | **4.505.169** |
| *Materias e Produtos* | *175.000* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *1.681.000* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *250.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *300.000* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *600.000* | | |
| **Total dos Usos** | **6.305.169** | **Total Liquido das Fontes** | **6.305.169** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### 41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.559.377.232** | **Receitas** | **18.214.021.031** |
| *Investimentos* | *831.009.994* | *Receita Operacional* | *16.774.979.777* |
| *Inversões Financeiras* | *300.000.000* | *Receita não Operacional* | *1.439.041.254* |
| *Amortizações Operações Creditos L.P.* | *15.490.588* | **Total das Fontes** | **18.214.021.031** |
| *Operações Externas* | *15.490.588* | **Variação de Capital de Giro** | **589.047.884** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *412.876.650* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **20.157.199** |
| **Dispêndios Correntes** | **16.966.555.090** | **Variação do Disponível** | **-297.293.792** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *7.523.494.570* | | |
| *Materias e Produtos* | *227.075.917* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *6.828.701.344* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *389.950.370* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.087.607.892* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *184.939.836* | | |
| *Operações Externas* | *727.290* | | |
| *Outras Fontes* | *184.212.546* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *724.785.161* | | |
| **Total dos Usos** | **18.525.932.322** | **Total Liquido das Fontes** | **18.525.932.322** |

### 41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **632.694.881** | **Receitas** | **154.715.515** |
| *Investimentos* | *560.839.191* | *Receita Operacional* | *125.761.272* |
| *Inversões Financeiras* | *71.855.690* | *Receita não Operacional* | *28.954.243* |
| **Dispêndios Correntes** | **378.459.360** | **Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido** | **218.100.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *47.650.932* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *218.100.000* |
| *Materias e Produtos* | *546.225* | **Total das Fontes** | **372.815.515** |
| *Serviços de Terceiros* | *101.894.280* | **Variação de Capital de Giro** | **104.091.868** |
| *Utilidades e Serviços* | *12.024.629* | **Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras** | **-7.045.110** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *39.101.489* | **Variação do Disponível** | **541.291.968** |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *177.241.805* | | |
| **Total dos Usos** | **1.011.154.241** | **Total Liquido das Fontes** | **1.011.154.241** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

### 52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **13.000.154** | **Receitas** | **440.403.021** |
| *Investimentos* | *8.335.154* | *Receita Operacional* | *424.399.237* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *4.665.000* | *Receita não Operacional* | *16.003.784* |
| **Dispêndios Correntes** | **394.482.071** | **Operações de Crédito** | **8.540.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *168.900.204* | *Operações de Credito Internas – Moedas* | *8.540.000* |
| *Materias e Produtos* | *44.648.423* | **Total das Fontes** | **448.943.021** |
| *Serviços de Terceiros* | *114.422.379* | **Variação de Capital de Giro** | **-32.137.565** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.014.319* | **Variação do Disponível** | **-9.323.231** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *61.895.078* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *204.120* | | |
| *Operações Internas* | *204.120* | | |
| *Demais Dispêndios Correntes* | *2.397.548* | | |
| **Total dos Usos** | **407.482.225** | **Total Liquido das Fontes** | **407.482.225** |




# AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados
- Resultado Primário das Empresas Estatais Federais
- Receita Orçamentária
- Pessoal e Encargos Sociais
- Sistemas Previdenciários

# METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 8 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2011, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2012 e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA 2013.

**Tabela 8 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central**

| Discriminação | Realizado 2011 | | LOA 2012 | | Reprogramação 2012 | | PLOA 2013 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % PIB | Valor | % PIB | Valor | % PIB | Valor | % PIB |
| **I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL** | **991.037,9** | **23,9** | **1.127.322,6** | **25,0** | **1.090.324,2** | **24,3** | **1.229.512,7** | **24,7** |
| I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (líquida de restituições e incentivos fiscais e exceto RGPS) | 628.621,1 | 15,2 | 724.556,6 | 16,1 | 676.628,7 | 15,1 | 762.872,8 | 15,3 |
| I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social | 245.891,9 | 5,9 | 274.068,9 | 6,1 | 272.300,0 | 6,1 | 314.075,3 | 6,3 |
| I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil | 116.524,8 | 2,8 | 128.829,4 | 2,9 | 141.395,4 | 3,2 | 152.564,6 | 3,1 |
| **II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)** | **158.434,2** | **3,8** | **185.110,8** | **4,1** | **173.702,3** | **3,9** | **199.795,7** | **4,0** |
| **III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)** | **832.603,7** | **20,1** | **942.211,9** | **20,9** | **916.621,8** | **20,4** | **1.029.717,0** | **20,7** |
| **IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)** | **757.059,4** | **18,3** | **864.004,9** | **19,2** | **816.287,7** | **18,2** | **942.543,5** | **19,0** |
| IV.1. Pessoal e Encargos Sociais | 183.546,4 | 4,4 | 188.208,3 | 4,2 | 188.206,7 | 4,2 | 208.000,0 | 4,2 |
| IV.2. Benefícios da Previdência | 282.468,1 | 6,8 | 316.105,5 | 7,0 | 308.405,5 | 6,9 | 348.290,5 | 7,0 |
| IV.3. Outras Despesas Obrigatórias (*) | 103.545,8 | 2,5 | 103.107,8 | 2,3 | 107.253,9 | 2,4 | 136.853,9 | 2,8 |
| IV.4. Despesas Discricionárias e PAC | 187.499,2 | 4,5 | 256.583,2 | 5,7 | 212.421,6 | 4,7 | 249.399,1 | 5,0 |
| **V. RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO (III - IV)** | **75.544,3** | **1,8** | **78.207,0** | **1,7** | **100.334,1** | **2,2** | **87.173,5** | **1,8** |
| **VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO** | **7.198,1** | **0,2** | **8.071,2** | **0,2** | **5.377,3** | **0,1** | **5.235,3** | **0,1** |
| VI.1. Empréstimos Líquidos | 720,8 | 0,0 | 11,6 | 0,0 | 11,6 | 0,0 | 382,9 | 0,0 |
| VI.2. Subsídios implícitos e outras despesas extraorçamentárias | 6.477,3 | 0,2 | 8.059,7 | 0,2 | 5.365,7 | 0,1 | 4.852,4 | 0,1 |
| **VII. AJUSTE REGIMES CAIXA / ORÇAMENTÁRIO** | **25.173,5** | **0,6** | **1.331,8** | **0,0** | **2.016,2** | **0,0** | **1.151,8** | **0,0** |
| **VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)** | **93.519,7** | **2,3** | **71.467,6** | **1,6** | **96.973,0** | **2,2** | **83.090,0** | **1,7** |
| **IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO** | **-484,2** | **0,0** | | | | | | |
| **X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)** | **93.035,5** | **2,2** | **71.467,6** | **1,6** | **96.973,0** | **2,2** | **83.090,0** | **1,7** |
| **XI. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC** | | | **25.600,0** | **0,6** | | | **25.000,0** | **0,5** |

*continua*

*continuação*

| Discriminação | Realizado 2011 | | LOA 2012 | | Reprogramação 2012 | | PLOA 2013 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % PIB | Valor | % PIB | Valor | % PIB | Valor | % PIB |
| **XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2012 (X + XI)** | **93.035,5** | **2,2** | **97.067,6** | **2,2** | **96.973,0** | **2,2** | **108.090,0** | **2,2** |
| **XIII. JUROS NOMINAIS** | **-180.554,0** | **-4,4** | **-160.565,0** | **-3,6** | **-151.336,0** | **-3,4** | **-140.297,0** | **-2,8** |
| **XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL** | **-87.518,5** | **-2,1** | **-63.592,0** | **-1,4** | **-54.363,0** | **-1,2** | **-32.207,0** | **-0,6** |
| **XV. RECEITAS FINANCEIRAS** | **724.514,9** | **17,5** | **1.023.136,2** | **22,7** | **1.082.037,9** | **24,1** | **910.743,1** | **18,3** |
| XV.1. Refinanciamento da Dívida | 474.099,6 | 11,4 | 655.486,0 | 14,5 | 653.282,6 | 14,6 | 610.065,7 | 12,3 |
| XV.2. Emissão de Títulos | 91.613,8 | 2,2 | 187.892,4 | 4,2 | 187.892,4 | 4,2 | 124.253,2 | 2,5 |
| XV.3. Operações Oficiais de Crédito | 62.413,5 | 1,5 | 59.475,0 | 1,3 | 59.475,0 | 1,3 | 66.358,6 | 1,3 |
| XV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 41.255,2 | 1,0 | 36.052,8 | 0,8 | 36.052,8 | 0,8 | 40.270,7 | 0,8 |
| XV.5. Demais | 55.132,8 | 1,3 | 84.230,0 | 1,9 | 145.335,0 | 3,2 | 69.794,8 | 1,4 |
| **XVI. DESPESAS FINANCEIRAS** | **761.337,7** | **18,4** | **1.101.343,2** | **24,4** | **1.102.498,2** | **24,6** | **997.916,6** | **20,1** |
| XVI.1. Juros e Encargos da Dívida | 131.122,4 | 3,2 | 140.572,1 | 3,1 | 140.572,5 | 3,1 | 163.483,2 | 3,3 |
| XVI.2. Amortização da Dívida | 577.339,3 | 13,9 | 874.165,7 | 19,4 | 874.166,6 | 19,5 | 736.569,8 | 14,8 |
| XVI.3. Demais | 52.876,1 | 1,3 | 86.605,3 | 1,9 | 87.759,1 | 2,0 | 97.863,7 | 2,0 |

(*) Considera: Abono e Seguro-Desemprego, Anistiados, Apoio Financeiro aos Municípios / Estados / Desoneração MP 563, Benefícios de Legislação Especial, Benefícios de Prestação Continuada da Loas / RMV, Complemento do FGTS, Créditos Extraordinários, Despesas Custeadas com Convênios/Doações, Fundef / Fundeb – Complementação, Fundo Constitucional do Distrito Federal, Despesas Discricionárias dos Poderes Legislativo/Judiciário/MPU, Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência Primária, Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis, Sentenças Judiciais de Custeio e Capital, Subsídios, Subvenções e Proagro e Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos.

Em observância ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO 2013, cumpre ressaltar que o Banco Central do Brasil - Bacen é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados fiscais para fins de verificação do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2013.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP refere-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

a) variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou

b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado "acima da linha", é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal estabelecida no art. 2º da LDO 2013, que pressupõe um volume de receitas compatível com esta e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias primárias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Por intermédio dessas, materializam-se as políticas setoriais. Assim, apresentam-se as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA 2013, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA 2013, as receitas primárias atingem o montante de R$ 1.229,5 bilhões, sendo R$ 1.077,1 bilhões relativos à receita administrada pela Receita Federal do Brasil – RFB/MF, líquida de incentivos fiscais. Desse total, R$ 314,1 bilhões referem-se à arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social - RGPS. As demais receitas primárias, por sua vez, somam R$ 152,6 bilhões.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União, das privatizações e outras mais.

A LDO exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza – primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado um código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da receita corrente líquida, considerado primário.

Para o PLOA 2013, o valor total das despesas primárias do Governo Central, consideradas sob a ótica do regime orçamentário, é de R$ 1.142,3 bilhões, sendo R$ 199,8 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R$ 208,0 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R$ 348,3 bilhões para benefícios previdenciários, R$ 136,9 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R$ 249,4 bilhões para despesas discricionárias dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, inclusive despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. A esses valores acrescentam-se R$ 5,2 bilhões de despesas financeiras e extraorçamentárias com impacto primário.

A LDO 2013 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminem a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

## Receita Primária Total

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.

## Administradas pela RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto - PIB, volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

## Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa às contribuições incidentes sobre a folha salarial e sobre os trabalhadores, tem como parâmetro mais importante para estimativa o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa, com carteira de trabalho assinada, e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

## Receitas não Administradas pela RFB/MF

- Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2013 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

- Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

- Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

- Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem receitas vinculadas às despesas e aos órgãos específicos.

## Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do Imposto de Renda - IR, do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial - IOF-Ouro, do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, da Contribuição do Salário-Educação, da Cota-Parte de Compensações Financeiras, da receita de Concursos de Prognósticos e de Concessões de Florestas Nacionais. Destaca-se que Decreto nº 7.764, de 22 de junho de 2012, reduz a zero as alíquotas específicas da Contribuição no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis - Cide-combustíveis, não havendo, por essa razão, previsão para 2013 de transferências legais dessa contribuição.

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário, em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão do empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente ao 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, instituído pela Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2012, e repassados em 2013, e os de 2013, a serem repassados em 2014. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2013, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R$ 499,3 bilhões.

## Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

## Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira.

O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2012 e 2013, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas são pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2013 é de R$ 652,4 bilhões.

## Benefícios da Previdência Social

Engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral da Previdência Social - RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme a regra estabelecida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Essa regra consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2012, estimado em 5,00%, mais a taxa de crescimento anual do PIB apurado para o período de 2011 a título de aumento real, que foi de 2,73%. Desse modo, o salário mínimo previsto nesta proposta orçamentária está estimado em R$ 670,95, refletindo um aumento de 7,87% frente ao valor vigente em 2012.

## Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - Loas e da Renda Mensal Vitalícia - RMV; indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO 2013, inclusive os Subsídios e as Subvenções Econômicas listados do Anexo V da LDO 2013.

Cumpre ressaltar que, em 2012, fazem parte das despesas obrigatórias os pagamentos realizados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE. No entanto, na programação do PLOA 2013, essas despesas deixam de impactar o resultado primário e passam a ser classificadas como despesas financeiras em virtude da revisão em seus mecanismos de financiamento, conforme Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012. A partir dessa data, os empréstimos ao setor produtivo serão realizados sem risco para o Tesouro Nacional.

## Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

## Programa de Aceleração do Crescimento

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo

da LDO 2013, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício até o valor de R$ 45,2 bilhões, considerando os respectivos restos a pagar. Para 2013, os projetos totalizam R$ 52,2 bilhões, valor correspondente a 1,0% do PIB, mas o Poder Executivo estima abater R$ 25,0 bilhões da meta fiscal definida no art. 2º da LDO 2013.

## Outros Fatores que Afetam o Resultado

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, sendo positivo em R$ 332,9 milhões no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Proex e positivo em R$ 50,0 milhões no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além dessas despesas, também impacta o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R$ 1,1 bilhão.

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2013, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz o montante de R$ 3,7 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2013, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e com Transferências, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2014. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

## Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA 2013 são apresentados na Tabela 9:

**Tabela 9 – Parâmetros Macroeconômicos**

| PIB | | | Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| R$ milhões | Var. Real | Deflator | Massa Salarial Nominal | Ocupação | PEA | Rend. Nominal |
| 4.973.607 | 4,50% | 6,16% | 10,87% | 4,74% | 1,24% | 5,85% |
| **Inflação - IGP/DI** | | **Inflação - IPCA** | | **Câmbio - Taxa Média** | | |
| Var. Média | Var. Acum. | Var. Média | Var. Acum. | Variação | | R$ / US$ |
| 6,07% | 4,90% | 4,85% | 4,50% | 4,34% | | 2,03 |

# RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

## Metodologia de Cálculo

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito "acima da linha", é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se a rubrica "Ajuste Critério Competência/Caixa", na qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2013, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 - LDO 2013, não foram considerados os dados do PDG das empresas do Grupo Petrobras e da Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2013, a programação orçamentária das empresas estatais federais, conforme disposto no **caput** do art. 2º da Lei nº 12.708, de 2012, indica a geração de superávit primário em equilíbrio, ou seja, "zero real" (Tabela 10).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2013.

A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.

Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do PLOA 2013.

Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico.

Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos - Emgea, no exercício de 2013, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil - Bacen como despesas primárias, e, ainda, as amortizações de dívidas da Itaipu junto à Eletrobras.

**Tabela 10 – Resultado Primário das Empresas Estatais Federais**

| DISCRIMINAÇÃO | PDG - Programação |
|---|---|
| | R$ milhões |
| **I - RECEITAS TOTAIS** | **46.932** |
| - Operacionais | 39.647 |
| • Venda de Bens/Serviços | 38.080 |
| • Demais Operacionais | 1.567 |
| - Financeiras | 2.150 |
| - Demais não Operacionais | 2.445 |
| - Outras Receitas | 0 |
| - Transferências do Tesouro Nacional | 2.690 |
| **II - DESPESAS TOTAIS** | **50.752** |
| - Pessoal e Encargos Sociais | 13.238 |
| - Encargos Financeiros | 3.428 |
| - Outros Custeios | 21.008 |
| • Materiais e Produtos | 1.507 |
| • Serviços de Terceiros | 11.932 |
| • Utilidades e Serviços | 828 |
| • Tributos e Encargos Parafiscais | 2.668 |
| • Demais Custeios | 4.073 |
| - Investimentos | 5.477 |
| - Outros Dispêndios de Capital | 1.940 |
| - Ajuste Metodológico | 5.661 |
| **III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA** | **2.580** |
| - Variação de Contas a Pagar (vincendo) (+) | 2.942 |
| - Variação de Contas a Receber (vincendo) (-) | 397 |
| - Variação Receitas/Despesas Financeiras (+) | 35 |
| **IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)** | **-1.240** |
| **V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)** | **-1.240** |
| **VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)** | **0** |

Obs.: Valores positivos = superávit.

# RECEITA ORÇAMENTÁRIA

## Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

Consideradas as alterações na legislação tributária até agosto de 2012, espera-se para o ano de 2013 que as receitas administradas pela RFB/MF, exceto a receita do RGPS, líquidas de restituições e incentivos fiscais, totalizem R$ 763,0 bilhões. Essa estimativa tomou como referência para base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2012 e os valores arrecadados no exercício de 2011, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos da SPE/MF, de 13 de julho de 2012. Entre os parâmetros, destacam-se quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2013:

a) o crescimento real da economia (estimado em 4,5%, para 2013);

b) a inflação média medida pelo IPCA (4,85%, para 2013) e pelo IGP-DI (4,9%, para 2013);

c) a variação na quantidade importada (3,26%, em 2013);

d) a variação da massa salarial nominal (10,87%, em 2013); e

e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (0,0%, em 2013).

## Arrecadação Líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2013, líquida dos valores correspondentes a transferências, totaliza R$ 314,1 bilhões. A projeção tomou como base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2012, bem como os de 2011. Além disso, levou-se em consideração o crescimento esperado da massa salarial, bem como o seu efeito acumulado nos últimos 12 meses.

## Receitas Não Administradas

Esse grupo de receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pelas receitas próprias e demais receitas. Esse conjunto de receitas representa um montante de R$ 193,2 bilhões para 2013, apontando crescimento em relação à estimativa para 2012 de 9,1% aproximadamente. Entre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas do PIB, do IGP-DI, do IPCA e do Câmbio.

## Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário em equilíbrio, ou seja, meta de "zero real". Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 11, indicam que apenas 8,1% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

**Tabela 11 – Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento**
***(R$ milhões)***

| Descritores de Fontes | PLOA 2013 |
|---|---|
| **Recursos Próprios** | **77.408** |
| Geração Própria | 77.408 |
| **Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido** | **16.010** |
| Tesouro – Direto | 2.390 |
| Saldo de Exercícios Anteriores | 1.108 |
| Controladora | 12.512 |
| **Operações de Crédito de Longo Prazo** | **8.961** |
| Internas | 3.020 |
| Externas | 5.941 |
| **Outros Recursos de Longo Prazo** | **8.233** |
| Controladora | 1.214 |
| Outras Fontes | 7.019 |
| **T o t a l** | **110.612** |

# PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2013 prevê gastos da ordem de R$ 225,98 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União, encargos sociais e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, o que representa crescimento de 11,19% em relação a estas despesas para o exercício de 2012, conforme a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual de 2012, LOA 2012, no montante de R$ 203,24 bilhões.

Do total, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,65%, 11,08% e 83,79% e do MPU, 1,48%, conforme demonstrado na Tabela 12:

**Tabela 12 – Gastos de Pessoal e Encargos - Projeção para 2013**
***(R$ bilhões)***

| Poder | PLOA 2013[1] | Participação Relativa (%) |
|---|---|---|
| Legislativo | 8,25 | 3,65 |
| Judiciário | 25,04 | 11,08 |
| Executivo | 189,35 | 83,79 |
| MPU | 3,34 | 1,48 |
| **Total** | **225,98** | **100,00** |

Nota: [1] Inclui ativos, inativos, pensionistas, encargos sociais e sentenças judiciais (precatórios e requisições de pequeno valor).

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2013 decorre basicamente da recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, bem como da expansão dos quadros de pessoal no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal.

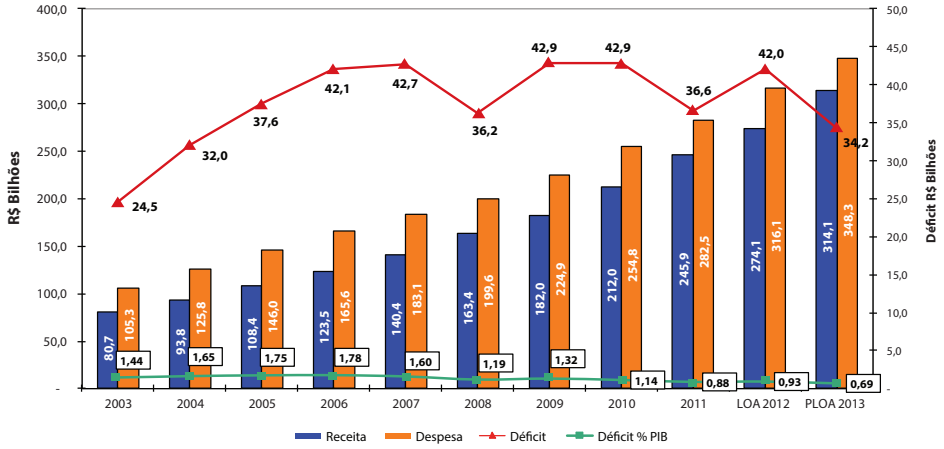
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2013 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União - TCU, representa 1,23% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 3,72%; a do Poder Executivo, 28,12%; e a do MPU, 0,50%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 33,57% da receita corrente líquida prevista para 2013. Nessas condições, os limites globais apontados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, bem como nos ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela citada LRF.

# SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

## Regime Geral de Previdência Social

O resultado do RGPS é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 2, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes. Essa situação, em grande medida, resulta do nível de formalização do mercado de trabalho e do valor do salário médio de contribuição. Os déficits refletem o crescimento do número de beneficiários e o aumento do valor médio dos benefícios concedidos, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Em 2008, há uma quebra nessa tendência, principalmente pelo crescimento na arrecadação previdenciária e da massa salarial nominal.

**Gráfico 2 – Evolução do Resultado do RGPS**




No exercício de 2009, como reflexo da crise econômica mundial, houve retomada da trajetória ascendente do resultado deficitário, tendo como razão maior a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal fonte das receitas previdenciárias), conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Em 2010, com a política de valorização do salário mínimo e a adoção de reajustes reais para os benefícios acima do piso, mesmo com um elevado crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, observa-se conservação do déficit em termos nominais, alcançando aproximadamente R$ 42,9 bilhões, mas com redução percentual em relação ao PIB.

No exercício de 2011, com o crescimento da massa salarial, influenciada pela recuperação do mercado de trabalho formal, e os reajustes mais brandos para os benefícios (Gráfico 3), observou-se suavização do déficit previdenciário, que atingiu o montante de R$ 36,6 bilhões. Como resultado da expressiva taxa de crescimento do salário mínimo em 2012 (14,13%), o cenário volta a ser de elevação do déficit anual, seja em termos nominais ou percentual do PIB.

Conforme destacado, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativos impactos sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 3 mostra os percentuais concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos

demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Os aumentos tiveram maior ênfase nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. A partir de 2007, as elevações ocorreram em patamares menores, contudo sempre acima dos índices de inflação. Em 2012, verifica-se nova elevação no índice de reajuste do mínimo em relação aos anos anteriores, contribuindo para o aumento do déficit nas contas do RGPS.

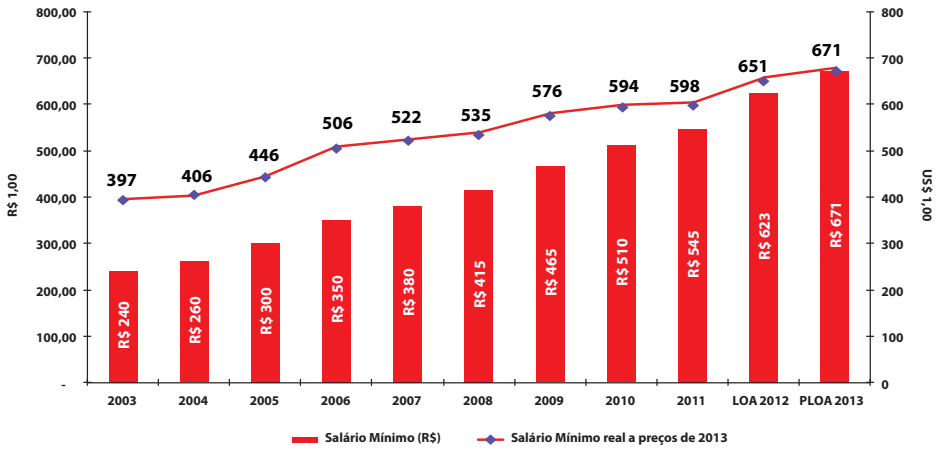
Em 2013, com o retorno da taxa de reajuste do salário mínimo a patamares mais próximos à média do período 2007-2011, o déficit nominal do RGPS volta a se reduzir, intensificando também sua queda como percentual do PIB.

**Gráfico 3 – Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios**




A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2013, considerando como deflator o INPC acumulado no ano, observa-se tendência crescente desde 2003. Os valores ultrapassaram a marca de R$ 500,00 em 2006 e de R$ 600,00 em 2012. Para o ano de 2013, com a política de ganhos reais determinada pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o valor do salário mínimo deve atingir o patamar de R$ 670,95. O Gráfico 4 mostra a evolução do valor do salário mínimo, bem como a sua avaliação a preços constantes de 2013.

**Gráfico 4 – Evolução do Salário Mínimo**



Para o exercício de 2013, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R$ 34,2 bilhões, ou 0,69% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 7,87% a partir de janeiro de 2013, sendo equivalente à variação do INPC estimado para o exercício de 2012 mais o crescimento do PIB real em 2011, conforme a regra contida no art. 2º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,22%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Importante destacar que foi considerado na projeção o pagamento da última parcela do passivo decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre o teto de benefícios. Em 1998 e 2003, quando das reformas previdenciárias efetuadas pelas Emendas Constitucionais - EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, o próprio texto dessas normas aumentou o valor do teto de R$ 1.081,50 para R$ 1.200,00 e de R$ 1.869,34 para R$ 2.400,00, respectivamente, sem, contudo, aumentar o valor dos benefícios previdenciários na mesma proporção. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, quando da aplicação das normas constitucionais, entendeu que esses novos tetos seriam aplicáveis unicamente aos benefícios concedidos após a edição das emendas. Entretanto, a decisão do STF estendeu o aumento do teto mesmo a quem obteve a concessão dos benefícios no período anterior às alterações.

Além disso, a projeção de despesas para 2013 incorpora a revisão de alguns benefícios previdenciários (pensão por morte previdenciária, auxílio-reclusão, auxílio- doença previdenciário, aposentadoria por invalidez previdenciária, auxílio-acidente previdenciário, auxílio-doença por acidente trabalho, aposentadoria por invalidez acidente de trabalho, pensão por morte acidente trabalho e auxílio-acidente) concedidos entre 1999 e 2009, assim como a primeira de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Após a revogação do art. 202 da Constituição, pela EC nº 20, de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de cento e quarenta e quatro contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Finalmente, salienta-se que o resultado do RGPS não sofre impactos decorrentes da publicação da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o art. 9º do inciso IV da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios atingiu R$ 348,3 bilhões, sendo R$ 340,3 bilhões relativos a benefícios normais, R$ 6,5 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R$ 1,5 bilhão referente à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R$ 314,1 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 10,87%.

A Tabela 13 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

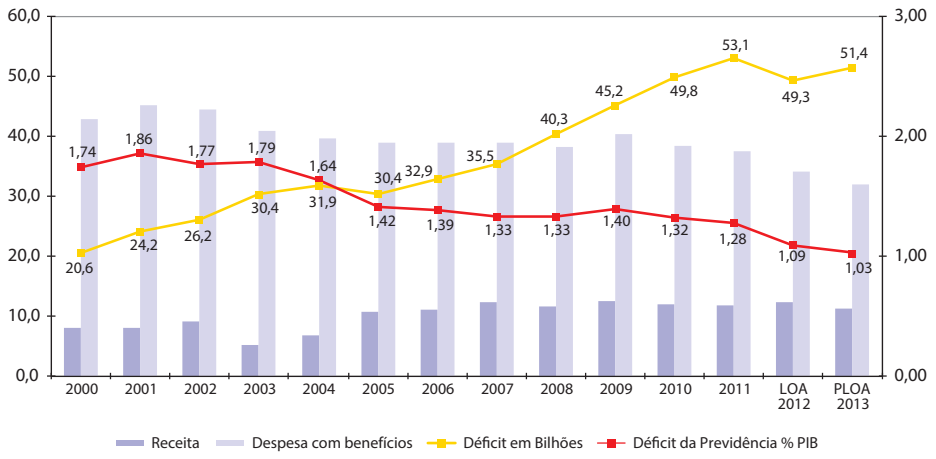
**Tabela 13 – Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados**
***(R$ milhões)***

| Descrição | PLOA 2013 |
|---|---|
| **Arrecadação** | **314.075** |
| **Benefícios** | **348.290** |
| Benefícios normais | 340.265 |
| Precatórios e sentenças | 6.541 |
| Comprev | 1.485 |
| **Resultado** | **-34.215** |
| **Hipóteses adotadas** | |
| Massa salarial nominal (%) | 10,87% |
| Reajuste do salário mínimo (%) | 7,87% |
| Valor do salário mínimo (R$) | 670,95 |
| Reajuste dos demais benefícios (%) | 5,00% |
| Crescimento vegetativo dos benefícios (%) | 3,22% |

## Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores da União para 2013 é de R$ 51,4 bilhões (1,03% do PIB). O Gráfico 5 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento, mas em ritmo inferior ao período de 2006 a 2011. Para o próximo ano, estima-se crescimento anual do déficit em 4,24%, enquanto entre 2006 e 2011 o crescimento médio foi de 10,08%. No entanto, constata-se novamente declínio da curva do déficit em relação ao PIB, fundado em grande parte no crescimento do PIB nominal e no encerramento do processo de reestruturação e reajuste de determinadas carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes, que tinham previsão de impactos até o ano de 2010.

**Gráfico 5: Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública**
***(% PIB)***



A trajetória decrescente de déficit do RPPS em relação ao PIB alcançada na última década deve-se, em especial, a algumas reformas constitucionais e legais que tiveram o intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição. A primeira reforma consubstanciou-se na EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios dos servidores públicos e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores. Ressalte-se que a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da do servidor (11% e 22%, respectivamente).

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu nova rodada de alterações, entre as quais podem ser destacadas:

a) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;

b) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;

c) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e

d) a abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. De acordo com ela, a RFB/MF, e não mais o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passará a ter competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do Regime de Previdência Social do Servidor Público Federal.

Finalmente, conforme previa a EC nº 41, de 2003, foi promulgada em 30 de abril de 2012 a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do MPU e do TCU. De acordo com a Lei, poderão ser criados até três fundos de previdência complementar, um para cada Poder, dentro do prazo de 180 dias, contado da publicação da Lei, e iniciar o seu funcionamento em até 240 dias após a publicação da autorização de funcionamento concedida pelo órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.



Com o advento dos Fundos, os servidores que vierem a ingressar no serviço público e aqueles já pertencentes aos quadros de servidores que por ele expressamente optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cujo valor para 2012, a título exemplificativo, está fixado em R$ 3.916,20, conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 2, de 6 de janeiro de 2012.

O objetivo do Fundo é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. O Fundo disponibilizará aos seus participantes plano de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. Nesse sistema, o valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que contará em seu Conselho Deliberativo com três representantes do Patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo.

As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a parcela da base de contribuição que exceder ao teto. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

# EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

## 24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **352.848.000** | **Receita** | **1.246.832.900** |
| *Investimentos* | *28.577.500* | *Receita Operacional* | *1.207.426.000* |
| *Inversões Financeiras* | *94.000.000* | *Receita Não Operacional* | *39.406.900* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *176.490.500* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **100.000.000** |
| *Operações de Crédito Internas* | *14.641.300* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *100.000.000* |
| *Demais Obrigações* | *161.849.200* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **3.015.900.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *53.780.000* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *3.015.900.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **1.115.657.015** | **Demais Obrigações** | **1.462.700.000** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *255.250.249* | *Transferência do FAT* | *160.000.000* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *211.240* | *Outras Obrigações* | *1.302.700.000* |
| *Serviços de Terceiros* | *76.619.090* | **Total das Fontes** | **5.825.432.900** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.531.500* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-168.053.400** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *127.608.786* | **Variação do Disponível** | **255.495.015** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *589.605.700* | | |
| *Operações de Crédito Internas* | *325.545.000* | | |
| *Outras Obrigações* | *264.060.700* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *63.830.450* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.468.505.015** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **4.444.369.500** | | |
| **Total dos Usos** | **5.912.874.515** | **Total Líquido das Fontes** | **5.912.874.515** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

### 25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **155.520.145** | **Receita** | **1.894.704.103** |
| *Investimentos* | *54.170.225* | *Receita Operacional* | *1.886.592.871* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *34.395.977* | *Receita Não Operacional* | *8.111.232* |
| *Operações de Crédito Internas* | *34.395.977* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **2.208.900.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *66.953.943* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **592.738.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **1.483.550.378** | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *592.738.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *315.680.849* | **Demais Obrigações** | **3.528.566.834** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *6.927.144* | *Depósitos a Vista* | *3.627.249.834* |
| *Serviços de Terceiros* | *270.124.234* | *Depósitos a Prazo* | *-98.683.000* |
| *Utilidades e Serviços* | *46.660.802* | **Total das Fontes** | **8.224.908.937** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *78.580.652* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-3.727.587.662** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *238.613.677* | **Variação do Disponível** | **-211.487.628** |
| *Operações de Crédito Internas* | *40.400.711* | | |
| *Operações de Crédito Externas* | *18.212.423* | | |
| *Depósitos* | *180.000.543* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *526.963.020* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.639.070.523** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **2.646.763.124** | | |
| **Total dos Usos** | **4.285.833.647** | **Total Líquido das Fontes** | **4.285.833.647** |

### 25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **574.973.307** | **Receita** | **7.037.024.909** |
| *Investimentos* | *70.236.050* | *Receita Operacional* | *7.032.057.089* |
| *Inversões Financeiras* | *175.000* | *Receita Não Operacional* | *4.967.820* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *358.021.357* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **6.465.590.034** |
| *Operações de Crédito Internas* | *267.848.412* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **1.710.845.150** |
| *Operações de Crédito Externas* | *89.988.945* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *974.845.150* |
| *Operações – Resolução 63* | *184.000* | *Operações - Resolução 63* | *736.000.000* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *146.540.900* | **Demais Obrigações** | **844.648.375** |
| **Dispêndios Correntes** | **4.735.658.645** | *Transferência do FAT* | *90.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *907.348.072* | *Depósitos a Vista* | *14.800.000* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *118.944* | *Depósitos a Prazo* | *739.848.375* |
| *Serviços de Terceiros* | *959.063.020* | **Total das Fontes** | **16.058.108.468** |
| *Utilidades e Serviços* | *52.269.154* | **Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo** | **-25.350.000** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *341.400.191* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-5.771.885.541** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *1.245.879.459* | **Variação do Disponível** | **-4.990.750** |
| *Operações de Crédito Internas* | *271.388.421* | | |
| *Operações de Crédito Externas* | *11.274.094* | | |
| *Operações – Resolução 63* | *8.604* | | |
| *Depósitos* | *446.200.000* | | |
| *Variação Cambial* | *19.765.000* | | |
| *Outras Obrigações* | *497.243.340* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *1.229.579.805* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **5.310.631.952** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **4.945.250.225** | | |
| **Total dos Usos** | **10.255.882.177** | **Total Líquido das Fontes** | **10.255.882.177** |

### 25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **291.769.844** | **Receita** | **4.307.160.358** |
| *Investimentos* | *70.150.347* | *Receita Operacional* | *4.251.788.056* |
| *Inversões Financeiras* | *26.900.000* | *Receita Não Operacional* | *55.372.302* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *194.719.497* | **Total das Fontes** | **4.307.160.358** |
| **Dispêndios Correntes** | **3.887.918.353** | **Outras Variações Patrimoniais** | **208.974.271** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *90.002.790* | **Variação do Disponível** | **-336.446.432** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *834.483* | | |
| *Serviços de Terceiros* | *94.987.098* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *2.560.651* | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *299.163.932* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *3.400.369.399* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **4.179.688.197** | | |
| **Total dos Usos** | **4.179.688.197** | **Total Líquido das Fontes** | **4.179.688.197** |

### 25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **3.795.546.375** | **Receita** | **83.205.612.083** |
| *Investimentos* | *2.343.283.129* | *Receita Operacional* | *82.683.320.237* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *2.063.455* | *Receita Não Operacional* | *522.291.846* |
| *Operações de Crédito Externas* | *2.063.455* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **6.773.071.521** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.450.199.791* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *6.773.071.521* |
| **Dispêndios Correntes** | **76.444.194.401** | **Demais Obrigações** | **62.182.058.144** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *12.415.687.610* | *Depósitos a Vista* | *5.900.000.004* |
| *Serviços de Terceiros* | *8.230.502.403* | *Depósitos a Prazo* | *56.282.058.140* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.199.975.052* | **Total das Fontes** | **152.160.741.748** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *1.188.272.771* | **Outras Variações Patrimoniais** | **21.525.177.117** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *50.586.980.062* | **Variação do Disponível** | **-812.055.592** |
| *Operações de Crédito Externas* | *329.770* | | |
| *Depósitos* | *22.870.899.296* | | |
| *Outras Obrigações* | *27.715.750.996* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *2.822.776.503* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **80.239.740.776** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **92.634.122.497** | | |
| **Total dos Usos** | **172.873.863.273** | **Total Líquido das Fontes** | **172.873.863.273** |

### 25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **28.062.637.791** | **Receita** | **126.493.894.652** |
| *Investimentos* | *3.096.647.382* | *Receita Operacional* | *124.040.721.396* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *18.751.915.672* | *Receita Não Operacional* | *2.453.173.256* |
| *Operações de Crédito Internas* | *14.847.390.352* | **Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos** | **2.019.183.399** |
| *Operações de Crédito Externas* | *3.904.525.320* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **28.901.844.548** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *6.214.074.737* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *16.670.919.228* |
| **Dispêndios Correntes** | **107.894.876.100** | *Operações de Crédito Externas* | *12.230.925.320* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *13.448.302.523* | **Demais Obrigações** | **96.360.499.199** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *44.056.983* | *Depósitos a Vista* | *4.912.550.348* |
| *Serviços de Terceiros* | *9.083.219.030* | *Depósitos a Prazo* | *72.212.788.264* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.366.931.845* | *Outras Obrigações* | *19.235.160.587* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *7.121.441.233* | **Total das Fontes** | **253.775.421.798** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *65.151.672.842* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-42.586.112.162** |
| *Operações de Crédito Internas* | *1.680.928.849* | **Variação do Disponível** | **-2.752.276.532** |
| *Operações de Crédito Externas* | *1.450.660.447* | | |
| *Depósitos* | *35.210.545.991* | | |
| *Outras Obrigações* | *26.809.537.555* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *11.679.251.644* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **135.957.513.891** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **72.479.519.213** | | |
| **Total dos Usos** | **208.437.033.104** | **Total Líquido das Fontes** | **208.437.033.104** |

### 25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **1.024.425.853** | **Receita** | **1.737.111.772** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.024.425.853* | *Receita Operacional* | *1.737.111.772* |
| **Dispêndios Correntes** | **658.768.770** | **Total das Fontes** | **1.737.111.772** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *34.733.729* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-48.958.994** |
| *Serviços de Terceiros* | *25.889.348* | **Variação do Disponível** | **-4.958.155** |
| *Utilidades e Serviços* | *2.069.254* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *261.456.757* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *313.715.380* | | |
| *Outras Obrigações* | *313.715.380* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *20.904.302* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.683.194.623** | | |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Total dos Usos** | **1.683.194.623** | **Total Líquido das Fontes** | **1.683.194.623** |

**25236 BB ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **722.800.275** | **Receita** | **1.426.328.976** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *722.800.275* | *Receita Operacional* | *1.426.328.976* |
| **Dispêndios Correntes** | **710.605.730** | **Total das Fontes** | **1.426.328.976** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *56.144.944* | **Outras Variações Patrimoniais** | **478.241** |
| *Serviços de Terceiros* | *32.785.381* | **Variação do Disponível** | **6.598.788** |
| *Utilidades e Serviços* | *6.682.033* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *559.552.934* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *55.440.438* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **1.433.406.005** | | |
| **Total dos Usos** | **1.433.406.005** | **Total Líquido das Fontes** | **1.433.406.005** |

**25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **444.225.345** | **Receita** | **468.643.184** |
| *Investimentos* | *332.581.002* | *Receita Operacional* | *467.911.888* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *3.337.038* | *Receita Não Operacional* | *731.296* |
| *Operações de Crédito Internas* | *3.337.038* | **Retorno das Operações de Crédito** | **1.002.941.741** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *108.307.305* | **Total das Fontes** | **1.471.584.925** |
| **Dispêndios Correntes** | **256.810.936** | **Outras Variações Patrimoniais** | **-771.077.041** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *1.143.851* | **Variação do Disponível** | **528.397** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.119.230* | | |
| *Utilidades e Serviços* | *64* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *205.118.105* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *3.289.989* | | |
| *Operações de Crédito Internas* | *3.289.989* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *45.139.697* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **701.036.281** | | |
| **Total dos Usos** | **701.036.281** | **Total Líquido das Fontes** | **701.036.281** |

**25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **442.330** | **Receita** | **2.316.255** |
| *Serviços de Terceiros* | *396.324* | *Receita Operacional* | *2.306.403* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *46.006* | *Receita Não Operacional* | *9.852* |
| *Operações de Crédito Externas* | *24.962* | **Total das Fontes** | **2.316.255** |
| *Variação Cambial* | *21.044* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-7.232.203** |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **442.330** | **Variação do Disponível** | **5.358.278** |
| **Total dos Usos** | **442.330** | **Total Líquido das Fontes** | **442.330** |

**25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **59.843.906** | **Receita** | **78.121.572** |
| *Serviços de Terceiros* | *2.851.378* | *Receita Operacional* | *73.280.920* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *44.824* | *Receita Não Operacional* | *4.840.652* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *56.947.704* | **Total das Fontes** | **78.121.572** |
| *Depósitos* | *26.372.194* | **Outras Variações Patrimoniais** | **3.579.965.898** |
| *Variação Cambial* | *26.384.706* | **Variação do Disponível** | **-3.598.243.564** |
| *Outras Obrigações* | *4.190.804* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **59.843.906** | | |
| **Total dos Usos** | **59.843.906** | **Total Líquido das Fontes** | **59.843.906** |

**25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **194.537** | **Receita** | **733.584** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *194.537* | *Receita Operacional* | *733.584* |
| **Dispêndios Correntes** | **516.009** | **Total das Fontes** | **733.584** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *316.911* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-23.030** |
| *Serviços de Terceiros* | *25.700* | **Variação do Disponível** | **-8** |
| *Utilidades e Serviços* | *1.506* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *124.304* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *15.508* | | |
| *Outras Obrigações* | *15.508* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *32.080* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **710.546** | | |
| **Total dos Usos** | **710.546** | **Total Líquido das Fontes** | **710.546** |

### 25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **170.358.371** | **Receita** | **350.168.729** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *170.358.371* | *Receita Operacional* | *350.168.729* |
| **Dispêndios Correntes** | **170.844.128** | **Total das Fontes** | **350.168.729** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *6.150.013* | **Outras Variações Patrimoniais** | **2.438.083** |
| *Serviços de Terceiros* | *17.475.348* | **Variação do Disponível** | **-11.404.313** |
| *Utilidades e Serviços* | *850.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *141.092.530* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *5.276.237* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **341.202.499** | | |
| **Total dos Usos** | **341.202.499** | **Total Líquido das Fontes** | **341.202.499** |

### 25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **681.712.830** | **Receita** | **1.131.021.861** |
| *Inversões Financeiras* | *660.359.674* | *Receita Operacional* | *744.463.861* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *21.353.156* | *Receita Não Operacional* | *386.558.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **104.493.282** | **Total das Fontes** | **1.131.021.861** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *4.656.857* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-344.812.749** |
| *Serviços de Terceiros* | *1.091.237* | **Variação do Disponível** | **-3.000** |
| *Utilidades e Serviços* | *14.000* | | |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *55.009.776* | | |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *42.866.716* | | |
| *Outras Obrigações* | *42.866.716* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *854.696* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **786.206.112** | | |
| **Total dos Usos** | **786.206.112** | **Total Líquido das Fontes** | **786.206.112** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 11, inciso VI

# 28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

### 28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **90.564.034.414** | **Receita** | **128.301.008.259** |
| *Investimentos* | *96.545.903* | *Receita Operacional* | *62.214.576.120* |
| *Inversões Financeiras* | *5.200.000.000* | *Receita Não Operacional* | *66.086.432.139* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *19.168.291.416* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **8.000.000.000** |
| *Operações de Crédito Internas* | *6.963.720* | *Participação da União no Capital - Tesouro* | *8.000.000.000* |
| *Operações de Crédito Externas* | *1.633.470.509* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **7.067.158.038** |
| *Demais Obrigações* | *17.527.857.187* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *820.113* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *66.099.197.095* | *Operações de Crédito Externas* | *8.302.939.735* |
| **Dispêndios Correntes** | **43.111.408.928** | *Variação Cambial* | *-1.236.601.810* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *556.878.357* | **Demais Obrigações** | **99.616.826.406** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *2.340.000* | *Tesouro* | *79.335.889.669* |
| *Serviços de Terceiros* | *421.336.950* | *Transferência do FAT* | *15.785.932.682* |
| *Utilidades e Serviços* | *6.528.000* | *Outras Obrigações* | *4.495.004.055* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *3.561.244.635* | **Total das Fontes** | **242.984.992.703** |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *38.089.694.882* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-7.591.940.151** |
| *Operações de Crédito Internas* | *3.081.904* | **Variação do Disponível** | **-11.032.382.650** |
| *Operações de Crédito Externas* | *1.085.684.403* | | |
| *Variação Cambial* | *-1.236.601.810* | | |
| *Outras Obrigações* | *38.237.530.385* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *473.386.104* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **133.675.443.342** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **90.685.226.560** | | |
| **Total dos Usos** | **224.360.669.902** | **Total Líquido das Fontes** | **224.360.669.902** |

### 28235 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **36.749.086.651** | **Receita** | **18.137.287.020** |
| *Inversões Financeiras* | *11.035.623.815* | *Receita Operacional* | *17.911.306.199* |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *5.709.414.795* | *Receita Não Operacional* | *225.980.821* |
| *Operações de Crédito Internas* | *5.709.414.795* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **4.000.000.000** |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *20.004.048.041* | *Participação no Capital - Empresas Estatais* | *4.000.000.000* |
| **Dispêndios Correntes** | **6.821.341.224** | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **19.508.735.358** |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *373.659.634* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *19.509.267.086* |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *1.584.000* | *Variação Cambial* | *-531.728* |
| *Serviços de Terceiros* | *195.456.000* | **Demais Obrigações** | **3.628.831.976** |
| *Utilidades e Serviços* | *4.428.000* | *Tesouro* | *288.519.765* |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *3.087.842.228* | *Outras Obrigações* | *3.340.312.211* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *2.961.281.098* | **Total das Fontes** | **45.274.854.354** |
| *Operações de Crédito Internas* | *1.772.268.374* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-1.704.426.478** |
| *Variação Cambial* | *-531.728* | **Variação do Disponível** | **-1** |
| *Outras Obrigações* | *1.189.544.452* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *197.090.264* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **43.570.427.875** | | |
| **Total dos Usos** | **43.570.427.875** | **Total Líquido das Fontes** | **43.570.427.875** |

### 28236 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios de Capital** | **9.752.563.861** | **Receita** | **12.417.557.101** |
| *Amortizações Operações de Crédito de L.P.* | *8.585.880.188* | *Receita Operacional* | *12.229.119.581* |
| *Operações de Crédito Internas* | *8.585.880.188* | *Receita Não Operacional* | *188.437.520* |
| *Outros Dispêndios de Capital* | *1.166.683.673* | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **1.000.000.000** |
| **Dispêndios Correntes** | **9.483.445.165** | *Participação no Capital - Empresas Estatais* | *1.000.000.000* |
| *Pessoal e Encargos Sociais* | *116.053.366* | **Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.** | **55.038.028.808** |
| *Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação* | *480.000* | *Operações de Crédito Internas - Moeda* | *55.151.660.345* |
| *Serviços de Terceiros* | *60.984.000* | *Variação Cambial* | *-113.631.537* |
| *Utilidades e Serviços* | *1.356.000* | **Demais Obrigações** | **20.362.600** |
| *Tributos e Encargos Parafiscais* | *470.062.594* | *Tesouro* | *20.362.600* |
| *Encargos Financeiros e Outros* | *8.636.076.313* | **Total das Fontes** | **68.475.948.509** |
| *Operações de Crédito Internas* | *7.208.202.084* | **Outras Variações Patrimoniais** | **-634.973.079** |

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2013

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 11, inciso VI

| | | | |
|---|---|---|---|
| *Variação Cambial* | *-113.631.537* | **Variação do Disponível** | **2** |
| *Outras Obrigações* | *1.541.505.766* | | |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *198.432.892* | | |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **19.236.009.026** | | |
| **Aplicações em Operações de Crédito** | **48.604.966.406** | | |
| **Total dos Usos** | **67.840.975.432** | **Total Líquido das Fontes** | **67.840.975.432** |

**28237 BNDES LIMITED**

R$ 1,00

| USOS | VALOR | FONTES | VALOR |
|---|---|---|---|
| **Dispêndios Correntes** | **3.671** | **Recursos para Aumento de Patrimônio Líquido** | **200.000.000** |
| *Outros Dispêndios Correntes* | *3.671* | *Participação no Capital - Empresas Estatais* | *200.000.000* |
| **Total dos Dispêndios PDG** | **3.671** | **Total das Fontes** | **200.000.000** |
| | | **Variação do Disponível** | **-199.996.329** |
| **Total dos Usos** | **3.671** | **Total Líquido das Fontes** | **3.671** |